

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO** -----

----- **ATA NÚMERO TRINTA E NOVE** -----

----- Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, António Manuel Pimenta Prôa, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Lopes, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paula Inês Alves de

Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Rita Maria Oliveira Calvário, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, José Roque Alexandre, Susana Maria da Costa Guimarães, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Pedro Miguel Tadeu Costa, Mário Nelson Moraes Freitas e Gabriel Baptista Fernandes.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Margarida Taborda Duarte Martins de Carvalho e Fábio Martins Sousa. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Maria Cristina Castel-Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Moraes Freitas.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente, pelo Senhor Vice Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Manuel Grilo, Miguel Gaspar, José Sá Fernandes, Catarina Vaz Pinto, Manuel Salgado e Rui Franco.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição João Pedro Gonçalves Pereira, Maria Conceição Gameiro Zagalo, João Pedro de Abreu Costa, Nuno Correia da Silva e Nuno Rocha Correia. -----

----- Às quinze horas e dezasseis minutos, constatada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia, declarou aberta a reunião. -----

----- O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos dar início ao período de intervenção aberto ao Público, temos 5 inscrições, tínhamos outras inscrições posteriores, que dada a extensão da Ordem de Trabalhos terão que ficar para a próxima semana. -----

----- Sem mais delongas, vamos dar a palavra à munícipe Ana Teresa Tomé, que segundo a indicação que aqui temos nos vai abordar matérias relativas ao serviço público de Lisboa. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados agradecia que ouvissem a Munícipe em silêncio. Queira usar da palavra, por favor.”-----

----- **A Munícipe, Senhora Ana Teresa Tomé**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ *Boa tarde Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores.* -----

----- *Sou funcionária da Autarquia. Desde há anos que as conversas entre funcionários sobre o SIADAP, sistemas de avaliação, se centram na ausência da sua aplicação, quer pela impossibilidade prática de ela suceder, quer pelo manifesto desinteresse das chefias.* -----

----- *As irregularidades começam logo na definição dos objetivos, que além de não serem feitos atempadamente, um ou dois anos após o término do período de avaliação, em muitos casos, essa tarefa é imputada aos funcionários, demitindo-se as chefias de realizarem esse trabalho, o que leva à total falta de alinhamento vertical e transversal com os objetivos do Executivo.* -----

----- *A assinatura da nota atribuída pelo dirigente é muitas vezes realizada em simultâneo com a assinatura dos objetivos individuais, muito para além de todos os prazos estipulados. A imposição de quotas de 25% relevantes redundam, quase sempre, num ciclo que se repete em todos os períodos de avaliação, as chefias atribuem as notas “relevantes” para além das quotas, que são posteriormente descidas para “adequado” pelo CCA, das quais fazem parte das próprias chefias.*-----

----- *As chefias cingem-se muitas vezes à escolha entre dois caminhos, ou dão as notas mais elevadas sempre aos mesmos, aos que merecem ou não, impedindo os restantes de terem a mesma oportunidade subida, ou então rodam os “relevantes”, tendo de atribuir notas inferiores a quem no ano anterior foi “relevante”, e esta decisão não é justa de se impor a alguém!*-----

----- *Este conjunto de irregularidades e mais práticas que este ano foram testadas pela possibilidade de alteração da posição remuneratória levou à evidência de que uma grande parte dos funcionários não viu alterada a sua posição, sendo que muitos ainda não tinham a nota do biénio 2015/2016, no início de 2018. O conjunto de todas estas e outras irregularidades levou cerca de 800 funcionários a apresentarem reclamações.*-----

----- *Segundo informações transmitidas pela linha de atendimento, criada pela Divisão do SIADAP, até à data não temos conhecimento respostas a estas reclamações apresentadas em março.*-----

----- *Sabemos que essas más práticas são generalizadas e temos conhecimento de casos concretos. Na mesma Divisão de Avaliação de Desempenhos, estrutura orgânica que foi criada especificamente para implementar o SIADAP, situação única nas Autarquias, garantiu o cumprimento mínimo da Lei, criar uma linha de atendimento para esclarecer sobre o SIADAP, que apenas indica que não é possível dar informações mais específicas e aconselham mesmo os funcionários simplesmente*

a esperar e a não fazer mais pedidos de informações, que levarão a mais demora nas respostas. Mas nós questionamos, onde estão publicados os resultados dos serviços? Quem avalia aos avaliadores? Porque é que os processos do SIADAP não têm sido tramitados dentro do sistema informático de gestão documental?-----

----- Deixamos ainda duas questões para reflexão, dez anos para a subida posição remuneratória é justa?-----

----- No limite, um funcionário apenas irá progredir três a quatro vezes na sua carreira! E ainda permitir que as empresas de bens e serviços aumentem os seus preços em função da inflação, e não garantir o mesmo direito aos ordenados, é justo?

---- Muito obrigada e boa tarde.”-----

*----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

----- “Muito obrigado.-----

----- Recordo que o Público não se pode manifestar.-----

----- Vamos dar a palavra ao Município José António Marin.”-----

*----- **O Município, Senhor José António Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

----- “Boa tarde Senhor Presidente, estimada Assembleia, em fundo vão rodar uns vídeos, que são os vídeos possíveis, sem som, que ilustram como é que as obras começaram lá no prédio.-----

----- (Neste momento assiste-se à exibição de vídeo do Município José António Marin, que se encontra arquivado nos Serviços da Assembleia Municipal de Lisboa).-----

----- Começa com a varanda e depois com o estado do edifício, que os Vereadores que lá foram acabaram por ver como é que o prédio estava.-----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente, estimada Assembleia, esta é talvez a vez mais importante de todas as que aqui vim, desde a última, em que aqui estive, pois ocorreram situações gravíssimas no meu prédio corroborando a evidência daquilo que assinaliei diversas vezes aqui, a Câmara Municipal de Lisboa tem de intervir, assumindo as suas responsabilidades, indo até ao direito de preferência, parando o meu despejo.-----

----- No passado dia 18 de outubro, pela manhã, andavam a executar no andar de baixo praticamente uma demolição, havendo pertences meus na cozinha. Sobre tudo dois pesadíssimos frigoríficos, um alto ladeando um outro encaixado num aparador com mesa de mármore.-----

----- Até para os operários era perigosa aquela manobra. Pois cá em cima, mesmo por cima deles, o fogão onde eu começara a cozinhar a minha refeição, assenta sobre uma pesadíssima mármore de carvoeira, ladeando um pesado lava-louças, podendo o soalho abater facilmente por ter ali havido, em tempos, uma lamentável inundação, fruto da incúria da antiga senhoria, que anos a fio não zelou pelas prumadas do prédio que lhe pertenciam pagar, e se recusou a pagá-las.-----

----- Tive que ligar para a Linha SOS Despejos e disseram que a polícia iria lá, ainda deve ir a caminho, é isto que a UITC, a Unidade de Intervenção Territorial do Centro, rotula de normal?-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa permitiu que o edifício fosse vendido a retalho, e neste momento, o dono da “Desejo Alcançado, Limitada” diz-me que já vendeu todo o prédio, excetuando o subterrâneo, que até 1969 fora um cubículo e, após décadas a fio a acumular lixo e humidade, vai agora ser promovido a subcave de habitação. -----

----- Na manhã de sexta-feira, dia 19, apareceram lá dois técnicos da UIT, e o modo como um deles entrou na minha casa mais parecia um Agente da Polícia Política e o um Repórter de um pasquim sensacionalista, arrogantemente proferiu “Eu já conheço a sua cara!”, respondi-lhe “Sim? Então mas durante quatro anos não veio cá ao prédio! O prédio esteve abandonado e não veio cá.”. Respondi-lhe estupefacto. Pois o zeloso funcionário empenhando uma maquinazinha em riste, sem sequer me pedir licença desatou a fotografar-me a casa. “Oh Pai, venha daí.”. Parece uma empresa familiar! -----

----- O técnico acabou por terminar arrogantemente “Tem que tirar daí as suas coisinhas da cozinha, o mais rápido possível, para fazer a demolição. E o Senhor por quatro ou cinco dias, vá comer a qualquer lado, fale com os Serviços da Câmara e vá dormir a qualquer lado”. -----

----- O técnico nem se preocupa com a minha segurança.-----
-----E, para além do mais há uma canalização da Galp, que foi paga por nós, que ele logo disse ser um problema meu, tratando-me como um criminoso e, troçando de mim em termos jocosos, tecendo tristes comentários à permanência de famílias Romani que lá estavam, davam música à rua toda.-----

----- Portanto, confirmo assim que continuo sem luz na escada. E só estão ralados em eu tirar dali as coisas, e em colocar na quarta-feira a capa do corrimão e as portas da varanda, que vou amanhã facultar, não posso lá estar em casa, eles vão lá mudar.” -----

----- Eu vou terminar, o citado técnico teve ainda o desplante de tecer tristes comentários snobes, como já disse. -----

----- Pronto, não há mais nada a dizer, é uma vergonha o que ali está a acontecer, eu não tenho não...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “De todo o modo, como abreviou um bocadinho, se quiser deixar a documentação nos Serviços, para poder ser distribuída a todos os Deputados.” -----

----- **O Município, Senhor José António Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu envio por e-mail, o que aqui está, está rasurado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Está bem, então muito obrigado. -----

----- Vamos dar a palavra à Munição Filipa Alves Coelho. Esta Munição a indicação que nós temos é que quer apresentar algumas propostas para uma melhor prestação de Serviço Público, tem a palavra três minutos também.” -----

----- **A Muniçipe, Senhora Filipa Alves Coelho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ *Olá, boa tarde a todos e a todas.* -----

----- *Eu gostaria mesmo que vocês ouvissem o que eu tenho para dizer porque parece que eu venho aqui falar em nome próprio mas não venho, venho falar em nome de todos vocês.* -----

----- *Ouvimos na semana passada Christophe Dejours, que é um especialista francês em psicodinâmica do trabalho, dizer que não há trabalho sem coordenação e sem cooperação.*-----

---- *Não há coordenação indissociável da cooperação e que ambas são tarefas dos trabalhadores e não de qualquer gestor externo.* -----

----- *Ouvimos também o que já sabemos, todos sabemos, o SIADAP acabou lentamente com estas duas componentes, a cooperação e a coordenação.* -----

----- *A avaliação individual do desempenho promove em primeiro lugar, o individualismo e a competição, tem o propósito de dividir os colegas, os trabalhadores, e a par da atual organização do trabalho terá como consequência inevitável a destruição do serviço público, e isto afeta a todos, não é só a mim!*-----

----- *Sob a capa do rigor técnico deita fora valores fundamentais do serviço público, desvaloriza a experiência e como se não bastasse, não respeita os princípios constitucionais da igualdade, da justiça e da transparência. Vivem-se tempos na Câmara Municipal de Lisboa de descrença, de alienação, de medo e de desmotivação generalizados.* -----

----- *É notório o mau ambiente e o aumento do assédio moral, e mais uma vez, isso não diz respeito só a mim, diz respeito a todos.* -----

----- *Raquel Varela, em entrevista ao “Público” disse que os professores são vítimas de uma organização do trabalho, que os adoce. Ora, nós podemos estar neste caminho, tal e qual, os funcionários desta Casa podem estar exatamente no mesmo caminho, mas nós não queremos, não queremos fazer este caminho, nós não queremos ficar doentes.*-----

----- *Nós queremos um modelo de avaliação do trabalho centrada no fator humano e assente nos valores de cooperação, confiança, qualidade do serviço, transparência, participação interna e humanização do trabalho.* -----

----- *Temos consciência que o SIADAP extravasa as competências da Assembleia Municipal e da própria Câmara Municipal, mas também sabemos que ambos os Órgãos podem e devem fazer uma apreciação política deste nefasto sistema e posicionarem-se politicamente perante o Governo Central, pela sua urgente revisão e alteração.* -----

----- *É nesse sentido que nos dirigimos à Assembleia Municipal, manifestando desde já a nossa intenção de continuar a pugnar, com todas as organizações, que ao longo dos anos têm vindo a denunciar este sistema perverso, para que apresente uma moção à Câmara Municipal de Lisboa, para assumir a inoperabilidade do SIADAP e promover uma alteração legislativa profunda.*-----

----- *Isto diz respeito a todos! Só se pode garantir o direito à cidade, que é o tema de hoje, que vamos tratar a seguir, se tivermos uma boa organização do trabalho, dos servidores públicos municipais, sem isto, não há cidade! Perceberam todos? Obrigada.*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Vamos dar a palavra a uma nova Munícipe, Ana Pinheiro Costa e o tema é conexo com estes estudos inquiridos aos trabalhadores para a melhoria da prestação do serviço público municipal, tem também 3 minutos.”-----

----- **A Munícipe, Senhora Ana Pinheiro Costa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos.”-----

----- *Também eu gostaria de ser ouvida com atenção.*-----

----- *A organização dos serviços públicos precisa de um sistema de avaliação que seja reconhecido e valorizado pelos trabalhadores, antes de mais. Não é o caso do SIADAP!*-----

----- *Na denominada sociedade do conhecimento não nos podemos dar ao luxo de ter um instrumento como este, que cria mais problemas do que soluções. É preciso investigar o SIADAP, porque não há fumo sem fogo, é preciso recolher informação sobre o impacto deste SIADAP. Claro que isto tem que ser feito por entidades independentes, universidades e todos os trabalhadores devem ser ouvidos.*-----

----- *Temos que fazer perguntas como: melhorou a qualidade dos serviços públicos prestados com o SIADAP? Qual o impacto do SIADAP sobre a organização do trabalho? Qual o impacto na relação entre os trabalhadores, aumentou cooperação ou a competição entre eles? Que efeito tem tido sobre a saúde mental dos trabalhadores, o facto de terem que colaborar com um sistema sem sentido e injusto?*-----

----- *Depois é preciso ir um pouco mais fundo, é preciso fazer uma análise custo/benefício à avaliação individual do desempenho, que é um sistema que surgiu da ideologia neoliberal “New Public Management”, que defende a competição e a busca de eficiência e eficácia acima de quaisquer outros valores.*-----

----- *Como disse, é uma ideologia, um mito, um mito que assenta no seguinte: está por provar que seja a melhor forma de organização do trabalho nos serviços públicos. Raramente são apresentados os efeitos negativos de uma organização deste tipo, e é importante comparar com outras formas de organização e de avaliação do trabalho, que promovam a cooperação entre os trabalhadores e valorizem o espírito crítico e a criatividade.*-----

----- *No imediato exigimos um inquérito extensivo a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa sobre a aplicação do SIADAP, e tal como a Lei indica, exigimos a publicação dos resultados da avaliação nos últimos dez anos, que não foram feitos.*-----

----- *Queremos a suspensão imediata do SIADAP-3, dada a sua reconhecida e generalizada inaplicabilidade e os manifestos efeitos negativos.*-----

----- *Queremos avaliação 360 graus, nos SIADAP 1 e 2.*-----

----- *E queremos e defendemos um novo modelo de avaliação no trabalho e de progressão nas carreiras, desenvolvido com a participação ativa dos trabalhadores. Obrigada.*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Vamos dar a palavra à Múncipe Ana Mafalda Reis, apresentação do “Movimento Missão Pública Organizada”. -----

----- **A Múncipe, Senhora Ana Mafalda Reis,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- *Esta é a quarta e última apresentação deste conjunto, devem-se questionar, quem somos nós. Nós somos um grupo de trabalhadores com larga representatividade na Câmara e que representa desde operacionais a dirigentes, e vindos de diversas orgânicas. E estamos empenhados em denunciar as reiteradas más práticas na aplicação de um sistema de avaliação, SIADAP, e questionar a bondade deste sistema.* -----

----- *Perante a passividade da Câmara face às más práticas e às dificuldades na aplicação do sistema de avaliação e fartos de ouvir reclamações no corredor, organizámo-nos num Movimento, para dar corpo a estas preocupações e lançar as bases para uma verdadeira discussão sobre o sistema atual de avaliação.* -----

----- *Assim, criámos o Movimento “Missão Pública Organizada”, em 2017, que é independente de Partidos Políticos ou de Associações Sindicais e pretendemos fazer-nos ouvir, queremos dialogar com os colegas, queremos dialogar com a Câmara, com os Partidos Políticos, com os Sindicatos, com académicos, com a população em geral e aqui com a Assembleia Municipal.* -----

----- *O Movimento “Missão Pública Organizada” está em crescimento, promovemos encontros mensais para recolher experiências, debater os problemas, procurar soluções e definir estratégias para alcançarmos os nossos objetivos.* -----

----- *Em 2017 lançámos uma petição para revogação do SIADAP e a introdução de um modelo alternativo de avaliação de desempenho. Consideramos que o atual sistema não serve e acreditamos que somente com a pressão da sua revogação, poderemos encontrar soluções alternativas.* -----

----- *No início deste ano, coorganizámos a Conferência no ISCTE sobre a avaliação do trabalho na administração pública, discursos, práticas e alternativas para o futuro, onde houve a participação de académicos, políticos, médicos e trabalhadores em função pública, em que ficou patente mais uma vez a perversidade do SIADAP e a necessidade de construir alternativas.* -----

----- *No mês de maio, fizemos uma intervenção na Reunião Pública da Câmara, denunciando a situação, e pedimos que a Câmara promova estudos e inquéritos aos seus funcionários.*-----

----- Dissemos que queremos participar num processo de mudança, posteriormente conversámos com o Vereador dos Recursos Humanos, que reconheceu o problema e comprometeu-se a fazer um inquérito, até hoje ainda não aconteceu nada.-----

----- Estamos aqui hoje presentes para prosseguir com a nossa estratégia de nos fazermos ouvir. -----

----- É neste sentido, minhas senhoras e meus senhores, que nos dirigimos à Assembleia Municipal de Lisboa, para que apresente uma moção à Câmara Municipal a assumir a inoperabilidade do SIADAP e promover uma alteração legislativa profunda. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **A Muniçipe, Senhora Ana Mafalda Reis**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Por favor, posso deixar este documento?” -----

----- (A Muniçipe Ana Mafalda Reis entregou um documento que fica anexado nesta Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pode, naturalmente que sim. -----

----- “Encerrado o período de intervenção do Público.”-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

VOTO Nº 039/02 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE RUI JOSÉ SILVA MARQUES”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos um voto de pesar, voto de pesar pelo falecimento de Rui José Silva Marques, autarca desta cidade, antigo autarca desta cidade. -----

----- A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho vai proceder à leitura do voto, agradecia o vosso silêncio.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra procedeu à leitura do voto de pesar:-----

----- “Voto de Pesar Pelo Falecimento de Rui José Silva Marques. -----

----- Rui José Silva Marques ficará conhecido como um homem que serviu de forma empenhada a sua Comunidade e o seu partido, sempre de forma agregadora, com um desempenho e dedicação ímpares. -----

----- Militante ativo do PPD/PSD, desde a década de setenta do Século XX, iniciou a sua atividade política no Núcleo de estudantes Sociais Democrata da Faculdade de Direito de Lisboa, sendo membro da JSD e dos TSD. Foi um militante sempre muito ativo na sua Secção Política residencial antiga Secção H do PSD de Lisboa, a que presidiu durante vários mandatos. -----

----- *Dedicou uma parte substancial da sua atividade política e cívica ao serviço da cidade onde nasceu e cresceu, e sobretudo, a sua Comunidade de sempre “as Gentes” da Graça, São Vicente, Santa Engrácia, Penha de França e São João.*-----

----- *Foi dirigente associativo de várias instituições no seu percurso de vida pública, tendo ocupado também, vários cargos políticos na cidade de Lisboa dos quais salientamos:* -----

----- *Em 1985 foi eleito Presidente da Junta de Freguesia da Graça, em 2001 foi eleito Presidente da Assembleia de Freguesia da Penha de França e em 2005, foi eleito Presidente da mesma Junta de Freguesia.*-----

----- *Homem de rara sensibilidade e dedicação, fiel aos compromissos e ao seu ideário, será sempre, recordado pela forma educada, dedicada e generosa como lidava com o próximo, de como se dedicava à causa pública.*-----

----- *Esses compromissos estão bem presentes na sua atividade na Casa da Democracia da Cidade de Lisboa a Assembleia Municipal de Lisboa, onde, enquanto Deputado, nunca virou as costas a nenhum desafio, assumindo-se sempre, como um defensor dos lisboetas, mas principalmente, tendo sempre presente o respeito por aqueles que o elegeram.*-----

----- *Um Ser Humano ímpar, Humanista, com apurado sentido político, compreendia antecipadamente o que tinha de ser feito para servir os interesses da comunidade onde servia.*-----

----- *Rui José Silva Marques, marido e amigo, sempre pronto para servir as suas “gentes” envolvendo-se e defendendo os interesses da sua comunidade, deixou-nos na passada quinta-feira aos 59 anos de idade, mas ficando a sua obra e a sua pessoa, eternamente na nossa memória.*-----

----- *Fica uma tremenda saudade e gratidão, com a garantia de que ficará para sempre nos nossos corações!*-----

----- *Até Sempre Rui Marques!*-----

----- *Neste sentido, o Grupo Municipal do PSD, propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, que delibere na sua Sessão Extraordinária de 23 de outubro de 2018.*-----

----- *Prestar homenagem a Rui José da Silva Marques, guardando um minuto de silêncio em sua memória”*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Vamos proceder à votação.”-----

----- O **Voto nº 039/02** foi aprovado **por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado (a) Municipal Independente da Sala do Plenário) --

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O voto foi aprovado por unanimidade e vamos guardar um minuto de silêncio.” -

----- (Neste momento fez-se um minuto de silêncio pelo voto de pesar) -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 2 - APRECIACÃO DO VOTO 039/01 (PCP) –112 ANOS DO NASCIMENTO DE FERNANDO LOPES-GRÇA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTº 15.º E NA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 47.º CONJUGADA COM ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ARTº 48.º, TODOS DO REGIMENTO;** -----

----- (O Voto nº 039/01 fica anexado à presente ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante.) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados a vossa atenção aqui para um procedimento, para decidirmos isto rapidamente. -----

----- Ontem foi abordada na Conferência de Representantes a possibilidade do Voto referente ao “112 anos do nascimento de Fernando Lopes-Graça”, ser antecipada a sua votação e apresentação no pressuposto que havia uma intervenção inicial e que passaríamos a isso. -----

----- Confesso que há diferentes perceções das pessoas com quem já se me dirigiram sobre o assunto sobre o que tinha sido a nossa deliberação, e a resposta da Presidente Helena Roseta se esse voto tinha obrigatoriamente nos termos Regimentais de ficar para depois do Debate do Estado da Cidade, ou antes. -----

----- De todo o modo, uma vez que o Debate do Estado da Cidade vai ser longo, se toda a gente concordar com o modelo em que o Senhor Deputado Modesto Navarro em nome do partido proponente, o Partido Comunista Português, faria uma breve intervenção de dois minutos, e depois há uma proposta que já está combinada com os serviços para passar uma música, de uma pequena homenagem a Fernando Lopes-Graça, votávamos o voto e íamos para o Estado da Cidade, se toda a gente concordar que é assim, para não atrasarmos o debate, faríamos deste modo e alteraríamos a Ordem de Trabalhos, se conforme está aqui no Regimento se todas as forças políticas quiserem falar, então ficaria para depois do Debate do Estado da Cidade. -----

----- Pelo vosso assentimento podemos fazer a primeira proposta? -----

----- Posso então dar a palavra ao Senhor Deputado António Modesto Navarro, para fazer uma apresentação sucinta do voto, ele foi publicitado, está no *site*, está na posse de todos os Senhores Deputados, e portanto será uma intervenção, e não a leitura do voto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Entendemos que de facto que é mais positivo que seja no início da Sessão, ou antes do debate que será exaustivo sobre o Estado da cidade. -----

----- Nós apresentámos este voto de saudação numa situação em que estamos a realizar juntamente com a Câmara Municipal de Lisboa, quando eu disse estamos é a Associação Lopes-Graça, com a Câmara Municipal de Lisboa, iniciativas em Lisboa

ligadas a este, à comemoração, à evocação deste aniversário do nascimento de Fernando Lopes-Graça. -----

----- E durante os meses de outubro e novembro dou-vos aqui a notícia, Lisboa foi palco e será palco de um conjunto de iniciativas dedicadas a Fernando Lopes-Graça, coorganizadas com a Associação Lopes-Graça e pela Câmara Municipal de Lisboa. ----

----- De destacar a evocação realizada no passado dia 1 de outubro, Dia Mundial da Música, no “Vozes ao Largo”, no Largo do Teatro São Carlos, com um encontro de coros dedicado a Lopes-Graça, o “Coro de Tomar” da sua terra, o Coro “Canto Firme”, o Coro “Eborae Mvsica” de Évora, claro, e o Coro “Fernando Lopes-Graça” de Lisboa estiveram centenas de pessoas a participar. -----

----- Já foi realizado um concerto com músicos da Orquestra Metropolitana na sexta-feira passada no Teatro Aberto, com um concerto dedicado a Fernando Lopes-Graça. --

----- No dia 26, portanto no final desta semana, sexta-feira às 18h30 irá ter lugar uma sessão na Biblioteca Municipal de Marvila, com o título “O Coro da Academia de Amadores de Música e a prática coral na segunda metade do Século XX”, com uma professora da Universidade de Évora e o Maestro José Robert do Coro Lopes-Graça. --

----- No dia 13 de novembro, será realizada uma sessão na Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro em Telheiras, com o tema “Fernando Lopes-Graça, um percurso foto biográfico.” -----

----- São sobretudo estas iniciativas, que nós gostaríamos de comunicar aqui, porque é bom que Lisboa recorde, evoque e homenageie Fernando Lopes-Graça, que foi um homem que se bateu na área da música, na área social, na área política, em todas as áreas pela cidade de Lisboa, e pelo nosso país.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Ficou aqui mais do que a apresentação do voto o convite à participação de todos nestas homenagens.-----

----- Vamos então proceder à votação.-----

----- Voto nº 39/01, vamos votar primeiro e depois pomos a música.” -----

----- O **Voto nº 039/01** foi aprovado **por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado (a) Municipal Independente da Sala do Plenário) –

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O voto foi aprovado por unanimidade e agora sim, esta pequena homenagem por proposta, pelo menos a mim foi dos serviços e do Deputado Modesto Navarro e do Deputado Miguel Graça, não sei se há outros pais da ideia.” -----

----- (Foi apresentado um vídeo com a música de Fernando Lopes-Graça “Acordai” cantada pelo Coro Ricercare, em sua homenagem”) -----

----- **PONTO 1 – DEBATE ANUAL SOBRE O ESTADO DA CIDADE, DE ACORDO COM O FORMATO INCLUÍDO NO ANEXO À PRESENTE CONVOCATÓRIA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 41º DO REGIMENTO.**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos então entrar no ponto um, da nossa Ordem de Trabalhos, “Debate anual sobre o estado da cidade”. -----

----- Para dar conhecimento a todas e a todos que nos seguem, não só o que está no Regimento, mas o que foi consensualizado ontem na Conferência de Representantes, o debate será aberto pela Câmara, pelo Senhor Presidente da Câmara, que apresentará a visão do Município sobre o “Estado da cidade”, depois teremos intervenções das dez forças políticas, que podem desdobrar a sua intervenção em mais do que um protagonista, e portanto apresentarão pela ordem descendente, portanto do partido mais representado para os Deputados Municipais Independentes, que serão a décima força política, essa é a ordem que vamos seguir. -----

----- Findas as intervenções de abertura do debate quer por parte da Câmara, quer por parte das dez forças políticas representadas nesta Assembleia, o debate ficará generalizado com base nas inscrições que quer a Câmara, quer as forças políticas farão para a Mesa. -----

----- E também a propósito do debate que foi tido ontem na Conferência de Representantes sobre a matéria das inscrições, ficou também consensualizado que todos têm que usar ou o telefone, ou então virem aqui à Mesa para proceder às inscrições, e depois no tempo adequado e esgotados os tempos, ou esgotadas as intervenções ao longo do debate será também a Câmara Municipal de Lisboa, por parte do Presidente, ou por parte de quem ele delegar que encerrará o debate.-----

----- Portanto a Câmara abre, a Câmara encerra, há intervenções por ordem previamente definida das forças políticas, e aqui pelo meio as intervenções são pela ordem das inscrições que são feitas para a Mesa. -----

----- Clarificados os termos do debate, vamos dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Fernando Medina para apresentar o Estado da Cidade.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Cabe-me neste momento apresentar o ponto sobre o Estado da Cidade, que mais não é do que uma identificação da situação em que nos encontramos, e como perspectivamos enfrentar os desafios com que a cidade se confronta. -----

----- É claro que hoje a cidade regista inegáveis níveis de crescimento económico, de emprego, de dinamismo do ponto de vista da sua atividade, e ao mesmo tempo também verdade que enfrentamos coletivamente os desafios da inclusão de todos neste processo de desenvolvimento, da gestão das tensões que este processo de crescimento acelerado, e rápido está a trazer, em particular com os impactos do turismo e a sua gestão na vida quotidiana da cidade. -----

----- Também na inclusão dos mais desfavorecidos em todo o processo de desenvolvimento as tensões sobre o mercado da habitação.-----

----- É pois um estado da cidade, que é um estado positivo, de avanço, de progresso em áreas fundamentais, mas que exigem a nossa atenção em conseguirmos manter esta dinâmica de crescimento, e de avanço, e também cuidarmos dos fatores que sustentam o equilíbrio do processo de desenvolvimento com que estamos confrontados. -----

----- Permitam-me que não enumere hoje aqui, que não faça daqui um balanço exaustivo da ação do Executivo, nem da Câmara, mas que pontue aquilo que considero serem os temas fundamentais, as áreas fundamentais que estamos a trabalhar, e que se nos perspetivam para os próximos tempos. -----

----- Em primeiro lugar o reforço da base económica da cidade. -----

----- Estamos a viver um bom momento, é verdade! -----

----- Mas precisamente por estarmos neste bom momento, temos que cuidar de tomarmos as decisões e as medidas, para que este bom momento se perpétuo, e para que possamos ter mais crescimento, melhor crescimento, mais emprego no futuro. -----

----- É por essa a razão que quero destacar aqui medidas tão importantes como a decisão que tivemos de avançar com a hasta de Entrecampos, dando origem a um novo centro de escritórios de grande dimensão para acolher mais emprego na cidade de Lisboa. -----

----- O início das obras no “Hub do Beato”, que estão a decorrer a bom ritmo, e que vão permitir a instalação de alguns milhares de postos de trabalho em setores tecnologicamente avançados na cidade de Lisboa. -----

----- Mas permitam-me que sublinhe aqui, o investimento estratégico que fizemos relativamente ao acordo para manter em Lisboa por dez anos a *Web Summit* no nosso país. -----

----- Que destaque esta aposta que o Município faz, porque é uma aposta com sentido estratégico. -----

----- A *Web Summit* tem para Lisboa uma importância naturalmente na conjuntura pelo número de pessoas que nos visitam, pelo número de pessoas que vêm e que fazem mexer a economia no período da sua realização. Mas a verdade é que o impacto da *Web Summit* é muito maior do que esse, é o impacto que tem na visibilidade de Lisboa, e de Portugal como um destino para o emprego qualificado na área tecnológicas e nas áreas dos serviços qualificados. -----

----- É este o sentido da nossa aposta, e nós neste ano tínhamos em conjunto com o governo de tomar uma decisão. -----

----- Uma, não investíamos, perderíamos a *Web Summit* em Lisboa, e abdicávamos de uma alavanca do nosso desenvolvimento. -----

----- Segundo, tomávamos uma decisão arrojada de apostar na continuidade da *Web Summit*, com os investimentos que isso exige, nomeadamente em matérias de infraestruturas e de equipamentos para este tipo de evento, obrigando-nos a um esforço e a uma oportunidade suplementar de iremos buscar outros eventos para rentabilizar esse investimento. -----

----- Foi esta a segunda escolha que fizemos, uma escolha de olhos postos no futuro, atrair e manter a *Web Summit* em Portugal por um período longo, apoiando uma dinâmica sustentada de investimento e de emprego, e criando oportunidades, porque teremos melhores infraestruturas ao nível das feiras, e ao nível dos congressos, para podermos atrair novos eventos geradores de oportunidades de emprego. -----

----- Não haverá muitas coisas mais que possamos fazer com esta importância, que deem também um sinal de esperança no futuro aos nossos jovens, que estão a sair das universidades, que estão a entrar nas universidades, que estão a sair delas, que estão a fazer os seus cursos, quer dizermos que temos uma cidade que quer criar oportunidades de emprego, para que vocês possam ter emprego na cidade de Lisboa. --

----- Emprego, é um emprego de futuro, sustentável em serviços, transacionáveis, em áreas de elevado valor acrescentado e plenamente inseridas na economia global. -----

----- Creio que foi uma boa decisão, a decisão que tomamos, creio que foi uma boa conquista, uma importante conquista para a cidade de Lisboa, podermos dispor da *Web Summit* por mais dez anos, tornando-nos a partir de agora, dando-nos a oportunidade de podermos potenciar este investimento em favor do crescimento da economia, e fundamentalmente do emprego das atuais e das futuras gerações. -----

----- Em segundo lugar, o avanço que estamos a fazer relativamente a área da habitação. -----

----- Estamos em marcha com um amplo programa de melhoria do acesso à habitação, no momento em que o mercado se encontra particularmente difícil e a delimitar o direito de acesso à habitação para vários extratos na nossa cidade. -----

----- É por esta razão, que já temos atribuídas mais de duzentas e cinquenta casas do programa que temos de atribuição de seiscentas casas municipais até ao final do primeiro trimestre de 2019. -----

----- É por esta razão que já avançámos com a primeira pedra, já arrancaram as obras do novo Bairro da Cruz Vermelha, pondo fim a uma das situações mais difíceis, e menos qualificadas no nosso edificado municipal, e neste caso em partilha municipal. -

----- Estamos a avançar com a requalificação dos prédios do acordo resultante com a Segurança Social, que resultará na transformação de onze prédios de escritórios em áreas centrais da cidade, para prédios da habitação a rendas acessíveis. -----

----- Já aprovámos os concursos das Ruas de São Lázaro a adjudicação das ruas de São Lázaro e da Rua Gomes Freire, que entrarão em obra nos próximos meses. -----

----- Aprovámos também em Câmara, os concursos relativamente à renda acessível no Lumiar, em Belém e no Parque das Nações, e na Vila Macieira e no Vale de Santo António, e até ao final do ano aprovaremos em Câmara os concursos relativamente a Benfica e Marvila, estes dois últimos num total superior a novecentos fogos. -----

----- Temos em marcha um ambicioso programa de iniciativa em parceria com o setor privado, no Programa de Renda Acessível, de gestão direta do Município relativamente aos nossos fogos, e veremos certamente no próximo ano o início do processo relativamente aos mais de setecentos fogos, entre Câmara Municipal e Santa Casa da Misericórdia, no loteamento das Forças Armadas, no primeiro pilar público, exclusivamente público do Programa de Renda Acessível. -----

----- Permitam-me que neste ponto da habitação destaque um aspeto central, que é a questão da habitação nos bairros históricos da cidade de Lisboa. Certamente os locais da cidade de Lisboa onde o impacto do turismo tem sido mais forte sobre as condições de vida, sobre a qualidade de vida de quem habita, e que dado os circunstâncias do sistema de arrendamento que vivemos tem colocado obstáculos severos no acesso e na concretização do direito à habitação. -----

----- Foi por aqui que nós criamos, foi por esta razão que queremos expressamente um programa de atribuição das cem casas municipais nos bairros históricos, dirigidos precisamente aqueles com mais necessidades, e aqueles que tinham perdido as suas casas em função das regras do regime de arrendamento, mas é por esta razão também que vamos apresentar nesta Reunião de Câmara, já nesta semana aquilo que decorre da alteração fundamental na Lei do Alojamento Local.-----

----- Que é finalmente a concretização daquilo que a Câmara Municipal de Lisboa ambicionava, que era que os Municípios passassem a ter o poder de regulação do alojamento local. -----

----- Não para uma atitude ou para uma regulamentação cega, mas sim para uma regulamentação flexível, inteligente, para saber gerir o equilíbrio de conter o alojamento local naquelas zonas, em que o alojamento local substituí as residências permanentes, e também contribuí para a diminuição da diversidade nos bairros históricos, e a diminuição da qualidade de vida, ao mesmo tempo que não perdemos o que é a riqueza do alojamento local, como resposta à procura turística que felizmente a cidade sente, e que só ganha em ser diversificada por outras zonas da cidade.-----

----- Esta regulação inteligente é a regulação que hoje a Lei nos permite fazer, e que vai ser presente à Câmara, e vai ser presente à Assembleia. -----

----- E vamos fazê-la a dois tempos. -----

----- O primeiro é o do imediato, e no imediato o que vamos propor é que haja uma cláusula de salvaguarda desde já para aqueles bairros que estão hoje sobre uma enorme pressão relativamente à substituição de alojamento tradicional por alojamento local. -----

----- Falo de bairros como falo de Alfama, de Mouraria, do Castelo, da Graça, da Misericórdia, falo de zonas da Madragoa, zonas que hoje estão sobre uma forte pressão, e que nós temos uma mensagem clara, a partir de agora não aceitaremos mais inscrições para novas unidades de alojamento local. -----

----- Mas queremos-nos comprometer numa segunda fase, até ao primeiro trimestre do próximo ano, a temos um regulamento, um regulamento que permitirá distinguir as várias zonas da cidade, mas também distinguir dentro de cada zona da cidade, o que é que é uma proposta de substituição de uma casa destinada a uso habitacional que seja afeta a alojamento local do que é um prédio que está desocupado, que está em risco de ruína, que venha a ser reabilitado para alojamento local, ou algum que hoje tenha uma função de comércio e de serviços e que venha a ser reafectado para esses usos. São realidades diferentes que merecem tratamento diferente, é isto que se chama uma regulação inteligente do alojamento local, é isso que a Lei hoje nos permite, e é esta responsabilidade que nós não vamos enjeitar, e que vamos concretizar nestes termos,

dando aliás corpo a uma aspiração e a uma luta de muitos Senhores de Presidentes de Juntas de Freguesia, e também da cidade de Lisboa, e que hoje têm e viram vertidos fruto desta luta no Parlamento, os instrumentos para que possamos agir a bem da nossa cidade.-----

----- Quero em terceiro lugar, destacar o avanço fundamental na área dos direitos sociais da educação e dos direitos sociais. -----

----- Destacar o avanço de um dos programas mais importantes deste Mandato, que é o avanço da construção dos centros de saúde. -----

----- Já lançamos neste primeiro ano, já estão em concurso cinco novos centros de saúde, do programa de dez, que temos protocolado com o Ministério da Saúde: Alcântara, Alto dos Moinhos, Beato, Restelo e Alta de Lisboa. -----

----- E recorde, Senhores Deputados, que os centros de saúde que estamos a criar não são a mera substituição dos antigos centros de saúde. São centros de saúde modernos, são centros de saúde equipados, são centros de saúde com mais valências que um normal e que um antigo centro de saúde, porque têm meios complementares de diagnóstico, têm em alguns casos elementos capacidade laboratorial, têm capacidade para consultas de especialidade noutras áreas, e permitem que haja no fundo um serviço mais robusto do que é na rede de cuidados primários, reduzindo o que é a necessidade de muitas famílias de recurso direto à rede hospitalar. -----

----- O que nós queremos é que a porta de entrada no Serviço Nacional de Saúde seja precisamente a rede dos centros de saúde, que têm por isso de serem centros mais, centros de saúde com mais capacidade para dar resposta às necessidades das populações. -----

----- Em segundo lugar, destacar o grande avanço que foi dado na área do programa das refeições escolares. -----

----- É reconhecido que a qualidade das refeições escolares não é hoje aquela que nós queremos para as nossas crianças, e que não aquela que as famílias ambicionam, e por essa razão está inscrito no nosso programa de governo, e está inscrito no acordo com o Bloco de Esquerda, para a governação da cidade a prioridade que damos ao papel na área das refeições escolares. -----

----- E os avanços que nós conseguimos são muito significativos. -----

----- Começando com eliminação do *catering*, e com a eliminação do plástico, isto é, permitindo que hoje as refeições estejam nas nossas escolas, nas escolas da Câmara Municipal de Lisboa, sendo de confeção local na própria escola, ou em equipamento próximo, e que já não mais sejam servidas em *cuetes* de plástico. -----

----- Tem um grande impacto ambiental, é certo, mas acima de tudo tem um grande impacto sobre a qualidade daquilo que as nossas crianças, e os nossos jovens consomem. -----

----- Porque para muitos, em particular para aqueles dos meios mais desfavorecidos é na escola, e é através da escola, que tantas vezes obtêm as refeições fundamentais do seu dia. -----

----- Quero pois destacar esta, como um dos avanços fundamentais deste primeiro ano de Mandato, na resposta a um problema que se sente de norte a sul do país, em que a

conjugação da total externalização dos serviços que em muitos casos foram colocadas com as regras da contratação pública, levaram a uma consequência de rápida deterioração na qualidade na alimentação das escolas.-----

----- Ora nós estamos em Lisboa, a inverter a situação, a recuperar a qualidade da alimentação nas escolas do 1º Ciclo, jardim-de-infância e escolas do 1º Ciclo da Câmara Municipal de Lisboa, resolvendo e melhorando a vida dos nossos jovens, apoiando mais as famílias, mas dando também um sinal claro para o resto do país, de que é possível fazer melhor.-----

----- E quero aqui neste momento, dar uma palavra de reconhecimento às Juntas de Freguesia, que têm assumido, as que têm assumido com entusiasmo esta tarefa, em particular aquelas que têm, que deram, e que assumiram uma posição de liderança neste processo, algumas até gerindo muitas escolas, e que têm contribuído decisivamente para nos dar força neste projeto.-----

----- Juntas de Freguesia que têm tido a capacidade de assumir a gestão das cantinas, a gestão também do pessoal, utilizando muitas vezes, e dando o exemplo da aquisição dos bens alimentares através do comércio de proximidade, e dos mercados locais, apoiando a economia local, e fundamentalmente conseguindo assim uma melhor qualidade da alimentação para as nossas crianças, e para os nossos jovens.-----

----- Mas permitam-me Senhores Deputados, que conclua esta breve passagem sobre os pontos fundamentais, os pilares fundamentais da situação e da governação da cidade, por me referir ao ponto central da mobilidade.-----

----- A mobilidade é sem dúvida identificada por todos por um desafio central da cidade de Lisboa.-----

----- São hoje conhecidos os dados do inquérito à mobilidade de 2017, Lisboa, o Porto, as duas grandes áreas metropolitanas em contraciclo, com aquilo que acontece em várias áreas metropolitanas por essa Europa fora, viu neste período aumentar a dependência da utilização do transporte individual.-----

----- Ora esta situação é penalizadora a todos os títulos, para a competitividade da economia, para a qualidade de vida de cada pessoa e também para os níveis de coesão social dentro da nossa cidade, e da nossa região.-----

----- E nós mantemos este paradoxo, que é o paradoxo de cada vez que a economia da cidade melhora, que cada vez que criamos mais oportunidades de emprego, que uma parte importante da população trabalhadora reside fora da cidade de Lisboa, como o sistema de transportes públicos não é competitivo em preço, nem em qualidade, nós vemos agravada a situação, e as condições de mobilidade no coração da área metropolitana, que é a cidade de Lisboa.-----

----- E é a resolução desta contradição, a resolução desta dificuldade a que nós temos posto mãos à obra, desde a primeira hora.-----

----- Fazendo aquilo que nos compete, na Carris internamente já lá irei, mas acima de tudo tendo uma visão clara, que é essencial, uma visão metropolitana, e uma resposta metropolitana para esta questão.-----

----- Aqueles que pensam, que se resolve o problema da mobilidade da cidade de Lisboa dentro das fronteiras estritas de um pequeno unidade administrativa de cem

quilómetros quadrados, não tem condições para resolver o problema, e os desafios da mobilidade. -----

----- Porque a questão é que se os padrões da mobilidade não se alteram dentro da área metropolitana em favor do transporte público fora da cidade de Lisboa, não é dentro da cidade de Lisboa, que só por si se poderá responder adequadamente ao problema.---

----- Por isso é que nós investimos tanto desde o início no trabalho de concertação metropolitana. -----

----- Por essa razão, é que aliás, Lisboa aceitou assumir a Presidência do Conselho Metropolitano, disse-o na tomada de posse. A aceitação da Presidência do Conselho Metropolitano por parte do Município de Lisboa dependia, e decorria de uma vontade expressa dos Municípios, de podermos dar uma atenção redobrada, uma energia reforçada, uma centralidade política a um tema comum a todos, a mobilidade.-----

----- E hoje começamos a ter os primeiros frutos dessa determinação política. -----

----- Neste pilar, nesta estratégia da mobilidade de âmbito metropolitanos nós temos quatro pilares fundamentais. -----

----- O primeiro, o problema dos tarifários. -----

----- O transporte público tem um grave problema de acessibilidade através do preço.--

----- Sei que há muitos que o negam, sei que há muitos que o desvalorizam, mas os dados estão aí, e são inegáveis a todos. -----

----- É impensável achar que há qualquer competitividade do transporte público, quando a partir do segundo concelho mais populoso da área metropolitana de Lisboa, que é o segundo concelho mais populoso do país, um bilhete e um passe para chegar ao Município de Lisboa, para grande parte do seu território ultrapasse aos oitenta, noventa, cem, cento e vinte, podendo ir até cento e quarenta euros por mês.-----

----- Fácil é perceber que essa oferta não tem nenhuma competitividade preço, fácil é perceber que não haverá procura, fácil é perceber que sem haver procura não haverá oferta, não teremos o transporte público, e temos o carro a entrar todos os dias na cidade de Lisboa.-----

----- Na área metropolitana de Lisboa cerca de um terço da população, novecentas mil pessoas não está abrangida pelo sistema intermodal, e 33% das pessoas da área metropolitana são responsáveis por 1% das compras de títulos de transporte público em toda a área metropolitana de Lisboa. -----

----- Ora, quando nós sabemos que entram por dia em Lisboa, trezentas e setenta mil automóveis todos os dias, fácil é percebermos que se nós não invertermos a situação na área metropolitana, criando condições para que as pessoas acedam ao transporte público, nós não teremos capacidade de resolver a questão estritamente dentro de portas.-----

----- É por isso que é da maior importância, e que merece a nossa mais viva saudação, a inclusão por parte do Governo na proposta de orçamento de estado, da proposta mais transformadora em matéria de tarifário de transportes públicos que o país conheceu desde a criação desses mesmos tarifários. -----

----- É a proposta de diminuição dos tarifários em Lisboa, sim, para trinta euros, mas fundamentalmente a colocação de um teto máximo em quarenta euros em todos os

passes fora da cidade de Lisboa, abrangendo a partir de agora, todos os concelhos, e todas as pessoas da área metropolitana de Lisboa.-----

----- Significa isto entrar no sistema de passes mais novecentas mil pessoas, significa reduzirmos significativamente o valor de transporte público para aqueles que estavam condenados a utilizar o transporte individual, e significa colocarmos uma nova oferta, uma nova procura exigente sobre o transporte público na área metropolitana de Lisboa.-----

----- E esta diminuição tem particular significado, porque se traduzirá em gratuidade para as crianças até doze anos, e se traduzirá numa limitação de dois passes para cada família, independentemente da dimensão do agregado, criaremos condições para que nenhuma família pague mais de dois passes por mês, para se poder mover em toda a área metropolitana de Lisboa.-----

----- Quero deixar aqui uma palavra de saudação ao Governo, pela sensibilidade que teve a este desafio que lhe foi colocado pelas áreas metropolitanas de Lisboa, e do Porto, por ter respondido afirmativamente, e ter criado as condições financeiras para a sua concretização.-----

----- Em segundo lugar, nós precisamos de ter mais e melhor oferta de transporte público, começando por aquilo que controlamos que é o sistema rodoviário, fruto da reforma realizada no Executivo anterior, os Municípios hoje são a autoridade de transportes e têm sobre a sua responsabilidade o que é a organização do serviço de transporte rodoviário, e área metropolitana de Lisboa tomou as decisões que lhe competia tomar, e são decisões históricas no seu alcance.-----

----- Primeiro lugar, a criação de uma empresa metropolitana de transportes, uma empresa que gira e assegure as posições das autoridades de transportes em toda a área metropolitana, não se trata de uma empresa do Governo central, não se trata de uma autoridade em que nós temos um papel lateral, não! Trata-se de uma imanação direta da área metropolitana.-----

----- Segundo lugar, a adoção de uma marca, o lançamento de um concurso único, para a rede rodoviária na área metropolitana de Lisboa.-----

----- Um concurso que irá operar sobre uma marca Carris/Metropolitana que irá operar no fundo sobre a marca Carris, que se integrará com o sistema da Carris, com o sistema dos transportes do Barreiro, com o sistema de transportes de Cascais, criando uma única rede rodoviária em toda a área metropolitana, uma única rede, um único sistema de horários, uma única bilhética, um único tarifário.-----

----- É desta forma que nós teremos um sistema que é compreensível pelos cidadãos, é um sistema que é amigo das pessoas, um sistema que vai ser de maior qualidade porque os requisitos é termos frotas significativamente mais novas, frotas que sejam cem por cento acessíveis às pessoas com dificuldade de acessibilidade, frotas que sejam capazes de chegar mais longe com um incremento significativo da oferta.-----

----- E a terceira decisão que foi tomada na área metropolitana, é também em si mesmo uma decisão histórica, que foi a dos municípios de responderem de forma muito clara, e muito afirmativa às necessidades de financiamento do sistema.-----

----- Muitas vezes aqui debatemos as diferentes filosofias sobre o financiamento do sistema de transportes públicos, há aqueles que acham que um sistema de transportes públicos pode existir financiado cem por cento na base no tarifário, já aqui tenho argumentado em sentido contrário, de que um sistema de transportes financiado cem por cento na base do tarifário é um sistema de transportes, mas não é um sistema de transporte público. -----

----- E não há país, e não há cidade que não funcione bem, que seja possível funcionar bem sem um sistema de transporte público com o adequado financiamento das necessidades de serviço público. -----

----- Ora o que os municípios da área metropolitana fizeram, foram responder com clareza a este desafio, e foi aprovada uma contribuição municipal para o sistema metropolitano por unanimidade de todos os municípios, uma contribuição que no seu global ultrapassará os trinta e dois milhões de euros por ano. -----

----- Significa isto que já temos, e os municípios acordaram em fazer esta contribuição já desde o próximo ano de 2019, apesar de ainda não haver uma nova rede de oferta rodoviária a funcionar. -----

----- Significa que área metropolitana está a criar um fundo, um fundo de recursos que nos vai permitir lançar um concurso, com melhor qualidade nos autocarros que operam, mais com mais oferta, uma oferta mais capilar, a tempo e horas, com mais autocarros a funcionar nos vários pontos da área metropolitana, para ligarem ao sistema de transporte pesado, para poder servir melhor as necessidades das populações. -----

----- Mas Senhoras e Senhores Deputados a estratégia de âmbito metropolitano têm dois outros pilares, que estão em franco desenvolvimento e do qual daremos notícias breves. -----

----- O terceiro é o do reforço dos poderes da área metropolitana de Lisboa, como a Autoridade de Transportes relativamente aos meios de mobilidade pesada dentro da área metropolitana de Lisboa. -----

----- Há uma posição de acordo do Governo, de acordo de princípio fase a esta posição, e estamos a trabalhar para que possamos ter a empresa de transportes metropolitanos de Lisboa, a coordenar a posição da Autoridade de Transportes dos vários meios de mobilidade, e assim tendo nós o poder para poder gerir em conjunto, e de forma articulada as operações. -----

----- E por último, aquilo que tarda, aquilo que é essencial, aquilo que se devia ter feito no país há muito tempo, e não se fez, que era investir de forma significativa nos meios de transporte pesados na área metropolitana de Lisboa. -----

----- É isto que tem sido a posição de negociação que temos tido com o Governo relativamente ao próximo ciclo de programação, e é nesta área em que temos fundadas esperanças de virmos a obter resultados importantes, para área metropolitana e para a cidade. -----

----- Falo de áreas tão críticas como o transporte público sobre a A5, falo de áreas como a expansão do metro de Lisboa a ocidente com a expansão da linha vermelha, falo de áreas tão importantes como a existência de transporte pesado para municípios

como Loures, o reforço para municípios como Sintra, a requalificação e o reforço da frota da ligação entre as duas margens do Tejo, num conjunto de investimentos, que ao longo dos anos a área metropolitana vinha exigindo, e que têm tido um desenvolvimento positivo por parte do Executivo. -----

----- Por último, a parte desta estratégia, da estratégia metropolitana, empresa de transportes, passes, tarifários, empresa de transportes, rede única, marca única, financiamento adequado, estamos a cumprir a nossa parte. Chegam este mês, e a partir deste mês, depois em novembro, dezembro, e em todos os meses seguintes os autocarros do conjunto de duzentos autocarros da frota da Carris, que estão a começar a chegar à cidade de Lisboa.-----

----- Trata-se Senhores Deputados por ventura do maior investimento feito de uma única só vez na empresa da Carris, correspondendo este esforço a mais de trinta por cento, cerca de trinta por cento da atual frota de autocarros na cidade de Lisboa. -----

----- Que vai ter um impacto profundo na melhoria das condições de mobilidade para todos. -----

----- Senhores Deputados era isto em síntese que vos queria apresentar hoje aqui, um estado da cidade, que é um estado de crescimento, um estado de emprego, um estado de dinamismo, um estado de avanço, mas também, um Executivo atento à importância de prosseguirmos no reforço dos elementos deste avanço económico, e deste progresso económico, e de gerirmos as várias dimensões da cidade essenciais para que os equilíbrios se preservem. -----

----- As questões da habitação, as questões da coesão social e as questões da mobilidade, em todas estas matérias temos tido os avanços, que são necessários fruto de uma ação focada e determinada, e é assim Senhores Deputados, que nós iremos continuar.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Demos assim início ao “Debate do Estado da Cidade”, e agora como tive oportunidade de referir antecipadamente, vamos dar a palavra às dez forças políticas, pela ordem descendente.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Leitão do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Partido Socialista indicou ontem na Conferência de Representantes, e também à Mesa que repartirá esta sua intervenção de fundo por dois Deputados Municipais.”---

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Praticamente um ano após o início deste Mandato, a cidade tem motivos de satisfação pela forma como estão a ser prosseguidos os objetivos inscritos no programa do governo que serviu de base à eleição da Câmara liderada pelo Presidente Fernando Medina.-----

----- Demos passos significativos para melhorar a qualidade de vida e do ambiente, como procurarei sublinhar nesta intervenção em linha com a que fará a Deputada Carla Madeira.-----

----- Neste balanço do Estado da Cidade, darei prioridade a aspetos, que consideramos estruturantes para o futuro da cidade: à mobilidade e a “Lisboa Capital Verde Europeia 2020.”-----

----- O primeiro ano do Mandato ficou marcado pela afirmação da mobilidade como um desafio do Mandato. -----

----- Esta opção traduziu-se num conjunto de decisões históricas, a nível de Lisboa e da Área Metropolitana, que tem vindo a ser adotadas com competência técnica, rapidez e sentido de futuro, que merecem o nosso aplauso. -----

----- A dependência do petróleo e os impactos crescentes por via das alterações climáticas vêm impor a concretização inadiável de medidas ao nível local e metropolitano, que garantam uma transformação do paradigma de mobilidade urbana, com vista à transição energética e à contribuição para uma descarbonização progressiva da cidade.-----

----- A cidade tem vindo a assumir a dianteira deste desafio global, estando comprometida em desenvolver medidas que promovam uma visão de mobilidade urbana sem emissões de gases com efeitos de estufa, com vista à melhoria da mobilidade, do ambiente urbano e da qualidade de vida de todos os cidadãos. -----

----- O trabalho que está a ser realizado atualmente passa pela disponibilização de transportes públicos mais regulares, acessíveis, fiáveis, confortáveis e sustentáveis, verdadeiramente ajustados às necessidades da cidade e da sua população. -----

----- Para este efeito um dos primeiros pilares da estratégia definida em tempo pelo Município assenta no papel central da Carris, enquanto garante da estrutura fundamental de transportes públicos da cidade de Lisboa, a par e em complemento do Metropolitano.-----

----- Assim, após a municipalização da Carris foram definidos objetivos estratégicos para a empresa, consistentes com esta estratégia de mobilidade.-----

----- Neste sentido verifica-se terem já sido adquiridos em fevereiro deste ano os primeiros cento e sessenta e cinco novos autocarros movidos a gás natural comprimido, atualmente em processo de fabricação e que começarão a entrar ao serviço da cidade já a partir do final deste mês de outubro, com a entrada em funcionamento dos restantes prevista até julho de 2019. -----

----- Congratulamo-nos pois com o compromisso da Autarquia no reforço da frota da Carris, com veículos mais amigos do ambiente, modernos e mais sustentáveis, que permitirão aumentar a frequência das carreiras, diminuindo os tempos de espera e aumentando o conforto da viagem.-----

----- O sucesso da política de valorização do transporte público, exige mais e melhores veículos porque a procura está a aumentar, como podem comprovar aqueles, que os utilizam regularmente. -----

----- Além dos novos autocarros previsto cujo número final ultrapassará as duzentas novas unidades, a Carris irá ainda contar com mais trinta novos elétricos articulados, de grande dimensão, para complementar esta frota. -----

----- Destes, foram já contratados quinze novos elétricos, estando a sua chegada prevista para o primeiro trimestre de 2019. -----

----- A aquisição de novas unidades articuladas de maior dimensão, cujo caderno de encargos já se encontra também em preparação, vai permitir ainda expandir a rede atual até Santa Apolónia e retomar a ligação histórica ao Jamor, dando expressão significativa ao plano de mobilidade para a zona ocidental da cidade. -----

----- Ao nível das condições gerais de mobilidade da cidade é ainda relevante sublinhar a aposta decisiva no reforço dos meios de mobilidade sustentável, complementares do transporte público.-----

----- O sucesso da rede de bicicletas partilhadas “Gira”, por muitos negado durante largo tempo é hoje mais do que uma evidência. É uma evidência a adesão dos Lisboetas e este sistema de forma massiva. -----

----- Esta é uma aposta decisiva para a garantia de uma infraestrutura que é capaz de dar resposta adequada, quer ao funcionamento de sistema de bicicletas partilhadas, quer aos novos meios de mobilidade suave, a funcionar na resposta às necessidades de mobilidade no “último quilómetro“, de que são exemplo mais recente os dois novos operadores de trotinetes elétricas partilhadas, que decidiram apostar na mobilidade sustentável da cidade, reflexo da atual atratividade da economia da cidade de Lisboa a nível global.-----

----- A oferta destas duas empresas irá representar entre quatrocentas a seiscentas unidades elétricas nesta fase inicial, a operar num sistema de circulação livre regulado e devidamente ordenado num dos noventa pontos de disponibilização e recolha preferencial que o Município de Lisboa destinou para este género de veículos. -----

----- Acresce ainda a existência de redes partilhadas de *scooters* elétricas e de vários operadores de veículos partilhados a operar já em Lisboa com resultados relevantes. ---

----- Contribuindo para o aumento da atratividade destes meios complementares de mobilidade a Câmara Municipal de Lisboa encontra-se também a implementar novos espaços de estacionamento, exclusivos para os utilizadores de veículos partilhados prevendo a existência de vinte e uma novas zonas de estacionamento especificamente reservadas para o efeito, o que irá proporcionar a todos os utilizadores de maior liberdade de movimento na cidade. -----

----- Referência ainda à concretização de uma ação fundamental à mobilidade inclusiva da população residente e visitante. -----

----- Realizou-se a aguardada abertura ao público do percurso assistido das Escadinhas da Saúde no passado dia 13 de outubro, a qual está integrada no Plano de Acessibilidade Suave e Assistida à Colina do Castelo. -----

----- Os lisboetas e todos os que visitam a cidade de Lisboa podem subir as Escadinhas da Saúde no Martim Moniz, pela nova escada rolante, que será assim uma ajuda decisiva para os moradores mais envelhecidos daquela zona da cidade promovendo a inclusão e a coesão social.-----

----- Reservo por último uma referência às medidas que considero de fulcral importância na alteração do paradigma de mobilidade da cidade e da área metropolitana.-----

----- Refiro-me às medidas que também foram referidas pelo Senhor Presidente, tomadas no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa pelos Presidentes de Câmara dos dezoito municípios no passado dia 17 de outubro.-----

----- Os autocarros da área metropolitana de Lisboa irão funcionar todos debaixo de uma marca única a partir de 2020, através de empresas selecionadas que irão atuar em conjunto para esta marca única de transporte rodoviário.-----

----- Com um sistema único de bilhética e um único mapa de rede, favorecendo a integração e a legibilidade do sistema por todos os cidadãos.-----

----- Contudo, a medida mais relevante do ponto de vista da atratividade do sistema e da garantia da coesão territorial e social, será a existência do passe único de quarenta euros, com isenção para as crianças até 12 anos e um valor máximo de oitenta euros por cada família, a funcionar a partir de 1 de abril nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e que será alargado ao resto do país.-----

----- Além de permitir reduzir de forma significativa os trezentos e setenta mil carros que entram todos os dias em Lisboa, com esta medida, sairão ainda beneficiadas novecentos mil pessoas, atualmente sem cobertura do passe intermodal.-----

----- Após um longo e penoso período de falta de investimento nos transportes públicos da cidade e da área metropolitana, estão finalmente criadas as condições necessárias e reunidas as vontades para garantia de um sistema eficaz, cómodo e rápido.-----

----- Queremos assinalar a eleição de “Lisboa Capital Verde Europeia 2020”, porque esta escolha é o coroar de um trabalho que Lisboa tem vindo a desenvolver na última década, tornando-se uma cidade mais verde e mais amiga das pessoas.-----

----- Destacamos a pedonalização de amplas zonas da cidade e o forte crescimento das áreas verdes, bem como os avanços conseguidos e os compromissos assumidos em áreas como a eficiência energética e a boa gestão da água. A qualidade ambiental não é apenas um conjunto de boas intenções, genéricas e abstratas. Trata-se de um prioridade efetiva e um direito inalienável de todas as pessoas. Um território, qualificado e com identidade cria predisposição para a fixação da população. Este tem sido o princípio da atuação deste Executivo no governo da cidade.-----

----- Lisboa tem consciência de que não é ainda a cidade mais verde da Europa.-----

----- O que este galardão premeia é o percurso, é a evolução no sentido correto, da aplicação das boas práticas ao serviço de uma melhor cidade, de forma coerente e consistente ao longo dos últimos dez anos.-----

----- As cidades enfrentam importantes desafios climáticos e energéticos.-----

----- Lisboa está a fazer a sua parte para mitigar a mudança climática, incluindo esforços para economizar energia e promover/usar fontes de energia renováveis.-----

----- As boas práticas, a que me referirei, mostram como a concertação de medidas de adaptação e de mitigação podem ajudar Lisboa a tomar melhores decisões de planeamento e resolver os principais desafios. -----

----- Reconhecido como uma “Mata Modelo”, o Parque Florestal de Monsanto recebeu há dois anos a Certificação da Gestão Florestal no âmbito do *Forest Stewardship Council*, a mais importante certificação mundial em matéria de conformidade ambiental das explorações florestais.-----

----- Desde então, o Município assumiu o seu empenho em continuar a implementação de um conjunto de boas práticas. Neste período Monsanto foi objeto de obras de beneficiação ao nível dos trilhos existentes, decorrentes de uma proposta vencedora do Orçamento Participativo de 2014, criando condições adequadas ao usufruto desta infraestrutura verde da cidade. -----

----- Esta intervenção complementa os investimentos em curso nas acalmias do tráfego automóvel cujas as primeiras intervenções estão a iniciar-se ainda este ano, promovendo dessa forma o aumento da segurança dos utilizadores da mobilidade suave. -----

----- Lisboa continua a estratégia de se posicionar como uma cidade ecológica e verde, através da construção de espaços urbanos que contribuem para a mitigação da mudança climática porque as áreas verdes funcionam como "sumidouros de carbono" mas também são espaços que filtram os poluentes do ar e que geram um aumento da biodiversidade. -----

----- A cidade ganhou novas áreas verdes. Foram cerca de duzentos novos hectares em dez anos.-----

----- Em março último foi inaugurada a primeira fase do Parque Urbano do Vale da Montanha, que constitui um novo espaço verde integrado no corredor verde oriental que no final em 2020 terá cento e cinquenta hectares. -----

----- Este parque, com cerca de onze hectares de prados, relvados árvores e arbustos, renaturalizou uma das mais importantes linhas de água da cidade, restituindo o circuito hidrológico próprio de um vale, mitigando assim o efeito de chuvas intensas. -

----- Estas soluções naturais são, a par do plano geral de drenagem, uma das maiores intervenções alguma vez realizadas em Portugal, com mais de cem milhões de euros em obra previstos nos próximos quatro anos, um importante trabalho em matéria de adaptação às alterações climáticas.-----

----- Foi adjudicada a primeira fase do Parque Ribeirinho Oriente com cerca de quatro hectares que se estendem ao longo de 0,6 Km de frente de rio e que assegura a continuidade física entre malhas urbanas adjacentes e a frente de rio, a somar-se à qualificação recente do Cais do Sodré e Campo das Cebolas. -----

----- Integrado no Corredor Verde Periférico que se estenderá de forma continuada em 2020 de Monsanto ao Parque do Vale da Ameixoeira, passando pelo Parque da Quinta da Granja e futuro Parque do Aterro do Vale do Forno, foi adjudicada a construção de uma importante zona verde intermédia com cerca de vinte hectares. -----

----- O Parque Verde da nova Feira Popular, que assume um papel relevante, nomeadamente no que se refere às funções hidrológicas e tem uma elevada importância na continuidade dos sistemas verdes adjacentes.-----

----- Lisboa é hoje uma referência em matéria de hortas urbanas, anteriormente sempre olhadas com desconfiança por tantos. Hoje, sete anos depois do primeiro parque hortícola da Quinta da Granja em Benfica, são uma realidade por toda a cidade onde a procura continua a exceder largamente a oferta destes equipamentos que, mais do que uma função consistente de promover a alimentação da cidade, promovem muito as comunidades locais, a inclusão social, o recreio, a vivência dos espaços, o conhecimento da terra e a criação de mais motivos para ter os espaços verdes vivos com gente de todas as origens e idades. -----

----- O sonho de Gonçalo Ribeiro Telles tornou-se realidade. -----

----- É essencial que as cidades se tornem protagonistas na resposta aos novos desafios ambientais. Lisboa tem de dar o exemplo, e já o faz, através da poupança e da reutilização da água.-----

----- Em março a Câmara aprovou a subscrição dos Princípios das Cidades Conscientes na Gestão da Água da Associação Internacional da Água, que promove a partilha de soluções inovadoras e orientadas para a resposta aos problemas na gestão dos recursos hídricos. -----

----- Pela primeira vez foi possível utilizar água reciclada tratada na rega de espaços verdes públicos, aconteceu no âmbito da preparação do festival “Rock-in-Rio”. A água tratada, que serviu para regar uma parte do recinto, foi produzida na Fábrica da Água de Beirolos. E a rede de água reciclada que será iniciada até 2020 é, sem dúvida, um dos compromissos mais ambiciosos que o Município já fez nesta matéria, como tem sido reconhecido internacionalmente. Lisboa pode assim inspirar outras cidades onde a escassez da água tenderá a ser um problema acrescido na gestão urbana.-----

----- Lisboa dá o exemplo ao nível da eficiência energética aliando, a inovação e as novas tecnologias das chamadas “cidades inteligentes”, com a substituição da iluminação pública por tecnologia mais eficiente e com melhorias no isolamento térmico dos edifícios, particularmente das habitações. Exemplos disso, para além do Bairro da Boavista onde os revestimentos de cortiça biológica não-tóxica promoveram a inércia térmica ou dos Eco investimentos no edificado do novo Bairro Padre Cruz, será a requalificação do Bairro Quinta do Cabrinha cujo edificado apresenta uma elevada necessidade de reabilitação. -----

----- A energia solar é uma energia de futuro e a central solar que será instalada até 2020 em Carnide para abastecimento da frota elétrica, designadamente novos autocarros da Carris, é a imagem do que se pretende numa cidade verde, uma cidade que descarboniza de forma consistente, indo à origem da energia.-----

----- Lisboa tem sido, aliás, uma entidade pública charneira na utilização de viaturas elétricas. A Câmara Municipal terá, em breve, a sua frota de ligeiros totalmente elétrica e híbrida.-----

----- É essencial que as cidades se tornem protagonistas na resposta aos novos desafios ambientais. Lisboa impõe uma agenda que a torna numa cidade ambiental mais

sustentável. Lisboa entregou às freguesias onde a pressão turística se faz sentir com especial intensidade carrinhas movidas exclusivamente a eletricidade. Este investimento representa um investimento de cerca de meio milhão de euros e foram financiadas através da taxa turística. -----

----- Concluo com um tema que está na ordem do dia: os resíduos.-----

----- Lisboa tem o melhor desempenho em matéria de gestão de resíduos do país, embora a pressão turística e a retoma económica terem aumentado a produção de resíduos e não permitam ver para além do que tem sido noticiado. -----

----- Apenas 1% dos resíduos de Lisboa vão terminar em aterro, cerca de 30% são reciclados e o restante é transformado em energia elétrica. Mas hoje Lisboa deve dar passos ainda mais largos nesta matéria, desde logo apostando na redução dos resíduos, a começar pelos plásticos. -----

----- Hoje já não basta reciclar, é forçoso reduzirmos o nosso consumo e as cidades têm aí um papel determinante na promoção de consumos sustentáveis.-----

----- Lisboa tem em 2020 uma oportunidade única de se afirmar em matéria do combate aos resíduos descartáveis especialmente o plástico. -----

----- Aproveitemos todos a “Capital Verde Europeia” para em conjunto tornarmos definitivamente, esta é uma cidade verde.-----

----- Quero deixar aqui manifesta a nossa confiança na equipa da Câmara Municipal de Lisboa, que sobre a liderança de Fernando Medina procurar melhorar a qualidade de vida, afirmar direitos e reforçar a cidadania de todos. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos continuar com a intervenção do Partido Socialista, que tinha sinalizado desdobrar em dois Senhores Deputados Municipais.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Carla Madeira do Partido Socialista.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, público e comunicação social. -----

----- No passado dia 1 de outubro cumpriu-se um ano sobre as eleições autárquicas realizadas em 2017, a vitória em Lisboa do projeto político liderado pelo Partido Socialista sobre a égide “Lisboa precisa de todos”, assumiu particular relevância tendo os lisboetas confiado ao PS a liderança da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e de dezanove das vinte e quatro Freguesias da cidade. -----

----- Mas os resultados eleitorais em Lisboa traduziram também de forma inequívoca a vontade dos lisboetas de verem concretizadas as propostas apresentadas no programa de governo para a cidade numa lógica de consolidação e desenvolvimento

da estratégia municipal que foi implementada e desenvolvida com sucesso no Mandato anterior, e a prossecução de metas ambiciosas por forma a tornar Lisboa a cada dia uma cidade mais coesa, mais justa e mais digna.-----

----- Uma cidade onde todos tenham direito a uma vida digna, e a concretizar os seus sonhos e o seu potencial, tal como afirmou o Presidente Fernando Medina no seu discurso de tomada de posse.-----

----- Nesse sentido é fundamental promover a qualidade de vida das pessoas, através de políticas sociais complementares e transversais às diferentes áreas nomeadamente: a educação, a ação social, saúde, habitação, desporto e cultura, bem como no combate à exclusão social e promoção dos direitos das minorias.-----

----- A promoção da qualidade de vida foi aliás, inscrita como um dos cinco eixos estratégicos do programa eleitoral sufragado pelos lisboetas, onde as políticas sociais concorrem como linhas estruturantes para a concretização desse objetivo.-----

----- Neste quadro a política para habitação assume particular preponderância, quer no sentido de ver garantido o acesso à habitação enquanto direito fundamental inscrito na Constituição da República Portuguesa, e também como compromisso assumido pelo Estado Português a nível de tratados europeus e internacionais, quer enquanto valor indispensável à dignidade, à segurança, à coesão e ao desenvolvimento social.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, a cidade de Lisboa registou nos últimos anos uma transformação do perfil demográfico, urbanístico e habitacional.-----

----- Nos últimos cinco anos o mercado de arrendamento diminuiu de sete mil quatrocentos e cinquenta, para três mil e trezentos. Esta queda de cerca de 66% contribuiu para o inflacionamento das rendas na ordem de 35%, o que representa valores médios superiores a mil e cem euros mês.-----

----- Muito acima portanto dos aumentos dos rendimentos verificado no mesmo período, e sobretudo bastante superior à capacidade financeira de milhares de famílias.-----

----- Por seu lado entre 2012 e 2017 o aumento médio de 50% do preço do metro quadrado tornou quase impraticável a aquisição de habitação, impossibilitando que as famílias pudessem comprar casa própria em Lisboa.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa conseguiu antecipar este cenário como demonstrou o facto do Mandato anterior ter ficado marcado pelo lançamento do Programa de Rede Acessível, e também pela implementação do maior programa de investimento em habitação pública das últimas décadas, num total de sessenta e seis milhões de euros, o que permitiu intervir em vinte e um dos bairros municipais.-----

----- Requalificar casas em bairros municipais e no centro da cidade adaptando-as e melhorando-as as acessibilidades, às necessidades dos moradores, nomeadamente dos mais idosos e com mobilidade reduzida.-----

----- Foram ainda entregues mais de mil e duzentas casas ao longo do Mandato.-----

----- Mas estamos ainda longe de ver o direito à habitação garantido de forma efetiva e universal.-----

----- Pelo que o Executivo reforçou a aposta na política municipal para a habitação, nomeadamente através do incremento de um conjunto de medidas, que pretendem dar resposta as necessidades atuais e antecipar o futuro. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa vai investir até 2021 um total de duzentos e um milhões de euros em obras de construção e requalificação do parque habitacional do município. -----

----- Vão ser construídos mais de mil duzentos e vinte fogos em propriedade municipal, no âmbito da contratualização com investidores privados, o acordo firmado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, relativo aos empreendimentos do Rio Seco, Pedrouços e Entrecampos, irá colocar duzentos e cinquenta novos fogos em regime de rendas acessíveis. -----

----- Por seu lado, o acordo com a Segurança Social para aquisição e reconversão de onze prédios irá dar origem a duzentos e cinquenta fogos e duzentos quartos para estudantes do ensino superior, que ficarão sobre a gestão da Universidade de Lisboa, o que constituirá uma resposta importante e significativa para a procura crescente de habitação por parte dos estudantes universitários. -----

----- Está prevista também, a construção de setecentos fogos no âmbito da “Operação Integrada de Entrecampos”, no quadro da parceria entre o Município de Lisboa, e a Santa Casa, a aposta na requalificação dos bairros municipais no âmbito do Programa “Aqui há mais bairro”, mantem-se ampla e consistente como demonstram as obras de construção de cento e trinta novas casas para realojamento do Bairro da Cruz Vermelha por forma eliminar uma situação social grave. -----

----- Neste âmbito ainda a Câmara está a proceder à atribuição e entrega de seiscentas habitações municipais, ao abrigo dos vários programas, permitindo-me destacar as mais de cem casas localizadas nos locais históricos da cidade de Lisboa, no âmbito do programa extraordinário “Habitar o Centro Histórico”, o qual permitiu requalificar o parque edificado, reforçar a coesão e justiça sociais, e garantir habitação às famílias mais vulneráveis e precárias das Freguesias da Misericórdia, Santa Maria Maior, Santo António e São Vicente, as quais saliente-se têm sido duramente fustigadas com o expulsar de moradores, provocado pela Lei do Arrendamento, e pelo crescimento do alojamento local. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados muito já foi feito, e muito mais há a fazer no sentido de garantir o direito à habitação. -----

----- A habitação tem sido nos últimos anos uma das maiores preocupações dos autarcas, em especial as do centro histórico da cidade de Lisboa. -----

----- Não posso deixar de referir a profunda crise económica e social que o país atravessou nos últimos anos e cujas as consequências a população sofreu duramente. --

----- Uma Lei do Arrendamento cruel, a que se veio juntar uma regulamentação do alojamento local bastante insuficiente, tem expulsado a população mais vulnerável do centro da cidade. -----

----- Diariamente, temos sido confrontados com as enormes dificuldades de que luta por se manter no território, e com a saída de quem não consegue lutar mais. -----

----- Muitos dos que desistem mantêm a esperança de regressar ao bairro onde viveram e cresceram. -----

----- Por isso era urgente travar esta tendência, era urgente insistir na revisão da legislação nacional, insistir na criação de legislação que incentive o arrendamento de longa duração, e que limite o alojamento local, e criar mais mecanismos municipais que aumentem a oferta habitacional. -----

----- Finalmente começam a surgir um conjunto de iniciativas, que são indispensáveis para inverter a tendência dos últimos anos, exemplo disso é a Lei nº 62 de 2018 de 22 de agosto, que veio alterar o regime de autorização de exploração de estabelecimentos de alojamento local, este diploma constituiu um passo importante, designadamente ao permitir que os condóminos possam intervir no processo e sobretudo conferir competências efetivas aos municípios no sentido destes puderem estabelecer as regras, os limites e os locais do alojamento local enquanto atividade económica. -----

----- E mais uma vez a Câmara demonstrou enorme proatividade e elevado sentido de responsabilidade ao divulgar já na passada semana as linhas gerais do estudo realizado pela Autarquia, denominado “Estudo Urbanístico do Turismo em Lisboa”, o qual constituiu a base de trabalho para a proposta que irá elaborar, aprovar e posteriormente submeter formalmente a esta Assembleia, com vista a que o Município possa dispor de um regulamento Municipal, que estabeleça as regras, os termos e condições do alojamento local. -----

----- Aguardamos com expectativa a criação desse regulamento na Câmara, e a sua discussão nesta Assembleia, sendo necessário para já, suspender os novos registos nas zonas onde tal se justifique, de modo a criar rapidamente um mecanismo que proteja a população que ainda resiste nos nossos bairros, e que permita que os bairros não percam autenticidade que tanto os caracteriza e distingue. -----

----- Queremos que a cidade de Lisboa seja uma cidade inclusiva, uma cidade acessível a todos, e não só a alguns, uma cidade onde o progresso de uns não represente o retrocesso de outros, uma cidade onde se promova a igualdade e a coesão social. -----

----- Estando o alojamento local intimamente relacionado com o turismo, importa salientar que o PS considera que o turismo é uma atividade extremamente importante, que deve ser promovida e incentivada, desde logo pelo contributo significativo que confere à balança comercial e à economia nacional e local. -----

----- Importa por isso desenvolver políticas, implementar medidas que consigam harmonizar as dinâmicas económicas, com os direitos sociais numa lógica de equilíbrio e sustentabilidade, e estamos confiantes do que o futuro regulamento municipal irá contribuir para esse objetivo, sendo que para isso a participação dos cidadãos é fundamental. -----

----- A participação cívica concorre para o aprofundamento e consolidação da democracia, pelo que é um exercício permanentemente promovido pelo PS, tal como aliás, demonstrou ontem o Presidente Fernando Medina ao afirmar “*que o processo será amplamente debatido, discutido com os parceiros de todos os sectores, discutido*”

com as Juntas de Freguesia, com as populações, por forma a se poder chegar à melhor solução.”-----

----- Senhoras e Senhores Deputados a democracia faz-se com e para os cidadãos, e o PS têm demonstrado invariavelmente enorme sentido democrático, ao fomentar o envolvimento dos cidadãos nas decisões, e ao colocar as pessoas no epicentro das suas políticas.-----

----- A participação dos lisboetas é evidente em vários planos da governação da cidade, nomeadamente no Orçamento Participativo Municipal, sendo que Lisboa foi a primeira capital europeia a implementar a iniciativa com carácter deliberativo. -----

----- Desde a primeira edição, em 2008 foram apresentadas seis mil duzentas e quatro propostas, das quais mil novecentas e cinquenta e sete foram a votação, tendo resultado cento e vinte projetos vencedores, em virtude de mais de duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos votos, deste modo foram investidos mais de trinta e três milhões de euros no Orçamento Participativo. -----

----- Este ano será a décima primeira edição, e decorrerá entre o presente mês de outubro e abril de 2019, sendo que a fase de apresentação de propostas terá início no próximo dia 29 de outubro.-----

----- A este propósito lançamos o convite e o apelo à participação dos cidadãos, pois tratasse de uma oportunidade para o cidadãos decidirem como e onde investir dois milhões e meio de euros na cidade. -----

----- O Programa Bip-Zip constitui outro exemplo da participação dos cidadãos, e da sociedade organizada, tratasse de um programa criado em 2011, que visa promover a coesão e o desenvolvimento sociais, através do estabelecimento de parcerias, e pequenas intervenções locais nos bairros, e zonas de intervenção prioritária da capital, onde participam as Juntas de Freguesia, associações locais, coletividades e organizações não-governamentais. -----

----- Cada edição anual conta com mais de uma centena de candidaturas, das quais em média, entre três a quatro dezenas são aprovadas, o que demonstra a importância, a vitalidade, o acolhimento e o nível de participação do programa.-----

----- A presente edição do Bip-Zip conta com trinta e nove projetos apoiados, em que participam cento e quarenta e oito entidades, cinquenta e duas promotoras e noventa e seis parceiras, que vão promover cerca de duzentas e trinta e uma atividades, em cinquenta um territórios Bip-Zip da cidade de Lisboa, e conta com o apoio financeiro municipal de mais de um milhão de euros. -----

----- Esta tornou-se já uma marca importante do desenvolvimento local da cidade.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, a democracia não se apregoa, pratica-se e o PS tem demonstrado, invariavelmente, enorme sentido democrático ao fomentar o envolvimento dos cidadãos nas decisões, e ao colocar as pessoas no epicentro das suas políticas, este espírito faz parte do nosso ADN, e constitui a marca de água do nosso partido, pelo que os lisboetas podem continuar a contar com o PS, para promover o desenvolvimento e modernização da cidade, e para defender os seus interesses, e corresponder as expectativas para termos um futuro mais promissor. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----
----- Assim se concluí a intervenção inicial do Partido Socialista. -----
----- E vamos passar à intervenção do Partido Social Democrata.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. -----
----- Sobre o Estado da Cidade permitam-me que comece já por mostrar-vos o estado atual da cidade. -----
----- São as Escadinhas no Martim Moniz que foram inauguradas, já estão avariadas, este é a parte do estado da cidade, e que nos levam um pouco à ideia Senhor Presidente, de que afinal este debate não é sobre o estado da cidade é sobre o estado das cidades, Senhor Presidente! -----
----- É a cidade que o Senhor Presidente resolveu e vir aqui falar, e a cidade que realmente existe por trás daquelas portas. -----
----- Senhor Presidente a evidência é eu diria isso mesmo, uma evidência! -----
----- A cidade continua a perder população, e a cidade continua a expulsar a sua classe média, e porquê? -----
----- Senhor Presidente, área a área. -----
----- Começemos pelas finanças. -----
----- Notei Senhor Presidente que na sua intervenção sobre as finanças falou-nos sobre o reforço para a base económica da cidade, e qual foi o primeiro destaque que o Senhor deu? -----
----- Venda de património, Senhor Presidente! -----
----- Esta é de facto a visão que o Senhor Presidente tem para a consolidação das finanças da cidade de Lisboa. -----
----- Mas agora vai ter mais Senhor Presidente! -----
----- O Senhor Presidente vai ter finalmente a contribuição para a Proteção Civil, Senhor Presidente! -----
----- Que virá certamente resolver o problema e amenizar o drama resultante da taxa de proteção civil. -----
----- Já antecipo, Senhor Presidente também nesta visão de futuro que quero partilhar consigo, já que partilhou também sobre visões de futuro connosco, que a seguir virá a contribuição para a segurança, Senhor Presidente! -----
----- E depois como vai deixar de ser seguro de continuarem a cobrar impostos, vamos ter a contribuição para recolherem as nossas contribuições, e vai ser assim que a cidade Lisboa se vai continuar a financiar, Senhor Presidente! -----

----- O Senhor Vereador diz com muita graça: “*esta é a cidade com as taxas mais baixas*”, é verdade Senhor Vereador!-----

----- É também a cidade com mais taxas Senhor Vereador! -----

----- Com mais taxas!-----

----- E portanto é normal o Senhor “tira bocadinhos, bocadinhos, pequeninos, pequeninos”, e depois tem um grande Senhor Vereador. -----

----- Em dois anos, Senhor Vereador as receitas vindas de impostos, “taxas e taxinhas”, cresceram 20%, Senhor Vereador, em dois anos. -----

----- Eu quero-lhe dizer Senhor Vereador, o Senhor é melhor que a bolsa. -----

----- E depois temos outra característica extraordinária é que são empréstimos atrás de empréstimos, e aposto Senhor Vereador que vem aí mais um empréstimo, bem me parecia Senhor Vereador, infelizmente. -----

----- Na habitação Senhor Presidente temos uma geringonça que teve três anos sentada para corrigir aquela lei que tanta as angustiava e a consideravam injusta, e agora o Partido Socialista percebeu que a lei denominada a “Lei Cristas” era importante, e não sabem resolver, Senhor Presidente. -----

----- Vemos com isto uma questão fundamental que no âmbito por exemplo daquilo que é o arrendamento local, assistimos agora aquele que é o ataque, o maior ataque à propriedade privada, eu diria mesmo o regresso à década de sessenta do século passado. -----

----- A suspensão não resolve nada, porque pasme-se para além de ela ter sido pré-enunciada, provocou uma caça ao ouro antecipada, Senhor Presidente.-----

----- Apenas para cobrir o facto de terem estado a discutir, e discutir, e discutir, e na realidade nada terem preparado. -----

----- Querem que seja uma vez mais o privado a contribuir para a sua própria regulamentação, muito bem! Então que sejam sérios, suspendam para a cidade toda, e não apenas para aqueles bairros, e já agora por apenas três meses, que é para essa suspensão não ser a justificação para uma vez mais a cidade parar à espera que os Senhores reflitam.-----

----- Os territórios escolhidos ainda para mais Senhor Presidente, é um pouco como aquela seleção prévia, temos um conjunto de pessoas no hospital, e os Senhores voltaram e disseram: “já sei quem é que vamos salvar é os que estão na morgue.” -----

----- E por isso Senhor Presidente, esta nova lei ainda para mais é um sistema de cotas, e que vem recuperar o modelo soviético completamente ultrapassado.-----

----- E em termos de mobilidade, Senhor Presidente, bom! -----

----- Uma cidade que está focada num plano de mobilidade, recusa a oportunidade de retirar até oitenta e seis mil carros, e opta pelo seu oposto, é uma demonstração clara de mobilidade, Senhor Presidente. -----

----- Depois uma política de mobilidade urbana, que o Senhor Presidente diz assentar como numa visão metropolitana, e depois é favorável a um modelo de metropolitano que gere enormes entradas ao rápido acesso de populações de outros concelhos à cidade de Lisboa, é uma vez mais Senhor Presidente, uma excelente política de mobilidade metropolitana.-----

----- Senhor Presidente, e uma Segunda Circular que era prioridade e passou...” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Vereador, uma, duas, três vezes tem alguma piada mas se não for repetido. -----
----- Até porque o Senhor Deputado Luís Newton também entra no diálogo, mas não podemos exagerar. -----
----- Senhor Deputado pode continuar.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado por me permitir Senhor Presidente. -----
----- Uma Segunda Circular que era a prioridade e de repente passou a missão secreta porque Senhor Presidente, onde pára o relatório sobre o inquérito à empreitada na segunda circular! -----
----- E agora vem esta coisa da faixa *bus*. -----
----- Senhor Presidente, aonde estão os estudos dos benefícios reais para essa mobilidade metropolitana que tanto vem advogando? -----
----- E depois Senhor Presidente, olhando novamente para o centro da cidade fala numa mobilidade, e é uma cidade que quer discutir velocidades de circulação, mas que não resolve nem problemas relacionados com a acumulação das segundas filas, nem moderniza o seu regulamento de cargas e descargas. -----
----- Senhor Presidente, “mas que raio” de mobilidade é esta que o Senhor Presidente quer vender à cidade! -----
----- Solidariedade social, sejamos francos! -----
----- A Gebalis deixou de responder não por causa do enorme empenho dos seus técnicos, mas porque os decisores políticos ainda não compreenderam o fundamental. -----
----- O modelo faliu, faliu, faliu! -----
----- Não serve nem para os contribuintes que contribuem com os seus impostos para ele, e não serve para as pessoas que pretendem ajudar que hoje em dia têm as suas vidas completamente destruídas por uma Gebalis que não tem capacidade de resposta, porque não tem um modelo adequado. -----
----- Urbanismo Senhor Presidente, bom! -----
----- Entrecampos, em vez de ser um hino à habitação vai ser um hino à terciarização. -
----- Pedem uniformização, mas transformam depois em unidade de execução. -----
----- Oh Senhor Presidente, e quem é que vai garantir a homogeneidade urbanística deste processo? -----
----- Eu só espero que não sejam os mesmos que estavam responsáveis por garantir essa mesma homogeneidade, em Picoas ou no Largo do Rato. -----
----- E o que dizer desta nova Câmara de urbanismo privado em que se vai tornar a própria SRU? -----
----- Uma via verde para os “monos”, Senhor Presidente? -----
----- Oh Senhor Presidente há no entanto uma matéria que me apoquento e que Vossa Excelência estranhamente não referiu. -----

----- O Senhor Presidente não teceu uma linha sobre higiene urbana, e isto também Senhor Presidente é revelador da visão que o Senhor tem sobre o estado da cidade.-----

----- Uma cidade que viu a produção de resíduos urbanos crescer substancialmente nos últimos anos, e que segue uma política de aumento do número de caixotes do lixo para dar resposta, é quem não compreendeu a mudança de paradigma, e por isso vai continuar não só à acumular lixo, como também Senhor Presidente pasme-se aumentar o número de caixotes na cidade.-----

----- Só nos últimos três anos vimos por parte desta Câmara Municipal algum tipo de reação ao problema, e que tem-se traduzido num aumento de investimento nesta área. -

----- Bom, “mais vale tarde do que nunca”!-----

----- Oh Senhor Presidente, vamos falar sobre uma paixão de um antigo governante da sua cor política, a paixão dele era a educação.-----

----- Já percebi que não é bem a sua paixão, porque o Senhor inclusivamente foi uma daquelas que deixou ir no modelo de negociação com esta nova meia esquerda.-----

----- Oh Senhor Presidente, escolas de 1º Ciclo ainda com amianto!-----

----- Escolas do 1º Ciclo sem medidas de autoproteção! Escolas do 1º Ciclo nesta altura com infraestruturas degradadas, e que perigam ao bem-estar das crianças.-----

----- Oh Senhor Presidente, que visão de futuro é que o Senhor tem para a sociedade e para a comunidade que quer, e que jura defender.-----

----- Oh Senhor Presidente há no entanto uma coisa boa, que eu ouvi no seu discurso com o qual eu quero partilhar consigo.-----

----- Com uma preocupação é que até isso os Senhores já querem transformar esses resultados naquelas análises que fazem de impacto, faz-me lembrar o TGV, aquela ideia que isto agora era o novo *El dorado* do país, retornos financeiros como se não houvesse amanhã, lançam números como se isto fosse uma realidade paralela, mas o evento é bom Senhor Presidente, o evento é bom! Chama-se *Web Summit*, e pasme-se se está Vossa Excelência de parabéns, mas espere.-----

----- Isto começo com uma vontade de um certo governo que Vossas Excelências tendem a demonizar, uma vontade CDS, PSD, uma visão, essa sim de futuro, por isso Senhor Presidente muito obrigado, obrigado também ao Doutor Paulo Portas, e obrigado também ao Doutor Pedro Passos Coelho.”-----

----- (Neste momento assumiu a Presidência a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Vamos passar...-----

----- Desculpem-me o atraso, boa tarde a todas e a todos, a Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS- PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, bem-vinda.-----

----- Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Deputados.

----- Um ano após as eleições autárquicas em que o CDS e a coligação “Nossa Lisboa” se posicionou como a segunda força política e lidera da oposição, é o momento propício para falarmos do estado da cidade, um momento em que devemos olhar para o passado, avaliar o que foi feito e o que ficou por fazer, e em que situação nos encontramos, e para onde vamos. -----

----- Neste ano como nos últimos dez, o CDS tem sido a oposição atenta, construtiva na fiscalização da atividade da Câmara e das Empresas Municipais. -----

----- É por isso que em cada problema, por cada dificuldade e apelo da cidade, apresentamos uma proposta, uma solução.-----

----- Procuramos alternativas e buscamos consensos. -----

----- Só neste ano apresentámos entre Câmara e Assembleia Municipal mais de cento e vinte propostas e recomendações. -----

----- Hoje a bancada do CDS aborda quatro áreas de ação do Município, que se têm revelado um desafio à sua gestão, por circunstâncias adversas ao poder local, ou por falta de rumo e estratégia definida.-----

----- O primeiro tema que trazemos é o da mobilidade. -----

----- A vida de quem aqui habita e trabalha tem alterado as dinâmicas do concelho, o que nos convoca para definir novas soluções, contudo olhar para o problema não passa apenas por Lisboa, mas também para a área metropolitana. -----

----- O cenário é conhecido, a utilização da viatura particular continua a ser predominantemente principal, porque os transportes públicos, quer o metro, e os autocarros mantêm-se deficitários no serviço prestado.-----

----- Os veículos de animação turística continuam à espera de uma solução concreta, com um regulamento a que “cortaram as pernas”, e deparamos com o aumento da utilização de motociclos e bicicletas enquanto meio de transporte. -----

----- Na Carris as carreiras de bairro continuam por concluir e há zonas da cidade esquecidas pela operadora como é o caso das Galinheiras.-----

----- Na última semana tomamos conhecimento que o Presidente da Câmara chegou a consenso com outros concelhos da área metropolitana, como já aqui o referiu para a criação de uma empresa única de transportes e um passe único diz por quarenta euros, e é apenas o que sabemos, porque nesta Assembleia Municipal ainda nada de concreto foi apresentado, designadamente o modelo de sustentabilidade financeira o investimento previsto, a construção de um preçário e o serviço efetivo a prestar, a par de um investimento que cada município terá de executar, e obviamente penso que todos concordamos que a solução deverá ser sempre por uma via metropolitana. -----

----- Diz o Governo que dará a mão a esta medida em Lisboa e Porto, a seguir lembrou-se que existe um país para além das áreas metropolitanas com inúmeros municípios que não têm sequer transportes públicos. -----

----- Mas declarações destas saborosas já estamos habituados sempre que as eleições estão à porta, e há um país esquecido, para o Partido Socialista há um país esquecido. -

----- Mas foquem-nos em Lisboa, quando falamos em preçário recordamos bem da proposta que o CDS apresentou, para que o passe fosse gratuito para todos os jovens entre os dezoito e vinte e três anos, e não exclusivo para universitários. -----

----- A proposta é simples, não pode a Câmara nem uma empresa municipal discriminar um jovem que por falta de recursos financeiros para estudar tiveram que ingressar no mercado de trabalho. -----

----- A proposta agora apresentada pelo Senhor Presidente já reduz essa isenção, e portanto temos que saber só haverá isenção até aos doze anos, e o que vai ser feito às isenções e aos descontos atuais da Carris. -----

----- Na prática a proposta do CDS foi chumbada pela esquerda, a mesma esquerda que proclama a igualdade de direitos e oportunidades como propriedade sua, mas que se fica por meras palavras, convínhamos que é pouquinho. -----

----- Sobre o metropolitano de Lisboa é conhecido o projeto que o CDS apresentou na campanha eleitoral, no que toca à priorização da linha para a zona ocidental a posição da Câmara e Assembleia foi de unanimidade. -----

----- Entendemos que a ausência da expansão da rede tem agravado os problemas aferidos nas deslocações de pessoas e veículos, o que torna a sua implementação inadiável. -----

----- Nos últimos dois Mandatos lembramo-nos bem dos compromissos do Partido Socialista de cada vez que apresentava para deliberação um plano de pormenor ou de urbanização. -----

----- Na vertente da mobilidade a solução passou sempre por diminuir faixa de rodagem e estacionamento tendo como contra partida a melhoria do serviço da Carris, e principalmente a abertura de estações do metropolitano, assim foi a título de exemplo com o Plano de Pormenor das Amoreiras ou com o Plano de Urbanização de Alcântara. -----

----- Contudo o Governo e a Câmara entenderam que a prioridade recaí sobre a linha circular, opção contestada pelo CDS e pela maioria dos partidos, bem como pelos trabalhadores do metro, que consideram um gasto elevado para o impacto reduzido que poderá vir a ter na circulação. -----

----- Ora da Câmara e deste Executivo era espectável que cumprisse com os planos que apresentou, que geraram expetativas a quem tem levado a revitalização das zonas abrangidas por estes planos, tendo como base a criação de estações metropolitanas. ----

----- Sublinho o Executivo Socialista deu a sua palavra, e com uma expansão para a zona ocidental era essencial e prioritária. -----

----- Na semana passada o jornal “Público” publicou uma entrevista ao Vereador Manuel Gaspar com o Pelouro da Mobilidade, em que este afirma: *“que não se justifica prolongar o metro até à zona ocidental, alargando o percurso do elétrico 15 de Alcântara e de Algés.”* -----

----- Aliás, o Senhor Presidente na sua intervenção inicial disse exatamente o contrário. -----

----- E ainda diz: “*que o projeto decorre do acordo político entre o PS e o Bloco de Esquerda*”.-----

----- E uma vez mais somos surpreendidos, então não foi o Deputado Municipal do Bloco, Ricardo Robles, posteriormente candidato e Vereador um dos maiores defensores do metro na zona ocidental? E que continuou a afirmar essa vontade depois de assinar o acordo com o PS a assumir funções executivas? -----

----- Das duas uma, ou estávamos perante mais uma especulação de Ricardo Robles, ou o Bloco “meteu a viola no saco”. -----

----- Senhor Presidente, sobre esta matéria queremos uma posição clara da Câmara, vai cumprir com os planos que tem vindo a aprovar? Vai cumprir com a promessa de exigir o metro até à zona ocidental? Julgamos que é essencial esta clarificação sobre este transporte público capilar para a cidade, para percebermos se a Câmara mudou a sua visão de acordo com a “dança das cadeiras” no Executivo. -----

----- Nós queremos saber, e os lisboetas exigem e merecem transparência. -----

----- Mas vamos ao tráfego. -----

----- É notório que após várias intervenções numa rede viária a mesma não trouxe melhorias significativas no trânsito, como nalguns casos até piorou, pelo que temos insistido na apresentação de um novo estudo de ordenamento de tráfego na cidade que a Câmara promete, mas não apresenta. -----

----- Já que os Senhores gostam tanto de distinções internacionais, estranho pois que não mencionem que Lisboa se distingue por ser a cidade mais congestionada da Península Ibérica. -----

----- Estas distinções negativas deveriam ser objeto do vosso cuidado, já que são da vossa inteira autoria e responsabilidade. -----

----- E destaque-se e continuamos a aguardar para uma solução para a segunda circular.-----

----- Quanto ao estacionamento é conhecido o que nos separa quanto à visão para a EMEL, e aquela que no nosso entender deve ser uma política amiga de quem vive na cidade. -----

----- As recém-criadas subzonas têm gerado complicações locais e a contestação dos munícipes, por dividirem bairros em muitas zonas e quartando as deslocções dos moradores dentro da sua comunidade.-----

----- É um alerta que aqui deixamos, para que a Câmara repense as zonas recentemente aprovadas, e também as futuras. -----

----- Senhor Presidente, nesta matéria o CDS tem feito o seu trabalho de posição construtiva onde quer na Câmara, quer nesta Assembleia, já apresentou mais de vinte propostas nesta área.-----

----- Falando em mobilidade é indissociável não abordar a sustentabilidade ambiental.-

----- A cidade detém várias fontes de ruído: área, ferroviária e rodoviária. -----

----- No caso rodoviária temos apresentado vários casos em que o Município tem competência para atuar, mas pouco tem sido feito. -----

----- E há uma meta em que todos nos devemos unir e procurar soluções, o combate à emissão de gases poluentes. -----

----- O Executivo tem insistido em manter as zonas de emissões reduzidas, a fraca redução de partículas, a degradação da qualidade do ar, acompanhado da inexistência de coimas de acordo com os dados inscritos na sua própria Informação Escrita, demonstram que estamos perante um *flop*.-----

----- Portanto Senhor Presidente é preciso fazer muito mais nesta matéria.-----

----- A distinção de “Lisboa Capital Europeia Verde 2020”, obriga-nos a agir e apresentar uma estratégia firme aos principais desafios da sustentabilidade, é nessa medida que entendemos que a distinção atribuída a Lisboa, não deve ser vista como um prémio, mas encarada como um estímulo para o desenvolvimento de novas medidas nas áreas da mobilidade, da economia circular e da eficiência energética e hídrica.-----

----- E também nesta área apresentaremos brevemente um pacote de medidas e ações.-

----- Mas se área ambiental em que o Senhor Presidente não falou e que nos preocupa é a higiene urbana.-----

----- Temos assistido a uma degradação dos serviços de higiene urbana, e o incumprimento parcial do plano de implementação do PERSU 2020.-----

----- Para agravar este cenário a produção de resíduos urbanos *per capita* em Lisboa tem aumentado sendo superiores a cidades como Barcelona e Milão.-----

----- Dir-se-á que a culpa é do turismo, sim também.-----

----- Mas se visitarmos freguesias com pouca ou nenhuma frequência turística o cenário não melhora.-----

----- O lixo espalhado pelas ruas, remoção ineficiente, caixotes repletos em plena via pública e reduzidas lavagens de passeios.-----

----- O CDS considera que este é um dos grandes desafios que atravessamos neste Mandato, e que nos convoca a todos.-----

----- As causas são várias: falta de sensibilização e de civismo, mas principalmente ausência de meios manifestada há muito tempo.-----

----- A reforma administrativa vem acentuar a situação, a transferência de competências próprias para as Juntas foi um processo atribulado, e os meios esses continuam a ser insuficientes, no que toca a recursos financeiros, técnicos e humanos. -

----- Na última Informação Escrita do Presidente, foi possível verificar que das múltiplas queixas dos munícipes, 80% tinham provimento e a maioria das situações relatam circuitos de remoção incompletos, ou simplesmente por cumprir.-----

----- Assim, é claro que existe um problema operacional de gestão, mas também de estratégia.-----

----- Não se compreende como é que a verba afeta à Higiene Urbana proveniente das receitas da taxa turística, seja tão diminuta face aos restantes projetos.-----

----- O que esperar de 2019, em que a Câmara prevê a duplicação da taxa, e o aumento das restantes receitas? Será que veremos finalmente a sua aplicação no reforço destes meios, em mobiliário urbano, ou na criação de instalações sanitárias públicas, já aqui aprovadas.-----

----- Há que acertar agulhas no que diz respeito à limpeza da cidade, aqui importa colocar um ponto final à situação atual a bem da saúde pública de todos e da qualidade vida dos cidadãos. -----

----- Da parte do CDS, temos feito inúmeras propostas para resolver esta problemática, de que destaco a apresentação de dez medidas num pacote designado “Lisboa Limpa”, que se encontra a aguardar discussão em sede de Câmara. -----

----- Posto isto parece-nos claro que a estratégia para a higiene urbana necessita de ser reforçada a fim de dar respostas às queixas dos munícipes e comerciantes, desde logo com o reforço de meios técnicos, humanos e financeiros para as Juntas, a par do recurso a funcionar camarários com conhecimentos específicos nesta área, e que possam formar e capacitar as equipas das Juntas, sejam elas constituídas por elementos do quadro ou em serviço externo. -----

----- Da parte da Câmara impera a contratação de novos elementos, e da parte das Juntas um maior esforço perante o reforço de meios na lavagem de passeios, resolvendo os casos de pavimento encardido e engordurado. -----

----- Há outra área que o CDS considera prioritária e de extrema importância para o desenvolvimento da cidade e da sua identidade e que é a cultura. -----

----- Sabemos que a programação cultural da cidade seja ela promovida por entidades públicas ou privadas, oferece um vasto leque de vertentes artísticas e cada vez mais novas abordagens. -----

----- No que respeita à estratégia cultural de Lisboa, há uma falha cada vez mais latente e que se relaciona com o apoio ao associativismo cultural e em particular ao apoio e ao fomento da cultura popular. -----

----- É a cultura popular que nos remete para práticas tradicionais e que nos distingue enquanto povo e nação, e que deveria merecer do Município o total apoio e colaboração. Mas a verdade é que a cultura popular é tratada como parente pobre, algo menor relegado para as Juntas. -----

----- Veja-se a ausência de atenção por parte da EGEAC a estas entidades, limitando a sua inclusão às Festas de Lisboa, por estas serem a alma das mesmas, senão nem isso teríamos. -----

----- É de elementar justiça referir o esforço da Direção Municipal de Cultura para apoiar os projetos de cariz popular, mas quando não existe uma estratégia política da Vereação nesse sentido, tornasse difícil promover as associações, grupos e entidades que trabalham nesta área. -----

----- E não vale a pena argumentar que a cidade é cosmopolita, moderna e onde as tradições não têm lugar, a não ser em junho de cada ano. -----

----- Basta conhecer a vida dos bairros daqueles que entre os anos cinquenta e sessenta se fixaram na capital, e que para aqui trouxeram as suas raízes e costumes. -----

----- Pergunto para quando um apoio claro e inequívoco a estas entidades? -----

----- Quanto ao apoio às inúmeras instituições da cidade de pequena dimensão, iremos entregar amanhã à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, para agendamento uma proposta para resolver a lacuna ao nível da existência de salas de espetáculo de

dimensão intermédia, bem como para as salas de ensaio de artes formativas e de armazenamento e arquivo.-----

----- E não aceitamos ouvir novamente que estamos a exagerar, estas últimas palavras Senhor Presidente e Senhora Vereadora, são demonstrativos do estado da arte e retirados da estratégia cultural para Lisboa, um documento oficial da Câmara lançado no ano passado.-----

----- Muito mais haveria a dizer sobre a cultura de Lisboa da gestão à programação, das divisões entre Município e Empresa Municipal e ATL, mas não podia de deixar de referir a atual situação dos arquivos municipais, alguns deles em espaços inapropriados e que colocam em causa as condições de preservação dos acervos. -----

----- Veja-se os problemas constantes de infiltrações no Arquivo da Liberdade, do Bairro da Liberdade, o acesso à Hemeroteca ou o abandono relegado a um canto de uma biblioteca da Bedeteca.-----

----- Urge uma nova estratégia para uma área tão importante e que se traduz na nossa história passada e presente, isso Senhor Presidente se há matéria em que não se vê estratégia por parte do Executivo há vários anos é esta. -----

----- Por fim Senhor Presidente, Senhor Presidente da Assembleia não podíamos deixar de relevar as políticas de habitação que hoje estiveram tão faladas na comunicação social. -----

----- Lisboa tem vindo a perder habitantes desde os anos oitenta com particular incidência no centro histórico. E muitos daqueles que ali habitavam com rendas baixas ocupavam frações muitas vezes em condições precárias. -----

----- Os sistemáticos congelamentos de rendas ao longo de décadas acarretaram problemas para proprietários e inquilinos. Em suma más para ambos, desastrosas para a cidade. -----

----- Tal situação exigia dos municípios políticas públicas de habitação, que em Lisboa não existiram durante os últimos dez anos. -----

----- Assistimos à extinção da EPUL o único organismo que conseguia manter programas de habitação a custos acessíveis e em grande medida regular o mercado, era um mecanismo essencial no equilíbrio da dinâmica dos usos, e o que fez António Costa? Internalizou o seu objeto mas esqueceu-se de o cumprir.-----

----- Foram precisos dez anos para que o Executivo socialista apresenta-se um programa de habitação, o Renda Acessível, e portanto estamos perante uma década perdida. -----

----- Entretanto o NRAU veio trazer um novo folego ao mercado de habitação, reabilitando grande parte da cidade, daquela cidade em parte devoluta como os censos indicam, aquela cidade que nem o comércio resistiu. Se a lei teve impactos negativos, sim! Como qualquer lei. -----

----- O aumento repentino do turismo, e do alojamento local trouxe uma nova vida aos bairros de novos fluxos, mas também colocou muitas pessoas em situação de vulnerabilidade. -----

----- E em matéria de alojamento local importa avaliar as zonas de contenção, desde que fundamentadas em estudo próprio, claro e justo, para simultaneamente se avançar o quanto antes para a elaboração do regulamento. -----

----- Esta proibição não deixa de ser irónica quando simultaneamente assistimos à afetação de património municipal para alojamento local, como é o caso da Casa do Presidente da Quinta da Pimenteira, e as Casas de Função do Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Pelas mãos de Costa e Medina a incoerência foi muita, numa concessão que apenas contou com os votos contra em 2014 do CDS e do PCP. -----

----- Neste cenário esteve a Câmara à altura e soube acompanhar a mudança do mercado com políticas públicas municipais para habitação? Não! -----

----- Estamos perante uma necessidade inequívoca de novas políticas de habitação a um novo paradigma de resposta para a classe média a preços moderados, que dê condições a quem quer viver na cidade. -----

----- Deve o Estado apoiar com medidas claras aos municípios? Deve! -----

----- Mas é tão verdade como o Município ter ao seu dispor património edificado, e não fazer uso dele para criar respostas. -----

----- Nesta equação importa que o Município apresente de forma clara a sua estratégia de valorização do património municipal, composto por centenas de edifícios detidos pela Câmara, e desses infelizmente contam-se pelos dedos em dez anos os casos de afetação para habitação a preços moderados. -----

----- Exige-se que o Executivo liste os edifícios estratégicos para os quais tem um fim destinado, e os não estratégicos, incluindo terrenos e afetando-os a esta finalidade. -----

----- Se o Município não dá o exemplo o que se pode esperar? Uma mão cheia de nada? -----

----- E o mesmo se passa com os bairros sociais municipais. -----

----- Temos milhares de pessoas a guardar por uma casa, muitas delas há anos em situação de vulnerabilidade social e económica gritantes, e em simultâneo mais de mil seiscentas casas fechadas e devolutas a aguardar obras. -----

----- Mil e seiscentos é o número de levantamento que o CDS efetuou porque os pedidos da lista atualizada à Senhora Vereadora da Habitação continua a aguardar resposta desde o início do Mandato. -----

----- Perante a opacidade e sem dados concretos que o Executivo se furta em fornecer, como é que podemos exercer o nosso direito e dever de fiscalizar a atividade do Município? -----

----- Também sobre este tema o CDS apresentou uma proposta do novo regulamento para habitação social que já será despalmado os seus pormenores mais à frente. -----

----- Não queríamos nesta discussão deixar de lembrar a “Operação Integrada de Entrecampos” e os terrenos da Feira Popular. Processo esse em que nos terrenos da feira é dada prioridade máxima ao comércio e serviços, em detrimento da habitação em preços moderados, e da opção do Executivo de fazer uma consulta pública, pelo prazo mínimo previsto na Lei. -----

----- Afinal, e pela voz da Câmara só se tratava da maior operação urbanística dos últimos anos desde a Expo 98, achar que em vinte dias se faz a discussão pública em pleno período de início de férias de verão é suficientemente demonstrativo da falta de noção do papel ativo dos cidadãos e da democracia participativa. -----

----- Ao CDS não restava outra hipótese se não votar contra a proposta, não pela opção final, mas porque consideramos a mesma ilegal a partir do momento em que o Executivo querendo maximizar a rentabilidade dos terrenos e alcançar os metros quadrados de 2015, agora com outras regras decide integrar bens de domínio público municipal no cálculo do índice de edificabilidade. Estamos convictos da ilegalidade cometida e por isso o CDS solicitou à Procuradoria-Geral da República, que averigue a legalidade do mesmo. -----

----- Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, temos medidas, temos propostas, temos projetos para Lisboa e para os seus habitantes, sabe à Câmara ter uma postura de abertura, ouvir as várias sensibilidades, ouvir mais a cidade, só tem a ganhar com processos abertos e transparentes. -----

----- Independentemente da postura do Executivo Socialista, o CDS continuará a defender medidas para uma cidade que merece o melhor dos seus Eleitos, dedicação, trabalho, e sempre mais sempre ao serviço de Lisboa. -----

----- Muito obrigado” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- E vamos continuar a próxima intervenção pela ordem descendente, a Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro do Partido Comunista Português.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Hoje, é cada vez mais doloroso e inquietante falar de Lisboa, do estado da cidade. A uma capital com o poder centralizado e disforme, mas uma cidade que tinha fábricas, trabalho e quase um milhão de pessoas, o povo que foi decisivo na transformação de um golpe militar na revolução de Abril, sucedeu-se uma cidade que sobreviveu ao consulado de Abecassis; e que, na década de 1990/2000, assumiu a eliminação de zonas de barracas, de pobreza infinda, entre outras mudanças fundamentadas e inscritas no PDM que nessa década foi feito e honrou a coligação PCP/PS no Município de Lisboa. -----

----- Depois, a uma social-democracia bem-intencionada que ainda era assumida verbalmente pelo PSD e o PS, sobretudo com Santana Lopes e as jogadas do Parque

Mayer e da destruição da Feira Popular, sucedeu-se uma mudança que veio a ganhar corpo com a revisão violenta do PDM em 2012; revisão em que o PS e seus aliados estiveram juntos na criação da cidade dos negócios como foi esse plano de pormenor da Matinha e, mais recentemente, esse monstro da Avenida Fontes Pereira de Melo. --

----- Exemplos bem claros, entre outros, de que, também no plano político, numa sociedade em que o poder maioritário punha radicalmente de parte qualquer fumo de social-democracia e de centrismo social, emergiu uma situação nova e poderosamente destruidora da vida ainda popular e marcante de Lisboa. -----

----- Tudo esteve sempre ligado. -----

----- Enquanto na capital emergia esse golpe medido e executado centímetro a centímetro, até eleitoralmente, negociado de forma clara e brutal pelo PS e o PSD, que foi a reforma administrativa, em 2012, com a destruição de vinte e nove Juntas de Freguesia, no país eram continuamente encerrados hospitais, escolas, serviços públicos na agricultura, no trabalho e nas áreas sociais e culturais. -----

----- Hoje, o poder político, que antes era moderador dos objetivos e vontades mais arrogantes do sistema capitalista, mudou radicalmente e tornou-se cumpridor obediente e obrigado do sistema financeiro, à escala europeia e também local, corruptor e destruidor de vidas e de cidades que antes eram identitárias e decisivas na definição, empreendimento e aposta dos países nos seus destinos independentes e soberanos. -----

----- Bem podem os proclamadores encartados da dita democracia aberta e participativa inventarem e promoverem mil e uma novidades, iniciativas e encontros. -

----- Bem podem, propagandear invenções limitadas à partida. Hoje quem determina o que Lisboa é e será, se eles puderem, são os grandes fundos financeiros e abutres que já não precisam de aparecer para determinarem o que é comprado no sector bancário, o que vai ser construído e onde. -----

----- O que deve o metropolitano delimitar e servir como zonas de interesse prioritário e altamente especulativo, como acontecerá desde Campo de Ourique àquela zona da Estrela, até ao rio, se os lisboetas deixarem. -----

----- Isso é tão claro já que um Partido Socialista nega-se ao óbvio interesse popular, na implantação de uma linha para Alcântara, Ajuda e Belém, e entrega-se denodadamente à imposição da linha circular Cais do Sodré, Estrela e Beira-Rio, porque aí assentam os planos e projetos de quem manda e tudo determina na especulação imobiliária e negócios dominantes. -----

----- Aí está, portanto, o estado moderno e obrigado da cidade, que bem pode implantar bicicletas, motorizadas e outros avanços tecnológicos e apropriados para servir a opinião pública. -----

----- Quem anda de transportes públicos na cidade, quem conhece as saídas imensas de pessoas ao fim de cada dia de trabalho, bem sabe que Lisboa fica mais deserta para as malas, malas e sacos dos turistas e para aqueles que estão nos hotéis que grassam como um dos grandes negócios onde até gente que não era nada na vida hoje ganha muito, mas mesmo muito dinheiro. -----

----- Lisboa fica para os que têm dinheiro para pagar alojamento local especulador e perigoso, ou quatrocentos mil, quinhentos mil euros, até um ou dois milhões, que, esses sim, podem comprar casas e ocupar freguesias que eram populares e agora são locais para uso prioritário de privilegiados nacionais e estrangeiros. -----

----- Esta é a realidade maior e brutal de Lisboa.-----

----- Bem pode a Câmara do PS e aliados estar satisfeita e com a noção do dever cumprido. Mas a fatura é imensa e prejudicial para a maioria dos que eram lisboetas de nascença ou opção, e que agora têm de abandonar a cidade em cada fim de dia, para irem morar cada vez mais longe, onde ainda há rendas de trezentos e quatrocentos euros, onde ainda há casas com preços até duzentos mil euros, o que se torna cada vez mais raro. -----

----- Em Lisboa já nada disso existe. Os programas anunciados e milagres propagandeados vão encobrendo a realidade bem mais dura e perigosa. Todos os dias de Plenário desta Assembleia se transformam em exemplos dolorosos da falta de casas e de despejos até camarários que nos envergonham ou deviam envergonhar.-----

----- O resto, de facto, é o imenso mundo de lucros para os investidores que não precisam de se mostrar para mandarem e disporem como lhes interessa. Um dia se fará a história de como isto aconteceu e acontece, mas será tarde porque os maiores executores já serviram e passaram, muitos milionários se fizeram, os que aí andam à babugem dos negócios, dos hospitais públicos, espaços municipais e oportunidades que se formaram e formam. E por aí continuarão a pairar os que já nem olham o balão e ficam na mesma porque não querem ver e não sabem como e quando tudo isto aconteceu. -----

----- Não sabem que o sonho comanda a vida nem nunca souberam. E, entretanto, decidem como lhes é servido e ordenado. Por nós, cá estaremos, a lutar como lutámos desde sempre por hospitais e serviços públicos, cada vez mais ameaçados e substituídos por grandiosos empreendimentos como o do chamado triângulo de ouro de Alcântara que, tal como os outros hospitais privados, beneficiam de terrenos municipais e de apoios do Estado nos dinheiros do Serviço Nacional de Saúde, desviados para os hospitais e clínicas do capitalismo empreendedor, na ADSE e outros sistemas cada vez mais controlados e orientados para isso mesmo, enquanto os governos esvaziam hospitais e serviços públicos em Lisboa e por todo o país. -----

----- Aqui estamos para dizer com liberdade e firmeza aquilo que combatemos e o que propomos de importante para uma cidade que tem uma história e um peso político, cultural e social que merecia outro destino que não fosse o empobrecimento maior dos que já são pobres, dos que trabalham e têm sonhos, dos jovens que não se conformam com este estado das coisas e querem conquistar o direito de ficar em Lisboa, de continuar a usufruir a cidade e a área metropolitana como decisão própria e não sacrificados a expulsões do que amamos e nos identifica. -----

----- Não estamos aqui para servir negócios de potentados. Estamos aqui, na Assembleia e na cidade, de corpo inteiro, para enfrentarmos o que vai ao arripio dos interesses de Lisboa e do país. Não baixamos a cabeça e não perdemos ideais. -----

----- Sabemos que é possível, sempre, mudar para melhor. Tal como o fizemos nestes

quatro anos a nível do país, batendo-nos com independência e sensibilidade política pelas mudanças e o alívio que foi possível reinstalar na sociedade portuguesa. Sem deixarmos de enfrentar os problemas, propor e lutar pelos interesses legítimos de quem trabalha e sofre, pelos direitos à saúde pública, à educação, à cultura e a uma vida social digna, estamos e estaremos disponíveis em Lisboa e na área metropolitana para mudar o que está mal, o que violenta e amargura a vida de cada família e dos trabalhadores.-----

----- Somos firmes em relação ao que cabe ao poder local democrático empreender, defender e construir, como continuaremos a afirmar que não haverá saída para este país sem uma regionalização que está na Constituição da República Portuguesa e que, não existindo, permite que o que resta de apoio às populações, por exemplo os correios locais, seja extinto por quem comprou os CTT muito baratos, no governo anterior. Foi o que aconteceu em Lisboa e está a acontecer nas áreas metropolitanas e no interior do país, para além da continuação do esvaziamento de serviços públicos na saúde, na educação e no apoio social.-----

----- Serviços agora mais ameaçados numa descentralização já falhada à partida, que tem como objetivo libertar o governo central para entregar milhões e milhões ao pagamento da dívida europeia, que é falseada e não pagável, e à preparação de novas áreas e oportunidades de negócios a fundos abutres e correlativos.-----

----- Sempre nos bateremos contra situações difíceis e decisivas para a nossa identidade e independência como esta que já aí está implantada. -----

----- Lisboa é o nosso território de eleição e responsabilidade. Cabe-nos juntar esforços para se voltar a humanizar e tornar viável e possível para os lisboetas, para quem vive e trabalha na cidade e na área metropolitana de Lisboa. Nós temos feito propostas, algumas aprovadas, e estaremos sempre disponíveis para criar um futuro diferente para todos. -----

----- Muito obrigado pela vossa atenção.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos prosseguir então.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira do Bloco de Esquerda”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados só para fazermos aqui um ponto de situação. -----

----- Nós, estamos neste momento, foram feitas as intervenções de cinco forças políticas, há mais quatro forças políticas e um conjunto de Senhores Deputados Independentes, estamos a seguir a ordem descendente como foi combinada em Conferência de Representantes.-----

----- Senhor Deputado faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----
----- Senhor Presidente da Câmara Municipal, boa tarde a todos e a todas. -----
----- Passou um ano desde as eleições autárquicas que criaram as condições para uma maioria no Executivo Municipal com base num acordo. -----
----- Passado um ano vale a pena ver as mudanças que esse acordo fez na vida de quem vive e trabalha em Lisboa. -----
----- Fizemos este acordo para garantir que os lisboetas estão no centro da política da Câmara Municipal e achamos que tem valido a pena. -----
----- Na área da educação a gratuitidade dos manuais escolares para todos os alunos do primeiro ao décimo segundo ano abriu caminho à extensão da medida a todo o país, temos orgulho nesse caminho que abrimos. -----
----- Na melhoria das refeições escolares também se fez caminho, com uma política de plástico zero, que significa a redução de cinquenta toneladas anuais de plástico, que é um enorme feito ambiental e uma melhoria enorme na qualidade das refeições que são consumidas pelas crianças. -----
----- Sabemos da importância da importância de ter uma oferta pública de creches, e por isso o acordo garante que até 2021 há pelo menos mil novas vagas nas creches de Lisboa, assim também acontece na construção de dez novos centros de saúde. -----
----- Assinalamos os avanços que foram possíveis nas questões dos transportes e na mobilidade, há décadas que o Bloco defende a descida dos passes na área metropolitana de Lisboa, e por isso só podemos acompanhar estas medidas, sendo que não podemos esquecer que é vital que essas medidas sejam acompanhadas pelo um forte investimento nos transportes públicos para melhorar a qualidade da oferta que é prestada. -----
----- Assinalamos haverá extensão do metro para a zona ocidental de Lisboa como prioridade a par da linha circular, vaia-se aplicar um plano de mobilidade de emergência para a zona ocidental com mais carreiras e mais horários, haverá um reforço da Carris com duzentos novos motoristas e duzentos e cinquenta novos autocarros. -----
----- Para além disso, a taxa turística será duplicada em 2019 para garantir mais recursos e mais investimento na cidade, como forma de combater o impacto causado pelo turismo, nomeadamente nas áreas da higiene urbana. -----
----- São enormes avanços para quem vive e trabalha em Lisboa, são provas do que os lisboetas e as lisboetas estão no centro da política da cidade. -----
----- Apesar das conquistas que juntos conseguimos na política da cidade, há desafios enormes que não podemos ignorar. -----
----- O primeiro deles é a questão da habitação. -----
----- Os preços das casas para comprar ou arrendar em Lisboa são proibitivos. Uma família com um salário médio não encontra nenhuma solução na capital, e que têm piores rendimentos não têm nenhuma hipótese de aqui morar. -----

----- Mas isto não é resultado de nenhum castigo divino e não estava escrito nas estrelas que assim tinha que ser. -----

----- Esta tempestade feita na habitação foi criada pelo governo PSD-CDS, e tem como responsáveis diretos a ex-ministra e atual Vereadora desta Câmara Assunção Cristas. -----

----- De cada vez que um idoso recebe uma carta do seu senhorio treme e lembra-se de um nome, Assunção Cristas. De cada vez que uma família com filhos não encontra casa para arrendar e só encontra de modo precário, lembra-se de um nome, Assunção Cristas. E terá Assunção Cristas assumido o erro que cometeu? Parece-me que não!----

----- Porque já amanhã fará uma conferência sobre habitação em Lisboa, e quem é que resolveu convidar para essa conferência o *CIO da Century 21*. -----

----- Nota-se bem para Cristas, a crise na habitação na cidade de Lisboa não é um problema é uma oportunidade de negócio. -----

----- Se não fosse trágico, Senhor Deputado seria cómico! -----

----- E se a direita criou a crise de habitação com as suas políticas é a esquerda que tem a responsabilidade de a resolver, no Bloco assumimos essa responsabilidade, e Fernando Medina tem razão quando diz: *"não pode esperar que os Municípios sozinhos resolvam a crise da habitação."* -----

----- Alterar a Lei dos despejos da Assunção Cristas, acabar com o balcão nacional de despejos, acabar com os vistos *gold* que favorecem a corrupção e que aquecem o mercado da habitação, restringir os benefícios fiscais para residentes não habituais, regular o alojamento local, aliviar o limite do endividamento dos municípios para investimentos em habitação, eram, e são medidas urgentes, ferramentas essenciais para atacar a crise na habitação. -----

----- Relembremos o debate que está à acontecer na Assembleia da República, há quase três dezenas de projetos, a questão em discussão num grupo de trabalho sobre habitação, desses dois foram aprovados e um foi incorporado no Orçamento de Estado para 2019. Esses são a moratória aos despejos, que foi limitado aos inquilinos com mais de sessenta e cinco anos ou de 60% de incapacidade, pelo PS, o direito de preferência e o levantamento do endividamento às Câmaras Municipais para investimento em habitação. -----

----- Para além disso, entrou em vigor ontem a proposta do Bloco para cotas sobre alojamento local. -----

----- Sabemos que havendo avanços nesse grupo de trabalho, e todos sabem o resultado desses avanços de hoje resultou a demissão da Coordenadora desse grupo de trabalho Helena Roseta, Deputado do PS que tanto tem trabalhado estes temas da habitação. -----

----- Por isso estamos certos que Fernando Medina, como Helena Roseta criticarão como o Bloco de Esquerda critica, mais um adiamento pedido pelo PS, no pacote de leis sobre habitação. -----

----- E estamos certos que toda a esquerda hoje criticará como o Bloco de Esquerda crítica a intenção do Grupo Parlamentar do PS em chegar a acordo com o PSD para as questões da Lei da habitação. -----

----- A direita criou a crise na habitação, e não é a direita que a consegue resolver, e recordemos o acordo entre o Bloco e o PS para a Câmara de Lisboa está a fazer a sua parte, e é por isso que temos hoje um estudo e uma moratória ao licenciamento dos novos alojamentos locais, e é por isso que dentro de pouco tempo que teremos um regulamento sobre alojamento local, e é por isso que estamos certos que vamos chegar a bom porto na revisão dos regulamentos municipais de acesso à habitação, garantindo o reforço de mecanismo de detenção precoce e acompanhamento para que evitemos o incumprimento do pagamento das rendas. -----

----- O reforço da transparência dos inquilinos e a suspensão dos despejos municipais quando verificada a carência económica dos respetivos inquilinos, e que não se encontre outra solução prestacional para o pagamento das dívidas.-----

----- O acordo entre o Bloco e o PS garante ainda um novo patamar de renda pública acessível integralmente financiado pelo Município.-----

----- Pôr os lisboetas em primeiro lugar e no centro da política foi isso que fizemos, combater na crise da habitação é cumprir esse compromisso. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos prosseguir então.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Real do PAN.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Colegas Deputadas e Deputados, restante público na plateia e comunicação social. -----

----- Como aqui afirmámos recentemente, Lisboa mudou. Lisboa não é a mesma de há alguns anos atrás. Mas é altura de precisamente de reconhecer as conquistas e identificar os desafios que temos ainda pela frente, apontando soluções num espírito de cooperação entre todas as forças políticas aqui representadas. -----

----- Decerto que todos e todas já conseguimos identificar exemplos concretos do resultado deste espírito de cooperação e do trabalho da Assembleia Municipal, mas também identificar problemas de um Lisboa que não vem nos guias turísticos. -----

----- Senão vejamos: a Assembleia recomendou mais ciclovias, bicicletas partilhadas, e hoje temos a “Gira”, com 1 milhão e 240 mil quilómetros percorridos.-----

----- Recomendámos também a presença de intérpretes de língua gestual portuguesa em todas as Sessões desta Assembleia e, apesar de ainda não termos ainda essa presença em todas as Sessões, já temos em algumas. É um passo em frente. Um progresso. Iremos conseguir, com certeza, a presença destes intérpretes em todas as Sessões, pois é única forma de nos tornarmos verdadeiramente inclusivos. -----

----- Ambas foram iniciativas do Grupo Municipal do PAN mas podiam ser de outros partidos. Votámos favoravelmente dezenas de outras recomendações e deliberações de outros grupos municipais e fizemo-lo porque são ideias ou projetos onde nos revemos e de importância para a cidade. -----

----- Mas apesar do que tem vindo a ser concretizado, muito há ainda a fazer. -----

----- Começamos pela habitação. -----

----- Em 2017 foi lançado o Programa de Renda Acessível, programa que temos apoiado e para o qual foram anunciados seis mil fogos. -----

----- Sabemos que está ainda em fase de projeto e que foi anunciado que as primeiras casas só estariam disponíveis num prazo de três anos. Mas mesmo sabendo o tempo que projetos desta envergadura demoram a ser concretizados, não podemos deixar de reforçar a urgência desta iniciativa e a necessidade de todos os prazos serem cumpridos, pois torna-se impossível viver em Lisboa pelos preços exorbitantes que estão apenas ao alcance de alguns. -----

----- O mesmo dizemos em relação ao projeto *housing first*, sendo primordial que a cidade aposte na disponibilização de mais fogos que permitam retirar as pessoas em situação de sem-abrigo da rua e que incentive a reestruturação das suas vidas. -----

----- Mas falar de habitação é falar também em habitação condigna e na necessária reabilitação do património imóvel, desde logo o municipal. -----

----- O direito à habitação é um direito fundamental de todas as pessoas, pelo que sobretudo ao nível da habitação municipal é essencial que se garanta a segurança e qualidade da mesma bem como a resolução de problemas que se vêm renovando sucessivamente por diferentes executivos. -----

----- Reconhecemos que a cidade mudou para melhor em várias áreas, noutras entendemos que só há resultados aparentemente positivos, como é o caso da reabilitação urbana, em que temos um vasto número de intervenções que mais não passam de intervenções “cosméticas” no edificado, em detrimento de critérios de segurança e estabilidade. E, embora seja necessário alterar a legislação nacional, a Câmara podia ter feito mais, incentivando desde logo uma reabilitação mais consciente através do seu poder regulamentar. -----

----- Falemos também do ambiente e das alterações climáticas. -----

----- Cada vez mais se impõe que olhemos de forma séria para os dados e estudos que temos disponíveis sobre as consequências que o planeta vai sofrer. Precisamos aqui de uma efetiva mudança de hábitos e comportamentos agora! E aqui a Autarquia desempenha um papel fundamental. -----

----- Ao nível da adaptação às alterações climáticas, observamos uma dissonância entre aquilo que é muitas das vezes a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) e a sua implementação efetiva na cidade. -----

----- A mitigação e a adaptação às alterações climáticas deve ser uma prioridade local, transversal às diferentes políticas e áreas de atuação: desde os transportes, à habitação, aos direitos sociais, à educação para a sustentabilidade, de modo a irmos ao encontro das metas previstas na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Sustentável. Tem de haver assim uma estratégia concertada de integração das diferentes políticas e a sua efetiva monotorização. -----

----- Nesta matéria é fundamental termos presentes alguns dos nossos maiores patrimónios naturais desde logo o Parque Florestal de Monsanto, já aqui referido hoje e o próprio rio Tejo que não só têm uma importância identitária para a cidade, como constituem todo um ecossistema que temos empenhadamente que proteger.-----

----- Por outro lado, também temos que referir o facto do novo Terminal de Cruzeiros de Lisboa em Santa Apolónia, encostado ao casario de Alfama e da Baixa, se situar numa Zona de Emissão Reduzida, ou seja há restrições de circulação de veículos ligeiros e pesados nestas zonas, parece-nos assim incongruente atracarem ali continuamente navios de cruzeiro, com uma capacidade de emissão de partículas manifestamente superior, no mínimo isto é um bocadinho incoerente.-----

----- Os automobilistas continuarão a ter as suas restrições como é correta, mas fechamos os olhos à pegada ecológica provocada por estes navios! -----

----- Outro tema que tem sido falado tantas e tantas vezes nesta Assembleia, mas continua por resolver, é a questão da higiene urbana. -----

----- É urgente apostar no sistema de recolha porta a porta, assegurando a recolha seletiva em toda a cidade. Está provado que desta forma as pessoas sentem-se mais responsabilizadas e que conseguimos aumentar a quantidade de resíduos que são encaminhados para reciclagem. -----

----- Ainda nesta matéria, temos de olhar com mais atenção para as questões da economia circular. -----

----- Já em 2016 o PAN apresentou uma recomendação para a criação de uma loja de empréstimos e de reparações, que foi aqui aprovada por maioria, referindo precisamente da cidade apostar em medidas que prolonguem a vida dos produtos e os seus materiais, dado que o modelo “extrair-fabricar-descartar” já não é exequível e muitos recursos naturais têm um carácter finito. -----

----- Passados dois anos não conseguimos perceber o que falta para concretizar esta proposta nem quais os passos dados para que Lisboa seja uma cidade que incentiva e premeia a economia circular, o empreendedorismo local e social. No entanto, já aqui nos indignámos tantas vezes por ver inúmeras lojas que marcaram a nossa cidade a fechar, e nada tem sido feito para travar esses fenómenos.-----

----- O fomento do comércio e da produção local e regional pode também ser visto como uma resposta para introduzir critérios ecológicos, por exemplo, também no domínio das compras públicas ou na reutilização de objetos que já não queremos, para além das questões históricas e sociais aqui inerentes. -----

----- No balanço deste ano é incontornável falar de turismo. -----

----- Lisboa atrai turistas como bem sabemos, os turistas atraem investimento e o investimento traduz-se em locais mais bonitos, airosos e atraentes, “Mas não há bela sem senão.” -----

----- Estes locais praticam preços tão elevados que na sua maioria não são visitados pelos lisboetas. Teremos agora uma cidade feita à medida dos turistas em que não há lugar para os habitantes da cidade? -----

----- Mais, fará algum sentido travar o alojamento local ou proibi-lo quando paralelamente grandes grupos hoteleiros continuam a instalar-se na cidade? Existe um efetivo controlo quanto às autorizações concedidas ou ao número de camas destas unidades hoteleiras? E quantas serão suficientes? Não podemos deixar de referir que esta foi uma das bandeiras apregoadas no acordo de governação da cidade PS e Bloco de Esquerda, No entanto, pouco ou nada foi concretizado neste domínio. -----

----- E, sim! É necessário fiscalizar obviamente o alojamento local, sobretudo o que não está legalizado pois é aí que está o verdadeiro problema. As camas e quartos na cidade que ninguém controla, sem condições e que não pagam impostos, e já agora que nos seja também disponibilizado os estudos que foram feitos a este respeito, não apenas as suas linhas gerais, porque depois de uma questão de transparência até do direito à oposição, todos nós temos o direito a esta mesma informação, que aqui tem vindo a ser referida. -----

----- A autarquia tem feito um grande investimento em obras no espaço público: praças, alargamento de passeios, canteiros, etc, mas durante as obras não tem havido qualquer cuidado com a circulação das pessoas. A polícia que está nos locais, paga pelo empreiteiro ou pelo promotor da obra, preocupa-se com a circulação automóvel, enquanto as pessoas que passam circulam onde der, quer se trate de uma pessoa idosa, ou de um carrinho de bebé ou até mesmo alguém em cadeira de rodas e ninguém parece estar preocupado com isso. -----

----- Se nas obras de iniciativa particular isto denota falta de fiscalização e também da aplicação de duras contraordenações, no caso de obras de iniciativa municipal, isto denota não só falta de fiscalização, como também de preocupação. -----

----- Na área da mobilidade, queremos ainda referir que o PAN acompanha a vontade da Câmara Municipal de termos um passe único para toda a área metropolitana e acreditamos que quando conseguirmos a sua efetivação daremos um passo em frente para uma cidade mais sustentável. -----

----- Neste momento-charneira, em que assistimos a uma suposta mudança nos transportes públicos de Lisboa, quer em termos de rede de transportes, como o que se pretende com a anunciada Carris Metropolitana, quer em termos de energia utilizada nesses mesmos transportes, como parece significar o investimento que a Autarquia está a fazer nos novos autocarros é de estranhar que não se incentive a utilização desses mesmos transportes públicos de forma mais inclusiva e que continuamente se deixe cair no esquecimento a necessária inclusão de todas as pessoas neste passo, designadamente daquelas que têm mobilidade condicionada, temporária ou definitiva. ---

----- Também temos que salientar que a mobilidade das crianças pequenas ou das pessoas de idade deve ser objeto de medidas específicas. Andar um quarteirão é completamente diferente se tivermos tinta ou setenta anos ou se estivermos com uma criança de três ou cinco anos ao colo, ou com uma criança pequena de quatro anos ou até mesmo um carrinho de bebé. -----

----- E isto não são detalhes, é o quotidiano e a realidade de quem diariamente tem de viver a cidade e se deslocar entre os diversos locais, seja uma ida à escola, para o trabalho, para casa, ou até mesmo para socialização. -----

----- Já aqui referimos por diversas vezes a necessidade de implementar algo que já está na lei: o transporte flexível, e até agora não passa de meras referências, breves até em alguns discursos. -----

----- E muito poderíamos dizer também quanto aos avanços e retrocessos em matéria da idealização da expansão do metropolitano, que já aqui hoje foi falada, para a zona ocidental da cidade. Quando ainda ontem tivemos o dito pelo não dito quanto a uma das prioridades daquela que é conhecida como a geringonça alfacinha! -----

----- Não queremos com isto dizer que concordamos que seja a solução que tecnicamente e economicamente é mais viável e que salvaguarda os interesses da cidade, menos ainda quanto à linha circular, pelo contrário. -----

----- Parece-nos antes que nesta área da cidade o elétrico ou o autocarro devem ser de facto uma aposta e que a linha circular não se traduz numa clara compreensão das reais necessidades em matéria de transporte da nossa cidade, mas sim numa falta de visão deste Executivo -----

----- Neste ponto da mobilidade incluímos também as preocupações com o estacionamento. -----

----- Cerca de trezentos e setenta mil carros entram em Lisboa por dia e, quando isso acontece, até as políticas públicas conseguirem criar alternativas para diminuir esta necessidade de trazer o veículo automóvel, é preciso estacioná-los de forma ordenada e respeitando quem reside na cidade e que não traz o carro, ou que já o tem. -----

----- Com a progressiva entrada da EMEL nas várias freguesias de Lisboa, é importante que sejam criadas alternativas que não prejudiquem as pessoas residentes e apostar na fiscalização. Quando já estão ocupados todos os lugares delimitados, seja durante ou ao final do dia, quando os moradores regressam a casa começa então a ocupação abusiva e desorganizada e lá estão os passeios, as passadeiras, as esquinas e as faixas de rodagem novamente ocupadas e ou estacionamento em segunda fila, além dos lugares constantemente tomados por frotas automóveis de oficinas ou até de empresas de aluguer. -----

----- No Mandato anterior foi recomendado à Câmara Municipal que fossem estabelecidos protocolos de utilização noturna destes parques por moradores com dístico, para resolver a sobreocupação noturna em algumas zonas, no entanto até agora ainda não vimos solução à vista. -----

----- E, quanto aos animais? -----

----- Não podemos deixar de reiterar a nossa preocupação com o bem-estar animal, na cidade como até aqui temos vindo a fazer. -----

----- Apresentámos uma recomendação para construção de um Hospital Municipal Veterinário. Foi aprovada mas ainda não foi feito nenhum avanço na sua concretização. -----

----- Este é um projeto que serve não só o bem-estar animal mas também o das pessoas que possuem escassos recursos financeiros para assegurar a saúde dos seus animais de companhia, e que não têm meios ou que não sabem a quem recorrer ou como fazer para prestar cuidados àqueles que são muitas das vezes a sua única companhia. -----

----- Que progressos foram feitos neste sentido? -----
----- E as obras de ampliação da Casa dos Animais de Lisboa ou do próprio “Lxcras”?
Esse assunto também não tem uma saída à vista?! E iremos continuar a ter animais
abandonados na via pública, deixados á sua sorte sem qualquer auxílio? -----
----- Ou até mesmo as iniciativas do Orçamento Participativo relacionadas com
matérias do bem-estar animal, que teimam em não sair do papel? -----
----- Reiteramos a importância de existir um Regulamento Municipal de Saúde,
Proteção e Bem-Estar Animal, recomendação do PAN que foi rejeitada nesta mesma
Assembleia Municipal mas que aparentemente foi tida em conta, considerando os
esclarecimentos prestados pelo Executivo na última reunião desta Assembleia. -----
----- Recordo que desde cães, a cavalos e outras espécies, são inúmeros os casos de
animais que se encontram abandonados ou a deambular nas vias e lugares públicos,
sem água, alimento ou condições de bem-estar. Isto para além da falta de condições
que muitas vezes se verifica nos próprios locais onde são mantidos, como varandas,
saguões ou espaços exíguos ou acorrentados permanente. -----
----- Não é esta a Lisboa que se diz ou se proclama como “amiga dos animais”? E o
Regulamento pode e deve vir dar resposta a algumas destas questões. Haja vontade
política que o PAN aqui estará obviamente acompanhar! -----
----- Terminamos a nossa intervenção com algumas temáticas que constituem desde
sempre uma preocupação do Grupo Municipal do PAN em Lisboa e que estão
relacionadas com causas e direitos sociais. -----
----- A estratégia para a igualdade ainda não está construída. Mas estamos no fim do
primeiro ano do Mandato deste Executivo. Sabemos que houve uma mudança de
Vereador, trocarão as cadeiras contudo cada vez que sai um Eleito não se pode
recomeçar do zero. -----
----- Lisboa precisa de uma estratégia para a igualdade, como precisa de uma contra a
pobreza. -----
----- Mas, Lisboa precisa, mas mesmo muito, que as diversas estratégias e planos que
faz se articulem entre si. Não precisa de respostas sobrepostas, de planos e mais
planos, ou planinhos que dão trabalho às técnicas e técnicos para elaborar, mas que
depois não são implementados, ou não vão a lugar algum. -----
----- Ouvimos falar, por exemplo falar também de salas de consumo assistido, mas
afinal em que estado está a sua implementação? -----
----- Lisboa precisa ainda de uma rede social ativa, com respostas adequadas, que
funcione, que se articule e que não esteja só no papel, assim como de um apoio
efetivo de quem está no terreno a ajudar, nomeadamente as associações. -----
----- Lisboa precisa também de mais transparência. -----
----- Falemos pois daquilo que deveria ser uma atividade mais participativa e prestar
informação à Assembleia Municipal. -----
----- A Assembleia devia participar do processo e saber as diferentes fases, as
parcerias, os locais? Sabermos o que irá, ou não acontecer e quando? -----

----- Parece-nos essencial e básica esta questão da informação! Clara e transparente! Daí também não percebermos porque não temos, enquanto Eleitas e Eleitos, acesso às propostas que vão a Reunião de Câmara, antes das Sessões.-----

----- É certo que não as vamos votar, mas este Município não é transparente? Não devia estar tudo disponível *on-line* para que quem vota pudesse acompanhar com clareza o que se passa na cidade?-----

----- Para o PAN não faz qualquer sentido que uma proposta não esteja disponível no *site* a partir do momento em que é distribuída às diversas forças políticas para votação em Reunião de Câmara, quer se trate de uma reunião pública ou não. -----

----- O “sempre foi assim” ou não se deve prolongar no tempo. Pois o que “se fazia”, não sendo correto, pode e deve ser alterado! A transparência deve ser um dos objetivos para Lisboa, sobretudo quando temos estado tão mal posicionados no *ranking* da transparência. -----

----- Se queremos envolver todas e todos e uma cidadania mais ativa, devemos começar desde logo por promover um dos aspetos que mais afasta as pessoas da vida política: a falta de transparência! -----

----- Neste final de discurso fazemos referência à uma oportunidade que se abre pelo facto de sermos “Capital Verde em 2020”. -----

----- Lisboa, não apenas por ser a capital do país, mas porque abraçou este desafio, tem assim uma oportunidade de ser modelar.-----

----- Olhemos para exemplos vizinhos, onde vemos a vida animal e o nosso património natural fortemente ameaçado e subjugado aos interesses económicos, seja como no recente caso das dragagens do Sado ou dos furos para exploração de petróleo ao largo de Aljezur ou até mesmo das descargas que ameaçam o nosso rio Tejo. -----

----- Que esta oportunidade nos permita celebrar um pacto de respeito para com esta nossa morada na casa mãe, a cidade de Lisboa, reforçando assim desde logo a proteção do Parque Florestal de Monsanto, apostando nos espaços verdes, na biodiversidade e na sua proteção que existe na cidade, na mobilidade suave, na habitação sustentável, e na energia limpa. -----

----- Numa cidade para todas e todos, verdadeiramente inclusiva e igualitária. -----

----- E que este ensejo de uma Lisboa mais humana e sustentável não seja uma mera utopia, mas sim um objetivo para o qual continuaremos todas e todos empenhadamente a trabalhar. -----

----- Disse! -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Vamos continuar.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde.-----
----- Em anteriores debates sobre o Estado da Cidade no precedente Mandato, “Os Verdes” elencaram um conjunto de situações que persistem nos dias de hoje e a que se veio juntar um outro grupo de agruras ou lacunas. -----
----- Ao longo dos últimos anos, a população da cidade e os trabalhadores vinham sentindo as consequências de políticas governativas completamente erradas e subjugadas ao poder financeiro e à União Europeia. Pelo que seria expectável que uma Autarquia que estivesse ao lado dos seus munícipes, sempre os acompanhasse, defendendo a qualidade de vida das famílias que aqui vivem e trabalham. -----
----- O problema das taxas. -----
----- As receitas da Câmara provenientes da cobrança de taxas e impostos têm vindo a crescer ao longo dos últimos anos, representando, em contrapartida, uma despesa adicional para os lisboetas. -----
----- Foi o caso da Taxa Municipal de Proteção Civil aprovada pela Câmara e a Assembleia Municipal em 2014, que sempre contou com o voto contra da CDU em ambos os órgãos. Foi mesmo necessário aguardar pela decisão do Tribunal sobre a sua constitucionalidade, apesar da resistência de PS que votava contra e do BE que se abstinha. -----
----- Até que a meio de Dezembro de 2017, o Senhor Presidente da Câmara sofreu o primeiro revés deste Mandato, com o Tribunal Constitucional a declarar a inconstitucionalidade da Taxa Municipal de Proteção Civil e a ilegalidade da cobrança que a Autarquia arrecadara entre 2015 e 2017. -----
----- Já no ano corrente, o Executivo teve de devolver a duzentos e vinte e três mil quatrocentos e sessenta e sete munícipes, um total de 58,6 milhões de euros.-----
----- Tratava-se de uma taxa desproporcional e desadequada, uma vez que mais não era do que a mudança de nome da anterior taxa de conservação de esgotos extinta também por imposição legal uma vez que o montante a taxar permaneceu exatamente o mesmo. Para além de que a prestação de socorro às populações não pode estar dependente do pagamento de uma taxa, pois compete ao Estado responsabilizar-se pela promoção das medidas de proteção civil.-----
----- E já que falamos de proteção civil, convém recordarmos que, no atual Mandato a segurança tenha deixado de ter visibilidade durante as intervenções em espaço público. -----
----- Em primeiro lugar, achamos deveras estranho que, perante o facto de os Conselhos Municipais assumirem um importante papel, enquanto estruturas consultivas do Município, integrando diversas associações, representantes das comunidades e organizações representativas, promovendo a sua participação ativa na vida cívica da cidade, o Conselho de Segurança nem sequer esteja sinalizado na página da Câmara, como estão os restantes Conselhos. -----
----- Depois, até ao Mandato anterior, era habitual existir uma imagem de coordenação, dando a cara sempre que era requerida uma articulação com as forças de segurança e as Juntas de Freguesia. Hoje, perante os moradores e a comunicação

social desapareceu a figura de interlocutor que, no terreno que deveria assumir uma voz e um papel institucional de responsabilidade perante os munícipes. -----

----- Um segundo problema com as taxas: -----

----- O aumento das taxas aeroportuárias fora consequência da privatização da ANA Aeroportos de Portugal, mas viabilizada pelo anterior Executivo PS na Câmara, através do negócio da venda dos terrenos do Aeroporto. Já nessa altura alertáramos que a privatização poderia implicar o aumento destas taxas, vindo a afetar, para além do turismo, a economia de toda a área metropolitana.-----

----- No primeiro ano, a ANA ainda remeteu uma contribuição para a Câmara, tendo depois sofrido um revés quando a Comissão Europeia divulgou um parecer em que frisava que Portugal estava a infringir regras comunitárias. Até que em julho a Câmara decidiu deixar cair a ideia de cobrar uma taxa a cada passageiro que chegasse a Lisboa, relativa às chegadas através do Aeroporto Humberto Delgado e do terminal de cruzeiros. Aguarda-se agora a revisão do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa. -----

----- Perante este cenário, e porque a Câmara parece necessitar, a todo o custo, de reforçar o seu orçamento, a taxa que por enquanto sai reforçada é aquela que é cobrada por dormida na cidade que em 2017 rendeu 18,5 milhões de euros, e que em breve será aumentada para o dobro, passando de 1 para 2%. -----

----- Mas atenção lisboetas, mantenham-se atentos a cenas dos próximos capítulos, pois a curto prazo poderão nascer, transvertidas, novas formas de coimas e taxas.-----

----- As polémicas do urbanismo: -----

----- Outra das controvérsias tem sido a Vereação do Urbanismo, um departamento vital para a organização da cidade. Os critérios para o desenvolvimento urbanístico e para a recuperação do edificado têm sido um dos temas com relevante divergência entre os diversos atores, de que constituem exemplo inúmeros projetos do Executivo.--

----- Entre esses projetos deparámo-nos com as obras na Segunda Circular, que estiveram para começar e acabaram por ser suspensas, as polémicas em torno do edifício do Rato, da Torre de Picoas, do Triângulo Dourado, da expansão do Hospital da Luz, nos territórios onde havia sido edificado o mais moderno quartel do Regimento de Sapadores de Lisboa e o Museu. E recentemente a Operação Integrada de Entrecampos, prevista para os terrenos da antiga Feira Popular ou a intervenção prevista para o Miradouro de Santa Catarina, entre outros. -----

----- Em complemento a estes negócios, existem ainda várias denúncias, com grupos de cidadania contestando obras previstas um pouco por toda a cidade e que envolvem resoluções do Departamento do Urbanismo, e de casos onde o Executivo usou critérios diferentes para decidir sobre alguns daqueles contestados projetos, de tal modo que alguns destes casos urbanísticos se encontram sob investigação do Ministério Público. -----

----- Para além destas, uma das mais recentes polémicas diz respeito ao reforço de competências da Sociedade de Reabilitação Urbana, e da sua interferência com a área do Planeamento, Urbanismo, Património e Obras Municipais, onde o Senhor Vereador, para além das responsabilidades pelo departamento que autoriza as obras e

intervenções urbanísticas, passa a liderar, em simultâneo, a empresa que executa essas mesmas obras, mas sem qualquer fiscalização autárquica direta e prévia. -----

----- A proposta de excluir as decisões dos órgãos do Município sobre a reabilitação urbana da cidade, com a sua passagem para uma empresa municipal, que não é por eles diretamente fiscalizada, como são os projetos dos restantes departamentos municipais, assume uma figura muito dúbia, levantando suspeitas sobre o alcance da sua pretensa independência. -----

----- Também a Operação Integrada de Entrecampos, que tem como objetivo renovar o espaço que outrora fora ocupado pela Feira Popular de Lisboa e que está há vários anos ao abandono, implica uma renovação urbanística que terá um investimento de oitocentos milhões de euros, cem deles da responsabilidade da Autarquia. Porém, como as decisões judiciais em litígio com a Bragaparkes ainda não são conhecidas, produz-se mais uma situação de insegurança orçamental. -----

----- Temas a seguir com toda a atenção por esta Assembleia, no seu papel de órgão fiscalizador. -----

----- E chegamos ao suprassumo, para não variar, financeiro, deste Executivo, onde o destaque vai para os incentivos fiscais aos privados e a fundos de investimento dedicados à reabilitação urbana, com isenção de IMI e IMT e IVA à taxa reduzida. -----

----- Ou seja: o apoio à especulação imobiliária. -----

----- Porque será que, em resultado destas práticas, em vez de mais pessoas, Lisboa continuou a perder população? E porque só recentemente começou a recuperar alguma? Não terá sido à custa de estrangeiros que vieram viver para a cidade? A gentrificação dos bairros históricos e a cidade endinheirada continuam a expulsar a população, quer sejam idosos ou jovens, que ali pretendiam continuar a viver. -----

----- A que se destinavam os PIP para a Colina de Santana senão, prioritariamente, para hotéis e condomínios de luxo em substituição dos hospitais e outros equipamentos públicos ali existentes? Qual a razão para a anulação da classificação de interesse público para um diverso conjunto de edifícios do centro da cidade, com óbvio interesse patrimonial, como, entre outras, as antigas sedes dos CTT ou da EPAL e onde em lista de espera se encontra o Ateneu? Não será para estes poderem vir a ser transformados em hotéis e habitação de luxo? Não se destinam a classes altas, cujos impostos poderão sem dificuldade pagar e pelos quais o Município pretende beneficiar no médio prazo? Estamos ou não a falar de um orçamento com expectativas na especulação imobiliária? -----

----- E eis, finalmente, a cereja ‘podre’ que sobra para os munícipes: a higiene urbana. -----

----- Se as questões do urbanismo têm sido um dos temas quentes dos últimos anos para os executivos PS, o lixo que se acumula nas ruas da capital também não tem dado tréguas à paciência dos munícipes. Nos últimos meses têm sido inúmeras as denúncias dos lisboetas sobre o acumular de resíduos nas principais zonas da cidade ou a não recolha de monos. Desde contentores a transbordar a garrafas vazias, a cartão e plásticos pelo chão, tratando-se de um cenário que está longe de ser uma situação excecional. -----

----- Um pouco por todo o lado, e não apenas devido ao impacto turístico, Lisboa tem sofrido a falta de limpeza das ruas e com o lixo a acumular-se diariamente na via pública. Primeiro, devido ao processo da reforma administrativa e ao dismantelar dos serviços municipais. Depois, porque as Juntas não têm meios nem responsabilidades para algumas das recolhas. E de seguida com a justificação que o aumento do turismo e a melhoria do poder de compra das famílias estava a criar uma situação incomportável.-----

----- Agora é anunciado o reforço do financiamento para algumas das Juntas de Freguesia, mas apenas no centro, de forma a poderem melhorar a recolha de lixo. E de seguida a Câmara optou pela nomeação de uma nova Diretora Municipal para a Higiene Urbana.-----

----- Porém, se para além da sensibilização ambiental, não forem introduzidas novas rotinas, melhores equipamentos e o reforço do mapa de trabalhadores, a entropia não será resolvida. -----

----- Na capital, uma cidade com os seus cerca de quinhentos e quarenta e sete mil habitantes povoando um território de 84,9 km², os meios e o investimento não podem ser apenas direcionados para algumas zonas da cidade ou para o turismo, que também é importante obviamente, mas que jamais poderá apresentar-se como o único eixo de desenvolvimento económico, em detrimento das pessoas. -----

----- Para “Os Verdes”, Lisboa não pode ser só para quem visita a cidade e para clientes de hotéis de charme. Lisboa tem de ser uma cidade para os que cá habitam, trabalham e estudam. Lisboa deve ser de todos e para todos. -----

----- Em suma, Lisboa, que dispõe de um imenso potencial e onde é possível construir uma cidade mais justa, mais desenvolvida, sustentável e mais próxima dos seus bairros e das populações, tem-se deparado, ao longo dos últimos anos, com uma política autárquica adiada e desviante, e que nem sempre tem encarado as soluções mais justas para que o poder local esteja ao serviço das populações de Lisboa, dando prioridade à resolução dos seus problemas concretos. -----

----- Obrigada Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Senhor Presidente, este debate sobre o Estado da Cidade ocorre um ano após as eleições autárquicas, mas marca também onze anos de gestão PS na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E a verdade é que ao longo dos últimos mandatos a política do Partido Socialista frequentemente demonstrou não ter vontade, nem capacidade para que o poder local esteja ao serviço da população de Lisboa.-----

----- Também é preciso dizer que, em muitos aspetos, o Executivo teve o apoio do PSD, permitindo aprofundar medidas negativas para a cidade.-----

----- Já era expectável que o Senhor Presidente viesse hoje à Assembleia Municipal falar de uma outra cidade, passando ao lado de muitos dos problemas que afetam as populações, e não assumindo a grande responsabilidade das políticas seguidas na manutenção e no agravamento destes problemas.-----

----- Mas estamos aqui para debater o Estado da Cidade, e é precisamente sobre a cidade real que “Os Verdes” querem falar. -----

----- Lisboa continua a ser uma cidade desigual, em que os meios e o investimento se concentram apenas nalgumas zonas, e está, pela mão do PS, a ser desenvolvida para promotores privados e para quem a visita e não para quem cá vive. -----

----- Temos, por um lado, a Lisboa restrita, dos condomínios privados, dos hotéis de charme e dos eventos das grandes marcas. E, depois, temos a Lisboa de quem cá quer viver e não pode, uma cidade com cada vez menos identidade. -----

----- E uma cidade sem gente, porque foi empurrada para fora, é uma cidade pobre e injusta, e não é o rótulo de cidade do turismo, da inovação, da *Web Summit* e afins que apaga estes erros.-----

----- Importa lembrar que um dos objetivos do Executivo era atrair população residente. Segundo a infografia intitulada “O retrato de Lisboa” do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, a população residente na cidade continua a diminuir, estimando-se que entre 2011 e 2016 Lisboa perdeu um total de quarenta e dois mil setecentos e sessenta nove habitantes. -----

----- São números que nos devem fazer refletir sobre as políticas que estão a ser seguidas, e até será caso para perguntar se este objetivo foi esquecido em prol de mais altos interesses. -----

----- Há um facto que é indesmentível, por mais floreios que o Senhor Presidente faça nos seus discursos, o Executivo está altamente comprometido com interesses privados, que são contrários aos interesses da generalidade dos lisboetas e do bem comum. E há exemplos muito claros.-----

----- Está em vigor um Plano Diretor Municipal que serve mais os interesses da especulação imobiliária do que a própria cidade, e que tornou os solos numa fonte de lucro e não num recurso a preservar, a colocar ao serviço da qualidade de vida das populações e das suas necessidades. Este PDM só veio prejudicar o planeamento necessário e a vida da cidade. -----

----- Podemos dar o exemplo do Hospital da Luz que, como se não bastasse ter tido um Plano de Pormenor à medida dos seus interesses, a Autarquia ainda destruiu o quartel mais moderno e o Museu dos Bombeiros, para que este hospital privado ampliasse as suas instalações.-----

----- Foi pela mão do PS que houve luz verde para a destruição dos hospitais da Colina de Santana, para alimentar os apetites dos promotores privados.-----

----- Tudo o que pode dar dinheiro, a Câmara liberta para os privados. -----
----- Foi assim com o Capitólio, com o Pavilhão Carlos Lopes, com algumas zonas da frente ribeirinha, com o Teatro Maria Matos, que continua encerrado, assim como o Teatro do Bairro Alto, apresentado como alternativa à perda do Maria Matos. A verdade é que neste momento estão os dois de portas fechadas.-----
----- Sobre transportes, e reconhecendo a importância do passe único e as diligências desenvolvidas nesse sentido, proposta, aliás, também defendida pelos “Os Verdes” em diversos momentos, não podemos deixar de referir a posição do Executivo em defesa da linha circular do metro, uma opção mais cara e menos útil para a população, em vez de expandir o metro para a zona ocidental, muito carenciada de transportes. -----
----- Recentemente, o Senhor Vereador veio defender um plano de transporte alternativo ao Metro, que a Câmara de Lisboa está a preparar. Ou seja, a há muito prometida expansão do metro para a zona ocidental, por vontade da Autarquia, não será para avançar, o que é um grande erro e não assegura o direito à mobilidade da população.-----
----- Depois, e decorrido um ano deste Mandato, continua a ser evidente a opção de desmembramento e esvaziamento de serviços municipais, resultando no recurso a privados, na destruição do emprego público e no aumento dos encargos para a Câmara e para as Juntas de Freguesia. -----
----- O caso dos contratos de milhões com privados para a manutenção dos espaços verdes exemplifica bastante bem esta opção errada. Sobre esta matéria, propusemos, várias vezes, a inversão da tendência do recurso a empresas privadas, dotando a Autarquia de trabalhadores próprios, através do investimento na Escola de Jardinagem mas, até agora, nada mudou. -----
----- Este ano foi aberto concurso para oito vagas, o que nem dá para substituir os trabalhadores que vão sair. -----
----- E, de facto, desde que o PS está à frente da Câmara, à exceção deste, não houve outro concurso para jardineiros, apesar de ter estado previsto um em 2008, que acabou por ser anulado pelo então Presidente da Câmara. -----
----- Ainda em relação a estes contratos, apresentámos um requerimento pretendendo saber qual o valor despendido com o recurso a empresas privadas para manutenção dos espaços verdes desde 2008, e até agora o Executivo nem se dignou a responder. ---
----- Assim que pôde, o Executivo libertou-se dos espaços verdes e de algumas árvores para as Juntas de Freguesia, sem qualquer noção do que estava a fazer, e nós bem alertámos para essa situação.-----
----- O regulamento do arvoredo de nada veio resolver e até suscitou contestação por parte dos Presidentes de Junta, situação bem demonstrativa das incoerências e fragilidades da transferência de competências.-----
----- Continua a ser completamente insensato que as árvores de alinhamento não se tenham mantido na Câmara, apesar de “Os Verdes” terem apresentado uma proposta para que os espaços verdes de determinada dimensão e as árvores de alinhamento regressassem ao Município, porque o arvoredo deve ser gerido de forma integrada, por constituir um todo, que foi rejeitada. -----

----- Curiosamente, uns meses depois, o Senhor Presidente apresentou uma proposta para que o arvoredo de um conjunto de vias retorne à Câmara. Pelo que perguntamos, por que não foi logo reconhecido o erro e corrigido, quando propusemos essa solução, para toda a cidade e não para apenas uma zona? -----

----- Também o Parque Florestal de Monsanto é um exemplo do favorecimento dos privados, com a concessão de vários espaços e edifícios para instalação de equipamentos hoteleiros e de restauração, com todos os impactos negativos que representa. -----

----- Por exemplo, a Casa do Presidente está agora disponível para alojamento local. É caso para dizer: “faz o que eu digo, não faças o que eu faço.” -----

----- E esta situação é resultado de uma proposta de 2014 em que o Executivo decidiu que a empresa privada pagaria mil euros por mês nos primeiros três anos e, depois disso, dois mil e seiscentos euros por mês. E, se a concessão terminasse antes dos vinte e cinco anos previstos, a Câmara ainda teria de pagar uma indemnização a esta empresa privada. -----

----- E importa relembrar que no seguimento do debate sobre Monsanto proposto pelos “Os Verdes”, a conclusão foi bem clara: os cidadãos e as associações não querem mais alienações, concessões, privatizações ou utilizações que afetam o seu equilíbrio. Querem um Parque Florestal de Monsanto sustentável e usufruído por todos. -----

----- Esteve e está na mão do Executivo travar a venda a retalho de Monsanto. E nada foi feito nesse sentido, apesar de “Os Verdes” o terem proposto, mas o PS rejeitou. ----

----- Há quase dois anos foi aprovada uma recomendação para que a Autarquia promovesse a criação da área protegida de Monsanto. Até hoje, nada foi feito. -----

----- Depois, há uma outra situação que nunca ficou bem esclarecida e que está relacionada com a descontaminação dos solos do antigo campo de tiro a chumbo. -----

----- Apesar de todas as respostas e explicações do Executivo, a verdade é que a CCDDR diz desconhecer o respetivo projeto de descontaminação, aguardando que a Câmara disponibilize os resultados da avaliação da qualidade dos solos. Relembramos que operações desta natureza estão sujeitas a licenciamento e cabe, neste caso, à CCDDR-LVT, enquanto autoridade regional dos resíduos, fazer esse licenciamento. ----

----- Ainda sobre os solos contaminados, foi escandalosa a atuação da Câmara no caso do Hospital CUF Descobertas e no Campo das Cebolas, pois os serviços de urbanismo não fizeram cumprir os aspetos previstos nos pontos 1 e 2 do artigo 25º do Regulamento do PDM. Esperamos que, a partir de agora, se proceda previamente à avaliação e apresentação de um plano de descontaminação dos solos onde houve atividades poluentes. -----

----- Chegamos aqui e é possível concluir que nos vários discursos e propostas do Executivo aparentemente há uma preocupação com o ambiente e a sustentabilidade, mas que não passa do papel. -----

----- E portanto, perante este cenário real, porque nada do que aqui trouxemos é inventado, a cidade tem problemas estruturais que os sucessivos executivos não resolveram e que, com algumas medidas, até os agravaram. -----

----- E são apenas alguns exemplos que mostram que, com todas estas erradas opções de entrega a privados do que deve ser público e usufruído por todos, é o próprio direito à cidade que está em causa. -----

----- E não há qualquer justificação plausível para estas opções, resumindo-se basicamente a um favorecimento claro do interesse privado, em detrimento do serviço público e das populações. -----

----- É esta a verdadeira linha de orientação do Executivo que, naturalmente “Os Verdes” não acompanham, e tal como nós, também muitos lisboetas não acompanham e não compreendem, porque sentem na pele o efeito dessas políticas. -----

----- E era bom que o Senhor Presidente encarasse esta realidade, e não falasse constantemente de uma cidade que só existe parcialmente e para muito poucos, quando devia ser para todos. -----

----- Para concluir, dizer que lamentavelmente inúmeras recomendações aprovadas nesta Assembleia, que ajudariam a resolver muitos dos problemas da cidade e das pessoas, nunca foram implementadas. -----

----- Mas, tal como temos vindo a fazer desde sempre, não criticamos por criticar, e continuaremos a fazer uma oposição crítica e construtiva que, a cada denúncia, associa propostas e soluções coerentes e sustentáveis. -----

----- Senhor Presidente, termino reforçando que há opções claras que têm que ser feitas para construir uma cidade mais justa, e enquanto o Executivo não se virar mais para as populações e menos para o favorecimento dos privados, numa lógica de lucro, nada vai mudar. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Mário Freitas do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Excelentíssima Senhora Presidente, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, público presente. -----

----- Reunimos hoje nesta Assembleia para debater o estado da nossa Lisboa, o momento adequado para percebermos se a cidade está ou não melhor. -----

----- Durante esta nossa intervenção teremos oportunidade de fazer uma retrospectiva sobre o primeiro ano deste Mandato, de governação socialista, sem maioria absoluta, em que claramente constatámos que os problemas estruturais da cidade de Lisboa continuam por resolver. -----

----- Começamos Senhor Presidente pelo caso da higiene urbana. -----

----- É do conhecimento geral que os lisboetas estão descontentes com o estado de desleixo da nossa cidade, que coincidentemente se tem vindo a agravar desde a implementação da reforma administrativa de Lisboa. -----

----- O turismo aliado à falta de recursos humanos e de materiais das Juntas de Freguesias, tem vindo a contribuir para que uma cidade galardoada como “Capital Verde Europeia 2020”, e distinguida como melhor cidade de destino da Europa, se apresente como pontos dignos de uma lixeira a céu aberto. -----

----- Desde passeios sujos com dejetos de animais, aos muros e paredes grafitados, passando pelo amontado de lixo em contentores. -----

----- Se durante este primeiro ano de Mandato esta é a nossa realidade, o que esperar daqui em diante! -----

----- Senhor Presidente concordará que este não é certamente um cartão-de-visita que dignifique a nossa Lisboa. -----

----- Tudo isto é para nós um resultado de uma insuficiência de meios de má gestão de sensibilização prometida que tarda e quiçá também de falta de consciência cívica. -----

----- Uma coisa é certa o caos instalou-se e de súbita assistimos à demissão do Diretor Municipal de Higiene Urbana que oportunamente foi substituído. -----

----- Esperamos Senhor Presidente que os prometidos 23,5 milhões de euros que constam para o orçamento de 2019 sanem de uma vez por todas os problemas da falta de limpeza desta cidade. -----

----- Se a higiene urbana não tem dado tréguas ao Executivo, o urbanismo foi mesmo um dos temas mais controversos da cidade. -----

----- Nos últimos meses tem sido várias as críticas a diversos projetos do Pelouro do Senhor Vereador Manuel Salgado, quer por parte das várias forças políticas, quer por parte da sociedade civil lisboeta. -----

----- Em 2015, na sua tomada de posse, já o Senhor Presidente considerava o Senhor Vereador Manuel Salgado como e cito *“o arquiteto mais marcante das últimas décadas”*. -----

----- De facto o Senhor Vereador marcou e continua a marcar a cidade, não só porque lidera um departamento vital para a organização da cidade, mas também pelos projetos que têm vindo a mudar definitivamente a face da nossa Lisboa. -----

----- Refiro-me Senhor Presidente às mais de duas dezenas de projetos liderados pela equipa do Senhor Vereador Manuel Salgado, entre as quais destacamos: demolição do Quartel dos Bombeiros de Sapadores de Lisboa em Benfica, um dos quartéis mais modernos da cidade de Lisboa, cujo investimento rondou cerca de doze milhões de euros, para viabilizar a expansão do Hospital da Luz, demolição das infraestruturas da Câmara Municipal de Lisboa em inclusiva o refeitório de Alcântara, para dar lugar ao Hospital CUF, o estranho caso da torre, que a todo o tempo vai crescendo, polémica construção da Torre de Picoas, com dezassete andares para escritórios, a privatização dos quarenta centímetros do passeio e as dúvidas sobre o embargo da obra. As obras na Segunda Circular, que quase começaram e acabaram suspensas, o apelidado “Mono do Rato”, que o Senhor Presidente considerou inadequado ao local, afirmando e cito: *“eu não gosto do projeto naquele sítio, acho que não é um bom projeto para*

aquele local, e acho que o projeto cria uma disfunção naquele sítio, é uma rotura naquele local.” -----

----- Bem sabemos e citando o Senhor Vereador do Urbanismo: *“que até hoje todas as situações têm sido contestadas e têm sido apresentadas, junto da Provedoria da Justiça, da Procuradoria, junto dos Tribunais tem dado sistematicamente razão à Câmara”*, como já não bastasse este rol de projetos, alguns na mira da justiça, eis que surge *“a cereja no topo do bolo”*, refiro-me exatamente aquele que é o maior anúncio do primeiro ano de Mandato deste Executivo, a chamada *“Operação integrada de Entrecampos”*, que tem como objetivo dar um novo destino aos famigerados terrenos da antiga Feira Popular. -----

----- Se para o Executivo é esta é e cito: *“é uma das maiores operações urbanísticas que a cidade de Lisboa conheceu nas últimas décadas”*, para nós não passa da maior operação integrada financeira, na qual o objetivo central é a obtenção de receita com sacrifício de um espaço físico da cidade, que uma vez perdido será irrecuperável. -----

----- Curioso é que a maior operação urbanística após a Expo 98, como o Executivo a apelidou apenas tenha tido o período mínimo de discussão pública, para nós tratando-se esta de uma operação com um impacto tão significativo na cidade, e pese embora os vinte dias de discussão pública, não esteja em incumprimento nenhuma legalidade, defendemos que a discussão pública deveria ter tido o período máximo permitido. -----

----- Pois não nos esqueçamos que *“depressa e bem não há quem”*. -----

----- Por outro lado e como já tivemos oportunidade de manifestar noutros fóruns, reiteramos que a denominada *“Operação Integrada de Entrecampos”*, não corresponde a qualquer figura urbanística legalmente prevista nos regimes de instrução territorial, nem em qualquer outro diploma legal. -----

----- A este propósito importa mencionar que à luz das regras do PDM em vigor, tratando-se de uma parcela única de terreno por força do artigo quadragésimo terceiro é possível através da aplicação das regras morfotopológicas, isto é considerando as alturas dos edifícios na envolvente, alcançar uma edificabilidade máxima de 143.712 m². -----

----- Contudo como o Executivo optou por uma operação de loteamento, e a unidade de execução, o atual PDM determina nos termos do n.º 3 do artigo sexagésimo, o índice de edificabilidade 1.7 majorado até ao máximo 2.0, o que obviamente resultaria numa desvalorização deste ativo. -----

----- Neste sentido fica perceptível que o Executivo para colmatar a desvalorização contornou o PDM à mercê do conceito da operação integrada, na medida em que para obter o mesmo índice de edificabilidade de 2015, afetou parcelas do domínio público, o que obviamente nos levanta dúvidas, motivo pelo qual votamos contra a proposta de alienação em hasta pública, hasta pública essa que irá permitir à Câmara Municipal, um encaixe de cerca de cento e sessenta milhões de euros. -----

----- Relembramos também Senhor Presidente, que aguardamos ansiosamente pelas cinco unidades de saúde, e não seis como prometido em 26 de outubro de 2017, para o primeiro trimestre de 2018. -----

----- Gostaríamos de saber o porquê das cinco e não seis, e qual delas ficou para as “calendas”, pois apenas sabemos que foi aprovado uma proposta do Senhor Vereador Manuel Grilo, para o avanço do concurso para a construção de cinco unidades de saúde, com um investimento de doze milhões de euros. -----

----- Esperamos ainda assim, que em 2020 os lisboetas possam usufruir das catorze unidades de saúde prometidas em 2017, porque de facto os lisboetas merecem efetivamente uma melhor rede de cuidados de saúde primários. -----

----- Disse! -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Raúl Santos do MPT.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, portanto esta segunda intervenção do MPT, concluí esta intervenção inicial, depois teremos a Senhora Deputada Aline Beuvink, e finalmente os Senhores Deputados Independentes. -----

----- Vamos prosseguir então.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Raúl Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, restante público. -----

----- A juntar aos projetos que o meu colega Deputado Mário Freitas referiu, somasse também a mais recente decisão polémica, o reforço de competências da Sociedade de Reabilitação Urbana, SRU, justificada com base no esgotamento da capacidade de gestão e execução de obras da Direção Municipal de Projetos e Obras, sem que no entanto o Executivo Municipal tenha apresentado uma razão que justificasse porquê é que aquela Direção não poderia concretizar os mesmos objetivos da SRU, a qual se conferem competências e atribuições de um serviço municipal. -----

----- Senhor Presidente, Senhor Vereador para o MPT a execução do Programa de Investimento de Lisboa 21, não constituiu qualquer justificação para o esvaziamento da Direção Municipal de Projetos e Obras, e consequentemente reforço de competências da SRU, muito menos o argumento de agilização, e por uma razão simples, é que atualmente as empresas municipais também já se encontram sujeitas ao Código dos Contratos Públicos. -----

----- Por isso, mais inexplicável se torna a continuação das empresas municipais atualmente existentes, e muito mais a expansão e reforço das suas competências à custa dos serviços municipais. -----

----- A SRU que de reabilitação urbana já pouco tinha vai passar a ser uma “SRO”, ou seja uma Sociedade de Realização de Obras e o Senhor Vereador responsável pelo

Departamento que as autoriza vai ao mesmo tempo liderar empresa que faz essas mesmas obras, achamos que ninguém deve ser juiz em causa própria. -----

----- Do último ano fica também a decisão do Tribunal Constitucional ao declarar ilegal a cobrança da Taxa Municipal de Proteção Civil, que entre 2015 e 2017 foi cobrada pela Autarquia e totalizada em cerca de 58,6 milhões de euros. -----

----- O Movimento Partido da Terra atendendo às características desta taxa sempre defendeu que ela não reunia as especificações inerentes a uma verdadeira taxa, tratando-se isso sim de um imposto encapotado, não podendo por isso ser criado por um legislador de carácter municipal dado de ser matéria de reserva legal da Assembleia da República. -----

----- Importa salientar que o Tribunal Constitucional e cito: *“a necessidade dos serviços de Proteção Civil não deve ser determinada em função do risco de determinado imóvel ou atividade, e muito menos a aferição desse risco em si mesmo considerado pode representar ou substituir a contraprestação do serviço necessária à caracterização do tributo como taxa.”* -----

----- Argumentos que o Partido da Terra subscreve. -----

----- Apesar do Tribunal ter declarado a referida taxa inconstitucional em algumas autarquias do país, o Governo recupera a esta taxa mudando-lhe o nome para contribuição e “chuta para canto” o problema da inconstitucionalidade, delegando a sua cobrança nos Municípios. Esta taxa não deixa de ser um novo imposto mascarado para o sistema de Proteção Civil, que como sabemos necessita de uma reforma profunda, caso para dizer, mudou-se o nome mantem-se as vontades. -----

----- Porém o problema com taxas não se fica por aqui, também a Comissão Europeia divulgou um parecer que obriga Portugal a cobrar a taxa por chegada aérea a todos os passageiros, incluindo os residentes em território nacional, sob pena de se estarem a infringir as regras da Comunidade. -----

----- Perante este cenário a Autarquia que apenas tinha cobrado esta taxa em 2015, opta por abdicar da mesma, estando apenas a vigorar a Taxa Municipal Turística de dormida. -----

----- E por falar em turismo, e não obstante a sua importância enquanto fator de mudanças, pois mais do que uma atividade económica é também uma atividade social com impactos positivos e negativos em todos os elementos que a envolvem, tornasse necessário avaliar de que modo que essas dinâmicas têm implicações, nos que vivem e trabalham na cidade de Lisboa. -----

----- Nos últimos tempos tem vindo a este Plenário, praticamente em todas as Sessões, munícipes e lojistas desesperados, vítimas da crescente explosão do turismo, que os têm levado à perda de habitação ao aumento desenfreado de rendas, para dar lugar na maioria dos casos a alojamentos de curta duração. -----

----- O alojamento local é afinal o capitalismo popular que convenceu até quem sempre lutou contra ele neste Plenário, fazendo o “peixe morrer pela boca”. -----

----- O turismo tira mas também dá, e o exemplo disso foi a receita arrecadada no último ano que se estimou em 14.4 milhões de euros, e que se pense que duplique no próximo ano, avizinham-se portanto tempos áureos. -----

----- Quanto à habitação, um dos principais desafios deste Executivo gostaríamos de destacar e saudar a Câmara Municipal de Lisboa pelo Programa “Habitar o Centro Histórico”. -----

----- Este programa de carácter excecional, para além de ter evitado que mais famílias lisboetas fossem expulsas da nossa Lisboa, é um reconhecimento de que e cito: *“tanto pelo crescimento turístico como pela aplicação da legislação do novo Regime de Arrendamento Urbano em vigor, há neste território uma alteração do tecido social devido à saída de moradores que ali vivem há muitos anos, e que justificam atuação específica”* -----

----- Assim sendo é com o maior agrado que o Partido da Terra vê finalmente, a Câmara Municipal a proteger aqueles habitantes dos bairros históricos, que pelo processo de crescimento do turismo, se veem ameaçados com despejos ou com não renovações dos seus contratos pelos senhorios. -----

----- Caros Colegas há heranças que nunca se desperdiçam, como é o caso dos manuais escolares gratuitos para os anos do 2º e 3º Ciclo do ensino secundário dos estudantes matriculados na escola pública, bandeira do Ex-Vereador Ricardo Robles.--

----- O que era uma bandeira política para Lisboa é agora bandeira para o país, alargando-se a gratuitidade dos manuais até ao 12º ano.-----

----- O Partido da Terra considera que esta medida é uma clara exclusão dos alunos que não frequentam a escola pública, colocando em causa o princípio da igualdade da Constituição da República Portuguesa. Neste contexto entende o Partido da Terra que a atribuição de manuais escolares gratuitos não deve ter em consideração o regime de ensino, mas sim o rendimento anual do agregado familiar independentemente de ser escolhido pelos pais o privado ou o público. -----

----- Por último salientamos a mobilidade, essa dor de cabeça constante e diária personificada pela Carris futura Carris Metropolitana, mais elétricos, mais autocarros eram as promessas do Senhor Presidente em outubro de 2017, pouco depois surgiu o sistema de bicicletas partilhadas envolto de muitas críticas e queixas, pela falta de manutenção e de acidentes envolvidos.-----

----- O sistema de bicicletas partilhadas foi assumidamente uma boa aposta, pena que hoje as bicicletas que se encontrem em mau estado de conservação, e sejam insuficientes, sendo visível muitos postos sem uma única bicicleta disponível e não por estarem em utilização.-----

----- Entram as bicicletas em declínio surgem as trotinetes, tudo em nome da mobilidade e enquanto isso, os lisboetas que vivem na zona ocidental da nossa Lisboa continuam e irão continuar desprovidos de metropolitano, metropolitano esse envolto em polémicas várias devido à linha circular já apelidada de “aberrante”.-----

----- Surgem agora os passes sociais únicos, tudo em prole de um objetivo tantas vezes reiterado pelo Senhor Presidente, é necessário retirar carros da cidade, evitar que todos os dias as pessoas que vivem nas zonas limítrofes tragam trezentos e setenta mil veículos para dentro de Lisboa.-----

----- Concordamos Senhor Presidente, é necessário e aguardamos pelos próximos desenvolvimentos, não esquecendo que os parques dissuasores tão falados e anunciados no Mandato anterior ficarão muito aquém do prometido. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink do PPM.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, boa-tarde. -----

----- Reunimos hoje aqui para realizar este debate anual sobre o Estado da Cidade, não se trata de um exercício simples, porque neste Plenário mais do que em qualquer outro lugar a evidência da diferença entre a *praxis* e autonomia do pensamento, entre a execução e a fiscalização, entre o poder e a oposição é mais acentuada pela natural separação de funções, entre o compete realmente à Câmara e as competências limitadas desta Assembleia. -----

----- E é justamente por aqui que eu gostaria de iniciar esta intervenção. -----

----- Ao longo dos últimos meses, todos os membros desta casa naturalmente uns mais do que outros, apresentaram moções, recomendações, realizaram requerimentos, enfim utilizaram todas as ferramentas que o sistema disponibiliza, para de uma forma ou de outra, podermos contribuir para o desenvolvimento harmonioso da cidade que é de todos nós. -----

----- Discutir o Estado da Cidade, é também discutir a forma como a doutrina democrática é participada, e neste campo não posso deixar de salientar o desprezo e arrogância que esta administração tem pela diferença de opinião política. -----

----- Esta Câmara apresenta e aparenta estar aberta ao diálogo, mas sempre que pode e tem podido muitas vezes, não responde a perguntas e evita os consensos, é agressiva quando se sente acossada e considera as interrogações naturais da oposição como campanhas de difamatórias para além disso não respeita algumas das decisões da Assembleia Municipal. -----

----- Uma posição que põe em causa descentralização política e a independência desta casa enquanto órgão eleito pelos lisboetas por voto direto, na realidade o Senhor Presidente e o PS sempre lidarão muito mal com o contraditório e com a oposição democrática. -----

----- A discussão em torno da higiene urbana é o exemplo perfeito daquilo que acabei de dizer. O PPM apresentou aqui nesta casa uma proposta para a recolha do lixo na cidade de Lisboa por trezentos e sessenta e cinco dias ao ano. -----

----- A proposta foi recusada com os votos da esquerda com argumentações absurdas, como por exemplo, “*que o PPM queria uma cidade limpinha para os turistas*”, bem

ou mal, todos os partidos já apresentaram aqui propostas para a resolução deste problema, e o que se pode concluir de tudo isto? -----

----- Que a administração da Câmara Municipal não tem a mínima vontade de discutir, analisar e chegar a um consenso com as forças políticas representadas nesta casa. -----

----- Temos agora liberdade para nos interrogarmos sobre eficácia desta Assembleia. --

----- Recomendações aprovadas nesta casa não podem nem devem ser ignoradas pelo Executivo Camarário, sob pena de nos transformarmos numa espécie de parente pobre da família da democracia.-----

----- Isto acontece quase todas as semanas, esta administração só sente verdadeiramente criticada quando não pode ou não consegue já desmentir o inevitável. -----

----- Quando todos os telejornais passam reportagens sobre o assunto, quando os jornais escrevem diariamente sobre a falta de higiene da cidade, aí sim! A Câmara substitui o responsável pela pasta, baralha tudo de novo, e espera que não apareça mais notícias críticas nos próximos meses. -----

----- A juntar a tudo isto, a forma como é abordada toda esta questão por parte desta administração. -----

----- Senhor Presidente só assumiu a realidade caótica da higiene urbana em Lisboa em agosto deste ano, e com a argumentação que o aumento de lixo na cidade era fruto do aumento do turismo. -----

----- Mais recentemente a Câmara defendeu querer responsabilizar os cidadãos, curiosamente não os turistas pela situação agravada vivida em Lisboa, enfim, se voltarmos à casa de partida e se fizermos um estado da arte do que foi discutido aqui, sobre a higiene urbana, seguramente que este problema já estaria resolvido há muito, é necessário levar a sério esta Assembleia, e não podemos andar aqui apenas a fingir que o sistema funciona. -----

----- Continuamos neste mesmo caminho. -----

----- Ora como vimos para a Câmara a culpa da presença do lixo nas nossas ruas é do aumento do turismo, e a primeira solução apresentada é de alterar o regulamento da higiene urbana para aumentar a responsabilização dos cidadãos. -----

----- Resumindo os turistas sujam e os lisboetas são responsabilizados. -----

----- Obviamente, que estas declarações não podem ser levadas a sério, nem a primeira nem a segunda, mas por muito surreais que sejam, elas transmitem-nos uma mensagem do pensamento desta administração sobre o que é Lisboa hoje em dia. -----

----- Lisboa é presentemente uma cidade que tem muito mais turistas e muito menos habitantes.-----

----- É uma cidade de contrates, os números do turismo apontam todos eles no mesmo sentido, no sentido do crescimento, Lisboa é premiada, Lisboa aumenta capacidade hoteleira, Lisboa está na moda. -----

----- O turismo é positivo para a economia da cidade, o turismo é positivo para Lisboa. -----

----- Apesar de tudo o turismo também é volátil, e existem já sinais de algumas nuvens negras no futuro próximo, atendendo também ao aumento do custo na cidade e a respetiva perda de competitividade face a outros destinos.-----

----- A cidade de Lisboa perdeu nos últimos onze anos mais de cinquenta mil habitantes, tantos anos como os anos consecutivos que o PS governa na cidade, dados estatísticos indiscutíveis, inegáveis de uma cidade em perda continuada de população.-----

----- A cidade que hoje aqui discutimos não pode ser apenas a cidade do turismo, mas fundamentalmente a cidade das pessoas. São elas que nos elegem, são elas que dão vida à própria cidade.-----

----- Mas Lisboa hoje é uma cidade com novas atrações para quem nos visita e com mais lixo para quem nela ainda habita. -----

----- Discutimos hoje aqui o Estado da Cidade ao fim do primeiro ano deste Mandato, e terceiro da responsabilidade do Senhor Presidente Fernando Medina. -----

----- Quando concorreu às eleições de 2017, deixou segundo o jornal “O Observador” 23% das promessas do PS para cumprir, poderá dizer que foram promessas do PS de António Costa, mas hoje passado um ano não poderá refugiar-se nas promessas de outros. -----

----- O programa eleitoral tem-no a si como principal responsável e a equipa que apresentou à cidade resulta das suas escolhas e responsabilidade. -----

----- Retrospetivamente podemos afirmar que o primeiro ano deste seu Mandato foi marcado por algum revés, ainda no final do ano passado, em meados de dezembro o Tribunal Constitucional declarou ilegal a cobrança da Taxa de Proteção Civil, que a Autarquia cobrou, entre 2015 e 2017. -----

----- Já esta semana ficamos a saber que o Governo incluiu em sede de apresentação do Orçamento de Estado, autorização legislativa para a criação da contribuição municipal de proteção civil, depois da saga das taxas e taxinhas, vêm agora as contribuições e as contribuiçõezinhas.-----

----- Mas sobre os seus problemas sobre taxas não ficamos por aqui. -----

----- Já em julho deste ano a Câmara deixou cair a ideia de cobrar uma taxa a cada passageiro que chegasse a Lisboa pelo Aeroporto Humberto Delgado, tal aconteceu não por vontade própria, mas apenas depois da Comissão Europeia ter divulgado um parecer em que das duas uma: ou Portugal começava a cobrar a taxa por chegada aérea a todos os passageiros, incluindo os residentes, ou estava a violar as regras da União Europeia. -----

----- Solução do Município já apresentada em sede de proposta de orçamento municipal duplicar a taxa de dormida na cidade, que em 2017 rendeu 18,5 milhões de euros, passando de um euro, para dois euros.-----

----- Em matéria de taxas estamos conversados. -----

----- Quando o Tribunal Constitucional chumba, o Governo aprova, quando a Comissão Europeia adverte a Câmara Municipal contorna, são os verdadeiros especialistas a taxar. -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, um dos papéis da oposição passa pela fiscalização do trabalho da Câmara é isso que se pretende com esta intervenção e com o nosso trabalho na Assembleia Municipal. -----

----- Por isso e para que fique bem claro, as críticas que produzimos são fruto normal do relacionamento entre instituições que se complementam ou que se deveriam complementar.-----

----- Não existem aqui campanhas de gratuidade de análises ou estratégias de pressão, não!-----

----- Estamos aqui todos a defender caminhos muitas vezes diferentes para o bem da causa pública, para o bem de Lisboa.-----

----- Há projetos que merecem ser realçados e que abrem caminhos de esperança, o recente anúncio que os autocarros na área metropolitana de Lisboa vão funcionar debaixo de uma marca única a partir de 2020, parece ser uma dessas boas notícias.-----

----- A criação da Carris Metropolitana que vai reunir as empresas de transporte público rodoviário dos dezoito concelhos da área metropolitana de Lisboa que é uma opção que agilizará e facilitará a vida de muitos lisboetas e portugueses que vivem nos concelhos vizinhos.-----

----- De igual modo a proibição de novos registos de alojamento local na cidade um assunto que ainda terá que ser aprovado nesta casa para ser uma boa iniciativa, ninguém está contra o turismo, o turismo foi e é muito positivo para Lisboa mas temos que preservar a identidade da cidade e mais do que isso a dos seus habitantes.---

----- O programa “Uma Praça em cada Bairro”, intervenções em espaço público integrado no conceito Lisboa cidade de bairros merece também da nossa parte um vigoroso elogio. Trata-se de reumanizar a cidade como ponto de encontro da comunidade local e valorização envolvente.-----

----- Por último, cabe-nos fazer aqui uma chamada de atenção em defesa do património.-----

----- Há coisas que foram bem-feitas, há coisas que não foram feitas e sobretudo há coisas que foram claramente mal feitas.-----

----- No caso do património as intervenções têm que ser socialmente mais abrangentes, e fruto de uma grande discussão pública. O caso dos azulejos na Praça da Figueira é sintomático como não se deve trabalhar, como não se deve fazer.-----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, na “República” Platão fórmula uma cidade ideal, onde haveria a tão sonhada justiça, essa cidade era fundamentada na divisão do trabalho. Para Platão uma cidade justa só poderia existir se cada homem cumprisse com as suas funções, ou seja, Platão dizia: “*ser necessária a criação de um método capaz de impedir que a incompetência e a corrupção existissem no governo público*”.

----- Por isso a cidade ideal só poderia ser governada por aqueles que possuísem a habilidade da sabedoria, os filósofos.-----

----- Sejamos mais modestos, não pedimos tanto!-----

----- Pedimos apenas que a gestão de Lisboa seja mais discutida e partilhada aqui nesta Assembleia.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada à Senhora Deputada, estava aqui a ouvi-la a citar Platão, e a pensar que na verdade felizmente é mais modesta porque na verdade o filósofo Platão está na origem de todas as utopias totalitárias, e portanto felizmente a Senhora Deputada afastou-se porque não seria bom que nós seguissemos as utopias totalitárias de Platão. -----

----- Mas isso é uma história antiga. -----

----- Muito obrigada pela sua intervenção.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro dos Independentes.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Senhores Deputados e público em geral. -----

----- Neste dia que se discute como estamos e quais as perspectivas para a cidade, nós considerámos que deveríamos olhar para aquilo que é a visão do programa deste Executivo, e perceber como é que as várias medidas que foram expostas elas efetivamente estão a efetuar-se.-----

----- E focalizámo-nos naquilo que o Senhor Presidente aqui manifestou, nomeadamente o primeiro eixo melhor qualidade de vida e ambiente.-----

----- E de facto há indicadores de trabalho no nosso ponto de vista e saudamo-los, que vem tentar minimizar o impacto da cidade global que é hoje Lisboa com os seus paradoxos primeiro turistificação depois gentrificação, contudo uma variedade de alguns programas de habitação onde há uma oferta pública, e que nós achamos que deve continuar acrescentar-se, diversificar-se numa geometria variável, com os parceiros e os diversos parceiros, num fomento de uma cidade inter-placista e não numa cidade dual que tínhamos em perigo.-----

----- E depois relativamente à questão da mobilidade aí saudamos como é que um projeto já pensado muitas vezes delineado em sonho e utopia há vinte e oito anos, ele agora se veio concretizar, mercê de um trabalho com certeza de muita concertação, porque sabemos como por vezes as várias Câmaras trabalham numa forma isolada, ou de uma forma apenas não minimizando e dizendo: *“eu para o coletivo tenho que minimizar alguns objetivos”*, e portanto saudamos todo o trabalho da mobilidade e os indicadores nomeadamente que estão aparecer para que: Cascais, Oeiras e Lisboa possam ter uma articulação que vai melhorar com certeza a qualidade de vida nossa, mas também de todos os cidadãos da área metropolitana, que nós temos que também aqui enquadrar enquanto capital. -----

----- Continuando na questão da visão exatamente do Executivo, chegamos a um eixo que nos é caro.-----

----- E é caro porque não é o problema de ter havido um bom trabalho anterior, é porque quatrocentos e noventa e sete parceiros da rede social, criada num decreto a partir de 2006, espero e aguardo um trabalho mais consolidado no nosso ponto de

vista, que possa criar-se projetos e a sociedade civil de facto possa trabalhar também nesses projetos.-----

----- Não podemos pedir apenas ao estado a questão do combate da exclusão e o combate efetivamente da pobreza. -----

----- As parcerias estão aí para se fazer e para se executar e penso que isso é de facto um desafio de um estado moderno e de um estado social que trabalha com parcerias. -

---- E aí nós, neste momento relativamente saudamos a questão de mais escolaridade, mais qualificações e melhor cidade respondendo a esse objetivo político, a questão das escolas e refeições, tal e qual também os centros de saúde, e dizer que esses centros de saúde são poucas as Câmaras que puseram e vocacionaram dinheiro para fazer os centros de saúde. Cortamos exatamente com a perspetiva de ser apenas o Estado, mas também o Município disponibilizou terrenos, e disponibilizou também fazer para colmatar os défices brutais que tínhamos nos centros de saúde, advindos de toda uma urbanização casuística, ao longo das diversas décadas, que não soube acompanhar com os vários equipamentos. -----

----- Mas no entanto chegamos agora à questão que aqui foi colocada já por também por uma Senhora Deputada, e por aquilo que foi o Dia da Pobreza, do dia 17. -----

----- E temos dados de facto em Portugal ainda dados um pouco assustadores ainda ter diminuído 2014, nós percebemos que existe uma pobreza persistente, com números que nós distribuimos aí do estudo da *Eurostat* subiu para 14,2 o risco da pobreza persistente, da maior faixa etária do dezoito aos vinte e quatro anos, que tem a ver com os empregos e também com os “nem-nem”, como nós sabemos que não trabalham nem estudam. -----

----- Por sua vez também temos as famílias monoparentais onde a questão de as mulheres têm uma problemática grave até advinda da justiça levar tempo para a questão no fundo dos alimentos.-----

----- E por último a questão das crianças que vivem em agregados onde o risco da pobreza é muito grande, e acima de tudo também a questão dos trabalhadores, ou seja a pobreza também está nos trabalhadores, não é apenas naqueles que não trabalham.---

----- E aí passaríamos para, e o que acontece em Lisboa relativamente a atualização destes dados? -----

----- Temos apenas dados de 2015 a 2016, do Diagnóstico Social.-----

----- Um Diagnóstico Social é permanente, não pode parar num tempo, tem que haver equipas permanentes dentro de uma Câmara, feito com a Segurança Social e a Misericórdia, relativamente a este trabalho, ou seja, estamos melhor em exclusão social ou pobreza, ou estamos pior?-----

----- E não podemos responder porque se formos verificar os dados que temos trabalhados com a Segurança Social são só até 2014, e portanto não percebemos neste momento onde é que está a cidade de Lisboa, nesta área da exclusão, ou da pobreza ou da sua melhoria, e portanto para além do censo de 2013. -----

----- E aí situava os Senhores Deputados, e o Executivo à questão de que o Plano de Desenvolvimento Social, não é mais uma questão de um plano, é efetivamente um

plano que foi trabalhado com inquéritos, com parceiros com quatrocentos e noventa e sete parceiros e que só acaba em 2020. -----

----- Portanto, há aqui muito trabalho a fazer e há aqui uma continuidade de trabalho a fazer independentemente dos Executivos ou dos grupos políticos que vão surgindo nas Câmaras, há uma responsabilidade de facto e uma contratualização, é preciso acreditar nos planos, é preciso acreditar efetivamente nos momentos em que se aprovam os planos quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal. -----

----- E então chegava agora à questão dos Sem-Abrigo. -----

----- A questão dos Sem-Abrigo, nós temos um levantamento apenas entre 2013 e 2015 pensamos que está neste momento com certeza atualizar-se, mas há aqui de facto que perceber efetivamente também esta faixa da vulnerabilidade da pobreza na cidade de Lisboa, como é que neste momento está a ocorrer. -----

----- Temos indicação por exemplo em Arroios que aumentou, aumentou o número de pobreza que dá problemas nomeadamente, com a questão dos moradores. -----

----- Portanto há uma plataforma de georreferenciação das pessoas em situação de sem-abrigo que é fundamental ela existir, para podermos perceber se aquilo que estava a acontecer até 2015, que era uma dispersão dos Sem-Abrigo com uma diminuição, se ele neste momento há um agravamento de alguns locais, ou se continua essa dispersão. -----

----- Por sua vez quais as medidas que se estão a preconizar para aquilo que é uma linha, exatamente o problema político que é de adquirir direitos. -----

----- Nós não queremos apenas a questão de resolução através da caridade, nós queremos dignidade e queremos que essa população ela tenha efetivamente adquirido direitos para com a saúde mental, com os agrupamentos de saúde possam melhorar a própria saúde pública. -----

----- E portanto estão aí inventariadas algumas das políticas que estavam em curso relativamente aos Sem-Abrigo, e que nós gostaríamos de ver brevemente exatamente na Assembleia Municipal um ponto de situação a essa matéria. -----

----- E por último, relativamente a esta questão exatamente deste eixo, que nos é caro que é o eixo de afirmar direitos e reforçar cidadania, nós o que gostaríamos de dizer é que mantemos toda a disponibilidade para trabalhar em conjunto para efetivamente ter um diálogo construtivo na prossecução de melhores soluções para as pessoas e para a cidade, e acima de tudo para a consolidação da rede social, a maior rede social do país, que foi trabalhando, e que foi sendo adquirida nesta matéria. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada nós Senhora Deputada, vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Patrícia Gonçalves dos Independentes.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, os Deputados Independentes comunicaram-me dos vinte e dois minutos e meio de que dispunham, quinze minutos seriam para os seis Deputados, aliás cinco da bancada que são do Movimento “Cidadãos Por Lisboa”, depois dois minutos e meio para cada um dos outros Senhores Deputados que foram indicados pelo partido que todos sabem, e finalmente dois minutos e meio para o Senhor Deputado Rui Costa. -----

----- E portanto está cá o relógio dos dois minutos e meio, para controlarmos agora estes tempos, e toda a gente sabe o partido que eu me estou a referir.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde.-----

----- Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Os deputados do partido que todos sabem veem com grande entusiasmo as medidas tomadas na área da mobilidade. Em particular, o investimento decorrente da municipalização da Carris assim como ouviram também com muito entusiasmo as declarações recentes do Vereador Miguel Gaspar sobre a implementação de um transporte público estruturante para a zona ocidental da cidade. -----

----- Esperamos que os efeitos do investimento que tem vindo a ser feito na Carris comecem a fazer sentir-se antes do final do ano, como prometido, e que o plano para a zona ocidental seja levado a cabo com a devida agilidade porque esta zona necessita de uma intervenção há já demasiado tempo.-----

----- Também a aposta nas ciclovias, bicicletas partilhadas e o apoio dado a operadores de outros veículos partilhados, de carros a trotinetes, é um outro aspeto da mobilidade que queremos dar destaque porque partilhamos uma visão de uma cidade em que os seus habitantes não estejam dependentes do carro próprio para circular com rapidez e conforto. -----

----- Mas esta visão progressista tem que ter o cuidado de não deixar ninguém para trás, tem de ser inclusiva e universalista e, por isso, a Câmara deve instar os operadores a que alarguem as suas áreas de atuação a toda a cidade e não atuem apenas em zonas estratégicas e comercialmente mais apelativas. -----

----- Neste tema da mobilidade assim como na área do urbanismo, a cidade não pode ser pensada de forma utilitarista vendo os seus ocupantes como utilizadores. A cidade deve ver os seus habitantes e trabalhadores como cidadãos com direito de partilha do espaço público numa vivência comum por todos, sem exclusões. Não somos utilizadores da cidade, somos parte dela.-----

----- Tenho dito.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, ainda deixou trinta e dois segundos do seu tempo que podem somar ao colega que vai falar a seguir do partido que todos sabem.”

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Muacho dos Independentes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Neste debate do Estado da Cidade queremos também referir os importantes avanços em matéria ambiental que culminaram com a atribuição a Lisboa do Prémio de Capital Verde Europeia 2020.-----

----- Destacamos a arborização de algumas das principais vias da cidade, o plano de mitigação das alterações climáticas, o plano de drenagem, o corredor verde estruturante do vale de Alcântara, projetos que irão contribuir decididamente para uma melhoria da qualidade de vida na cidade.-----

----- Nesta área a grande visão para a Lisboa do Século XXI é a de uma cidade descarbonizada e comprometida com a sustentabilidade ecológica. Por outro lado, o desafio mais imediato da cidade é o de regular os fluxos de turismo.-----

----- Simultaneamente oportunidade e ameaça, o enorme número de turistas que entram na cidade, criam uma pressão imensa sobre os serviços públicos, seja a higiene urbana, que facilmente entra em rutura, sejam os transportes públicos.-----

----- O turismo tem também impacto na habitação e, por isso, é urgente que a Câmara tome medidas decisivas na regulação do alojamento local, nomeadamente aprovando logo que possível um novo regulamento nesta matéria.-----

----- Não podemos também de deixar de discordar do adiamento da votação das alterações ao regime do arrendamento noticiado hoje. Sabemos que o tema é complexo e não existem soluções mágicas mas Lisboa e outros centros urbanos precisam urgentemente de respostas e soluções. Para que o direito à habitação, constitucionalmente previsto, e o direito à vida na cidade possam ser concretizados, é neste momento fundamental uma intervenção pública forte e que os Municípios sejam dotados de competências e meios para poderem adotar políticas autónomas e adaptadas às suas realidades locais.-----

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Senhor Deputado Rui Costa tem a palavra.-----

----- Peço desculpa, o tempo foi dividido, há também dois minutos e meio para o Senhor Deputado Rui Costa.-----

----- Eu peço desculpa, o relógio está cá em baixo.-----

----- Não, Senhores Deputados desculpem lá, eu não consigo num só relógio fazer essas diferenças, e disse ali à Mesa, e peço desculpa de não ter dado esta informação, mas dou agora.-----

----- Na linha debaixo dos relógios todos, está aqui uma linha em branco que não diz que não tem título nenhum, e que tem lá dois minutos e meio, para os Senhores

Deputados poderem acompanhar os dois minutos e meio que eu anunciei a que cada um deles tinha. -----

----- Qual é a dificuldade? -----

----- Já foram inicialmente, eram vinte e dois minutos e meio passou a quinze, foram logo inicialmente retirados, Senhor Deputado, eu tive esse cuidado. -----

----- Foram retirados e disse-o aqui.-----

----- Peço desculpa foi aqui um arranjo que fizemos na Mesa para conseguirmos controlar uma vez que não temos cronómetros, e os cronómetros ainda é mais difícil. --

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Freud explicará o comportamento que acabamos de assistir.-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Centrando o Debate do Estado da Cidade em dois temas essenciais: a mobilidade e a habitação permitir-me-iam Senhor Presidente de Câmara que utilize neste debate algumas figuras do futebol, até pelo aproximar do jogo. -----

----- E Vossa Excelência marcou dois golos neste primeiro ano de Mandato.-----

----- Um grande golo, ao nível da mobilidade que é a nova política de passe, e a nova política de preçário e de bilhética única, marcou também um golo não tão espetacular em matéria de habitação com o pilar de iniciativa pública e os edifícios da Segurança Social, mas chutou para canto em duas circunstâncias também nestas áreas. -----

----- Chutou para canto no âmbito da mobilidade com a criação de uma empresa intermunicipal, não a aproveitando para fazer uma exploração diretamente pública do serviço, e anunciando aqui que a vai concessionar.-----

----- Chutou para canto e continua a chutar para canto com as parcerias públicas ou privadas em matéria do Programa Renda Acessível, onde podia ter emendado a mão, e dá-me impressão que pode fazer duas jogadas que podem conduzir à marcação de duas grandes penalidades contra si. -----

----- Em relação à mobilidade já vimos que está preparado para a defesa porque percebeu que o metro e os meios de transportes pesados, a linha de Sintra e a linha de Cascais fora as outras podem ser privatizadas por força do Regulamento nº 1370 de 2002, 2007 perdão, e obrigatoriamente privatizadas, e essa é uma matéria que lhe peço que não deixe entrar golo, sob pena de assistirmos às perspectivas de mau serviço público prestado por privados, como já fomos ameaçados pelo governo anterior, e é bem-vinda a sua intenção defensiva no âmbito da área metropolitana.-----

----- Mas já no alojamento local, na habitação vai sofrer uma grande penalidade no alojamento local, e vai sofrer-la porque não a quer suspender como já hoje foi aqui defendido pelo PSD, e bem, até para toda a cidade, até haver o regulamento. -----

----- Porque Senhor Presidente, a situação do alojamento local é mais ou menos como um jogo de *King* em Lisboa, estamos no período das festas, os lisboetas têm jogo para nulos e o Senhor insiste em dar pouco para jogar para positivos. -----

----- Disse! -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Nós terminámos estas intervenções, esta era a primeira volta, chamada a intervenção inicial que está prevista no Regimento. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara ou a Câmara se quiser intervir no final desta Primeira Ronda pode fazê-lo. -----

----- E temos uns quantos Senhores Deputados inscritos para uma Segunda Ronda, a Câmara encerra o debate no fim. -----

----- Também tenho a informação que o Partido Socialista cede um terço do seu tempo, que já foi retirado ao tempo do PS, que eram dois minutos e cinquenta e oito, são cedidos pelo PS à Câmara e já foram retirados ao PS. -----

----- Portanto eu pergunto à Câmara se quer falar agora? -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Não, Senhora Presidente faríamos depois só uma intervenção de encerramento, se a Senhora o permitir.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto se o Senhor Presidente da Câmara não quer usar da palavra agora está no seu direito e vamos passar à segunda ronda. -----

----- Portanto na segunda ronda temos quatro Senhores Deputados inscritos e depois ainda há um outro Senhor Deputado inscrito para uma terceira ronda, porque estão dois Deputados inscritos do Bloco de Esquerda, portanto é isto que está previsto, e vamos seguir rigorosamente a ordem das inscrições. -----

----- Estão quatro Senhores Deputados inscritos na segunda ronda, o PCP está em segundo lugar. -----

----- Eu digo já quem está inscrito: um Deputado do Bloco de Esquerda, um Deputado do PCP, dois Deputados do PCP também, portanto são três numa ronda, um do Bloco de Esquerda um do PCP, um do CDS, e depois uma terceira ronda, com um do PCP...querem falar a seguir? -----

----- Então pronto, é que isto dificulta aqui um bocadinho na Mesa. -----

----- Os dois Senhores Deputados do Bloco de Esquerda que estão inscritos querem falar já os dois de seguida? Muito bem. -----

----- Então há dois Senhores Deputados do Bloco de Esquerda inscritos, há dois Senhores Deputados do PCP inscritos, há um Senhor Deputado do CDS inscrito, e há um Senhor Deputado do PSD inscrito. -----

----- E se houver mais alguma indicação de inscrição eu peço que sinalizem à Mesa de preferência pelo telefone ou vindo aqui, para a gente não se baralhar com os dedos no ar. -----

----- Muito obrigada, vamos continuar. -----

----- Ao Bloco de Esquerda então em primeiro lugar.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Isabel Pires do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas, Senhor Presidente da Câmara, restante Executivo -----

----- O Bloco de Esquerda tem estado na cidade de Lisboa com coerência nas suas propostas e assertividade sobre os desafios e problemas que ainda persistem, em alguns dos quais já aqui falámos e já o dissemos anteriormente: a habitação é um dos maiores desafios para a cidade de Lisboa. -----

----- Mas ligado a este desafio a especulação imobiliária é um dos problemas onde a política de urbanismo da própria Câmara poderia ter um papel positivo no combate à especulação. -----

----- No entanto, assim não tem sido ao longo de vários anos, bem pelo contrário. -----

----- Infelizmente há demasiados exemplos que provam uma clara escolha por beneficiar alguns e não a cidade como um todo, e bastava uma pequena incursão pelo Mandato anterior apenas para termos uma lista de operações urbanísticas que mereceram a crítica da Assembleia Municipal de Lisboa em muitos casos e que muitas questões e dúvidas levantaram. -----

----- O triângulo dourado de Alcântara, a venda do quartel dos bombeiros em Benfica, ao lado do Hospital da Luz, a Torre de Picoas que o processo de licenciamento, que aliás se encontra em investigação pelo DIAP, o “Mono do Rato” a permuta do Palácio dos Machadinhos, enfim, a lista continuaria. -----

----- Mas neste Mandato, este tipo de atuação mantém-se, até porque muitos dos projetos já vêm de trás. E o grande problema é que têm um impacto cada vez maior na cidade, e ao invés de a Câmara ser a primeira entidade a ter cautelas e bom senso quando uma sua operação pode fazer disparar ainda mais os preços do metro quadrado na cidade, tem promovido exatamente isto em algumas zonas da cidade. -----

----- E vejamos o caso mais recente, que se encontra em análise o que é o PUALZE o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente.-----

----- E a história é sobejamente conhecida: são oito grandes imóveis, classificados na zona mais cara da cidade e uma assinatura do Vereador Manuel Salgado para desafetação do uso dos imóveis e, como que por magia, imóveis que valeriam à volta de sessenta e oito milhões passam a valer cerca de duzentos e dois milhões de euros. --

----- Sabemos que já há algumas semanas a Câmara veio desculpar ou tentar justificar esta operação com o facto de não ter nada que ver com a especulação imobiliária, e na altura até na resposta que deu, desviou a conversa para o facto de agora o centro estar mais reabilitado ter mais vida, ao contrário de há alguns anos atrás, em que se encontrava vazio. -----

----- Pois bem, o centro da cidade na verdade continua vazio, na medida em que cada vez menos habitantes tem e bastava olhar para os números que indicam uma perda de 14,6% de eleitores nas freguesias do centro histórico, e portanto não seriam precisos

mais dados além destes para revelarmos que estamos perante um sério problema de especulação imobiliária e que não devemos contribuir para ela. -----

----- Mas voltando ao PUALZE, é o caso acabado de como uma simples assinatura do Vereador Manuel Salgado vale ouro para alguns. E sim, esta operação não é coincidente com a preocupação proclamada com o problema da habitação e da especulação, porque quando se tomam medidas que a fomentam, não se pode esperar um resultado exatamente oposto, não tem qualquer sentido. -----

----- Mas sobre operações que levantam dúvidas, ontem mesmo tivemos notícias um pouco estranhas vindas de Monsanto, e de referir que na Sessão de perguntas à Câmara, a última Sessão de perguntas à Câmara, colocamos uma questão sobre a concessão dos espaços de Monsanto que não foi também respondida. -----

----- Mas passado menos de uma semana, sabe-se então que o concessionário estará a alugar um dos espaços, neste caso a chamada Casa do Presidente, para alojamento local. -----

----- Já durante o ano de 2017 o Bloco de Esquerda questionou o Executivo sobre esta concessão. Tratam-se de vários espaços, até históricos para a cidade, com uma área superior a seis hectares, para onde estão previstas cento e vinte camas, só para a Quinta da Pimenteira, e com capacidade para eventos de entre trezentas a quinhentas pessoas, que foram concessionadas pelo módico valor, porque na verdade se pode chamar módico, dois mil e seiscentos euros, sendo que nos três primeiros anos paga um valor ainda mais módico de mil euros por mês, por todos estes espaços, que foram concessionados. -----

----- E perguntamos novamente: é este um bom negócio para a cidade de Lisboa? Para o concessionário com certeza que é! -----

----- Mas além disso, e voltando a tentar obter resposta, já está a reabilitação de todos os edifícios concluída, ou não? Ou trata-se apenas da Casa do Presidente? -----

----- Porque passou a ser óbvio qual é que era o objetivo de rentabilização, já que o preço por noite naquela casa é muito próximo daquilo que o concessionário está a pagar neste momento por mês por esta concessão, e portanto é uma coisa absolutamente inacreditável, e portanto continuando a ter muitas dúvidas sobre a própria concessão, que já dissemos na altura e as mantemos agora, porque não defende os interesses dos lisboetas. -----

----- Esta questão do alojamento local é um episódio que se não fosse trágico, poderia ser cómico, é que ao mesmo tempo que entram em vigor novas leis sobre alojamento local que permitem, mitigadamente, a sua estagnação, não deixa de ter uma importância política e simbólica também porque é importante que um edifício que na verdade é património municipal esteja a ser utilizado exatamente para o alojamento local, do ponto de vista simbólico, do ponto de vista político, não é aceitável que assim seja. -----

----- E portanto no que toca ao urbanismo, operações urbanísticas, concessões de espaços municipais, o estado da cidade não é, hoje, melhor do que era há um, dois ou mais anos atrás. -----

----- E mantém-se assim porque se mantém o mesmo protagonista, mas piora o estado da cidade e da força da especulação imobiliária, porque é uma parte importante do estado da cidade que temos que continuar a acompanhar e a pugnar pelo combate à especulação, e não por políticas, e por projetos, e por propostas municipais que fomentam exatamente essa especulação. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Rita Calvário do Bloco de Esquerda”. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Calvário (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores e Senhoras Deputados, Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo. -----

---- O Bloco de Esquerda já teve a oportunidade de o dizer aqui, e voltamos hoje a reafirmar que o processo de descentralização proposto pelo Governo do Partido Socialista em acordo com o PSD é um erro. -----

----- E o Município de Lisboa deve por isso recusá-lo, e desde já adiar a sua implementação. -----

----- Com este processo de descentralização proposta, primeiro o que está em causa é garantia dos direitos básicos. -----

----- A universalidade, as oportunidades no acesso a áreas tão fundamentais como a educação, a saúde, a ação social entre outras áreas em todo o país, não pode ficar na mão das Autarquias, esta não é a sua vocação, mas sim do Estado Central. -----

----- Há demasiadas diferenças entre Autarquias para que possa correr bem, e para que a garantia destes direitos não fique refém das vontades políticas dos Executivos camarários. -----

----- Segundo, é a democracia que perde, o que se empurra agora para as Autarquias é a parte da obra, da empreitada, da gestão de pessoas e não qualquer processo de estímulo a uma maior participação local que apoie a definição de políticas nacionais, e melhore os resultados das mesmas. -----

----- Além disso a gestão dos fundos comunitários passa para órgãos não eleitos, as comunidades intermunicipais. -----

----- Por fim, esta é uma proposta de descentralização sem meios, o Governo empurra para as Autarquias todos os problemas que não conseguiu resolver até à data, desde a falta de obras para manutenção e modernização de equipamentos no ensino e na saúde, desde a falta de reabilitação da habitação social, até à falta gritante de recursos humanos, por exemplo de auxiliares nas escolas. -----

----- E faz tudo isto, transferindo verbas muito baixas para as Autarquias, ou seja esta descentralização não resolve nada, não melhora nada, apenas empurra para outros sem meios os problemas, no fundo não é mais de que “sacudir a água do capote” e de uma forma irresponsável. -----

----- Em Lisboa esta descentralização implica uma responsabilidade enorme, são centenas de escolas, vários centros de saúde e milhares de pessoas que ficam sob alçada do Município. -----

----- O que perguntamos é como se está a Autarquia a preparar para este processo descentralização? Com que meios irá garantir tanta obra ainda por fazer? Como irá assegurar direitos e condições dignas de trabalho a tanta gente transferida para os recursos humanos da Autarquia? E como irá reforçar os quadros de pessoal nas escolas e em tantas outras áreas carenciadas? -----

----- Estas são do nosso ponto de vista, questões urgente que nos preocupam e também preocupam os cidadãos e cidadãs que vivem e trabalham em Lisboa.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia do Partido Comunista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, público. -----

----- Trezentos e setenta mil carros entram diariamente na cidade de Lisboa, agravando os problemas de circulação e de mobilidade de quem vive e trabalha na cidade, com o congestionamento do trânsito, os problemas de estacionamento, o ruído e a poluição e, não menos grave, as horas perdidas nas filas, com prejuízo da atividade profissional e da vida familiar.-----

----- O problema não é novo e as causas são conhecidas. Tal acontece não por individualismo de quem tem de se deslocar para a cidade, recorrendo à sua viatura, mas por falta de alternativa de transporte público de qualidade e a um custo acessível que permita chegar a horas ao destino. Acresce que perante o elevado custo do transporte público, a utilização do transporte próprio é muitas vezes economicamente mais vantajosa. -----

----- A degradação dos transportes públicos de 2011 a 2015, no período da *troika*, designadamente da Carris e do Metropolitano de Lisboa, visando a sua privatização, com o aumento do preço dos transportes em mais de 30%, o desinvestimento público e a redução da oferta, afastaram utentes e agravaram o problema da mobilidade em Lisboa. -----

----- Sobre esta matéria o PCP apresentou neste primeiro ano de Mandato, moções e recomendações nesta Assembleia. -----

----- Em dezembro de 2017 apresentámos aqui uma moção solicitando, passo a citar: *“medidas que promovam o transporte público, melhorando a oferta de serviço, reduzindo os preços dos títulos de transporte em montante a estudar e implementando parques de estacionamento dissuasores gratuitos, na periferia da cidade, perto das estações do Metro”*. -----

----- Curiosamente este ponto da moção foi rejeitado pelos Deputados Municipais do Partido Socialista. Será que teriam hoje a mesma posição de voto? -----

----- Foi aprovado na Área Metropolitana de Lisboa por unanimidade de todos os dezoito Presidentes de Câmara a ideia de, a partir de abril de 2019 se concretizar o alargamento do passe social intermodal a toda a área metropolitana, a todos os operadores e a todas as carreiras, implicando a redução dos custos para os utentes,

decisão que saudamos e que podia já ter sido concretizada desde 2017 se PS, PSD e CDS não tivessem rejeitado a proposta na Assembleia da República. -----

----- Por ocasião da apresentação da proposta, o Senhor Presidente de Câmara afirmou: *“que a mobilidade é o maior falhanço de Lisboa, comparada com outras cidades europeias.”* -----

----- E é bem verdade, Senhor Presidente! Ainda não foi feito um investimento a sério nos transportes em Lisboa. A Carris está longe de recuperar os 30% de oferta de transporte que perdeu entre 2009 e 2016. -----

----- É verdade que houve uma recuperação ainda que insuficiente em 2017, mais 1,4 milhões de passageiros em relação a 2016, o pior ano da Carris mas esse crescimento deu-se essencialmente nos elétricos, ascensores e elevadores e deveu-se ao turismo. ---

----- A Carris continua a não ter atratividade para os utentes. Começa pela falta informação dos tempos de espera nos painéis existentes nas paragens, um problema recorrente que tarda em ser resolvido e que não tem justificação. Quando a informação existe muitas vezes está desfasada da realidade e o longo tempo de espera afasta o utente que opta por ir a pé ou recorrer ao Metro. Os autocarros nas horas de ponte vão a abarrotar e lá dentro não se consegue respirar. É a realidade em demasiadas situações e só não a conhece quem não anda de transportes, quem não anda de autocarro.-----

----- Nos anos negros da *troika*, a Carris perdeu cerca de seiscentos trabalhadores e mais de cem autocarros, um rombo significativo na empresa com consequências inevitáveis na prestação de serviço de transporte. Valorizamos a contratação de cerca de uma centena de novos trabalhadores em 2017 e sabemos que terão sido contratados algumas dezenas de motoristas em 2018, ainda que bem longe da meta anunciada de contratar duzentos e cinquenta motoristas no corrente ano. Ou seja, foram contratados trabalhadores, mas em número insuficiente para repor os níveis de oferta e para fazer face às naturais saídas por limite de idade.-----

----- Sublinhe-se que entre 2015 e 2017 o investimento em aquisição de material na Carris foi nulo. -----

----- Estão a chegar os novos autocarros. Os primeiros seis ainda este mês, num total de duzentos e três até julho, segundo informação da Câmara. Que venham que fazem muita falta a quem deles precisa para se deslocar, uns para substituir os que não foram abatidos, outros para melhorar o serviço que existe e para repor o que ainda falta repor. E que venham mais rápido que as bicicletas da “Gira”, que sofreu prematuramente de uma crise de crescimento da rede.-----

----- Para crescer e cumprir o seu papel a Carris necessita de mais investimento, de mais trabalhadores e mais autocarros. Precisa de uma oferta alargada, fiável, barata e de qualidade, que volte a conquistar utentes, a bem da cidade e da área metropolitana. -

----- Sobre o Metro não podemos deixar de referir a nossa preocupação sobre a indefinição de prazos para a conclusão das obras de ampliação da estação de Arroios, com graves prejuízos para o comércio local e utentes. É essencial que a Câmara acompanhe esta situação e pressione a administração do Metropolitano de Lisboa, para que não se repita em Arroios o que aconteceu com a estação do Areeiro. -----

----- A Autarquia também não se deve alhear do lento e longo processo de recuperação deste meio de transporte estratégico para a cidade que é o metro, e do investimento governamental necessário. O Governo continua a adiar a entrada dos trabalhadores operacionais necessários o que provoca vários problemas no funcionamento do metropolitano, é necessário garantir a manutenção também das atuais cento e onze composições que, na situação atual, poderão nem chegar ao fim de vida. -----

----- Finalmente e ainda sobre o metro, Senhor Presidente e seus aliados no Executivo camarário! Então o compromisso escrito de pressionar o Governo para levar já o metro até à zona ocidental de Lisboa, anunciado há um ano, mais exatamente no dia 2 de novembro de 2017 “morreu na praia”?-----

----- E será substituído por uma nova linha alternativa da Carris, ligando o Jamor a Alcântara?-----

----- Como justificam este abandono de uma importante obra de ligação a zonas mal servidas de transportes como a Ajuda, Alcântara e Belém que, segundo afirmavam de pés juntos o ano passado, “*seria uma obra prioritária a decorrer a par da linha circular*” e estou a citar, compromisso aliás aprovado nas GOPS de 2018-2021. Pelos vistos o projeto faraónico da linha circular, que só os senhores defendem, leva todo o investimento previsto para a extensão do metro. -----

----- Até leva o valor do resultado da venda do terreno do Metropolitano em Sete-Rios, que desde 2003 estava destinado ao fundo de pensões dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, e que agora, à revelia da deliberação da Câmara Municipal à altura, o Senhor Ministro do Ambiente quer destinar ao financiamento da obra da linha circular, hoje com o assentimento da Câmara apesar de esta Assembleia ter deliberado o contrário no dia 18 de Setembro, por proposta do PCP. -----

----- Boa tarde a todos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Vereadoras, Deputados e Deputadas, funcionários e demais presentes. ---

----- A cidade de Lisboa vive hoje uma situação de degradação ao nível da recolha de lixo e limpeza das ruas, jardins e espaços verdes em geral, afetando negativamente o dia-a-dia de quem vive e trabalha em Lisboa. -----

----- É hoje cada vez mais claro o que o PCP sempre afirmou: -----

----- A reorganização administrativa da cidade de Lisboa, fruto do entendimento da maioria do PS na Câmara e da Assembleia Municipal de Lisboa e do PSD, e à qual o

PCP sempre se opôs, teve como consequência um profundo recuo na resposta aos interesses da população. -----

----- A reorganização administrativa que levou à extinção de vinte e nove Freguesias e à transferência de várias competências para as Juntas de Freguesia, conduziu ao desmantelamento de serviços da Câmara e à transferência forçada de mil oitocentos trabalhadores para as Juntas de Freguesia, bem como património, equipamentos e outros meios. -----

----- Na higiene e limpeza urbana, as consequências da reorganização administrativa são evidentes e são hoje agravadas em períodos de maior produção de resíduos sólidos. -----

----- A área da higiene e limpeza transferiram-se cerca de seiscentos trabalhadores para as Juntas, dando-se a rutura da capacidade dos serviços da recolha dos resíduos e também a varredura e lavagem de ruas, que foi agravado pelo desinvestimento verificado há anos na frota da higiene urbana e pelas deficiências ao nível da organização dos circuitos de recolha e ainda da formação dos trabalhadores.-----

----- Ao nível das Juntas de Freguesia, existe uma incapacidade permanente para dar resposta à limpeza e varredura das ruas o que origina o recurso à contratação de empresas privadas.-----

----- O serviço de higiene e limpeza urbana de Lisboa que tinha uma rede descentralizada de postos, uma direção única, foi desmantelado, desarticulado e enfraquecido em consequência de todo este processo. -----

----- Por detrás de uma retórica utilizada pelo PS e PSD para justificar o processo da reorganização administrativa em Lisboa, dizendo que isto torna os serviços mais próximos dos cidadãos, vem e com outras poupanças na gestão dos serviços, estão provavelmente outras intenções.-----

----- Como a privatização de serviços situação que a Câmara Municipal provavelmente não teve coragem de apresentar por um todo, redução do número de trabalhadores, aumento de precariedade dos vínculos laborais, e cedência constante a grandes interesses económicos.-----

----- Pelo que o PCP não pode aceitar que a resolução destes problemas hoje existentes, com a recolha de lixo passe pela precarização dos vínculos dos trabalhadores.-----

----- E por isso solicita que a Câmara reassuma as suas responsabilidades, voltando a prestar um serviço público de qualidade aos seus munícipes e visitantes e a estabilidade e direitos laborais aos seus trabalhadores. -----

----- Além da higiene e limpeza urbana os espaços verdes e árvores de arruamento das principais vias da cidade constituem um todo no que diz respeito não apenas aos aspetos paisagísticos e históricos, mas também um ponto de vista ambiental, com as implicações nos regimes de ventos, na modulação das temperaturas e até mesmo retenção de partículas poluentes, que como nós sabemos temos muitas vias da nossa cidade como valores muito acima dos valores admissíveis.-----

----- A divisão desta gestão em vinte e quatro realidades diferentes tem conduzido a situações de gestão deficiente do arvoredo à privatização de serviços recorrendo à

contratação de empresas privadas, marginalizando o conhecimento técnico dos serviços do Município e ainda à não observância do protocolo existente com o Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida e desprezando por completo a Escola de Jardinagem do Município de Lisboa como elemento capaz de potenciar e valorizar os profissionais deste sector do Município e de criar condições para o recrutamento e formação contínua de trabalhadores. -----

----- A proposta apresentada por Vereadores do PCP na Câmara, chumbada com os votos do PS, PSD e do Bloco, defendia que fossem consideradas como estruturantes todos os espaços verdes de grande e média dimensão superior a três mil e quinhentos metros quadrados, bem como todas as árvores de alinhamento de via, assumindo assim, a Câmara, a responsabilidade pela manutenção e conservação dos mesmos. -----

----- Em relação a todas estas situações, que ainda são agravadas, situações que descrevemos, são agravadas, pela adoção de políticas do Governo, sobre a capa da «municipalização» dos serviços públicos e com recurso à ideia da descentralização.-----

----- E com base nisto o Governo preparou um extenso pacote de transferências de competências da Administração Central.-----

----- Ora o processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, nomeadamente ignorando a regionalização, configura, em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais. -----

----- Aliás, a inexistência de autarquias de nível intermédio, as regiões administrativas que não são substituíveis por soluções intermunicipais, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urge resolver. -----

----- A transferência de competências não vai ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções. -----

----- Consistirá, num processo de redução de investimento público e transferindo o ónus de insatisfação do incumprimento das obrigações do Estado, da administração central para o poder local. -----

----- A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. -----

----- Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições quer financeiras, quer de autonomia, para responder às responsabilidades que já hoje detêm, e é condição indispensável num tal processo, a devolução das autarquias das competências em relação às águas, que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. -----

----- Também, a reposição das Freguesias não pode ficar excluída.-----

----- Por todas estas razões o PCP considera absolutamente necessário, em defesa dos interesses das populações, da autonomia do poder local e da sua legitimidade e carácter democráticos que se opte por uma política de descentralização efetiva, garantindo e aprofundando os direitos das populações. -----

----- Neste quadro é cada vez mais premente e justa a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação

de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática da administração e à defesa da autonomia dos Municípios e das Freguesias. -----

----- Por estas razões o PCP expressa as maiores reservas quanto a transferências de competências de mera execução física e financeira mantendo o poder de decisão, em última instância, no Governo e na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do poder local e rejeita qualquer nova transferência de atribuições e competências, sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Condeixa do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente de Câmara, Caros Colegas Deputados Municipais, público e jornalistas presentes. -----

----- Eu sei que a hora é tardia, mas não queria deixar de lhe dar os parabéns Senhor Presidente, confesso depois de o ouvir, é o melhor Secretário de Estado do governo de António Costa. -----

----- Discutimos hoje e digo o porquê, discutimos hoje o Estado da Cidade, quando tantas vezes o Partido Socialista confunde a cidade com o país. -----

----- Lisboa passou a existir para ser um prolongamento do governo, um tubo de ensaio do estado central. -----

----- Questiona-se a ingerência a intromissão do governo, e por outro lado o aproveitamento político de Medina em colher dividendos que vêm de projetos do estado central. -----

----- Basta ouvir a intervenção do Senhor Presidente de Câmara para o percebermos.---

----- Ser apadrinhado pelo estado central era algo que já nos tinha habituado, viver à sua imagem e sombra era uma realidade, mas ultimamente assistimos a um outro nível, que Lisboa é uma Secretária de Estado de António Costa.-----

----- Podem existir fragilidades várias na cidade, mas se visarem o estado central nunca serão denunciadas ou criticadas pelo Executivo camarário. -----

----- Não se pode criticar o Governo o quer que seja que vem logo a Câmara em sua defesa, há uma submissão ao Governo, e não são poucas as vezes em que se confundem os papéis, mas ao invés não se vê influência de Medina nas decisões do Governo. -----

----- Onde está o metro para ocidente? Onde está a fiscalização para o arrendamento de longa duração?-----

----- Lisboa existe para fazer o “frete” ao Governo. -----

----- Sempre que na oposição fazemos um reparo, e por mais pequeno e concreto que ele seja, sobre uma situação atual de Lisboa, responde-nos com a cartilha socialista, que a culpa é de Passos Coelho e do país da *troika*, nunca assumem, mas nunca os onze anos de gestão socialista em Lisboa, e todos os seus efeitos. Tal como de resto o Governo nunca assume os efeitos dos governos socialistas, ou o impacto das suas decisões atuais. -----

----- Lisboa como o atual Governo só existe para assumir louros, nunca os erros, os erros, esses são sempre de outros. -----

----- Mas este é aliás, um comportamento que se já alastrou, também em Lisboa se confunde o que compete à Câmara com o que compete à Santa Casa da Misericórdia, entre estas duas entidades confundem-se hoje responsabilidades e políticas, defendem-se ambas mutuamente, confundem-se nos projetos, imiscuem-se nas responsabilidades, mas sempre que é para “sacar” louros, para colher dividendos está a Câmara Municipal de Lisboa em primeiro plano. -----

----- Vamos sentindo a cada dia que passa, que a Santa Casa existe para fazer o “frete” à Câmara, a prioridade da Santa Casa é servir aos mais pobres e excluídos, é substituir-se no concelho à Segurança Social, não é substituir-se à Câmara na criação de casas de renda acessível, já para não falar de outros projetos. -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, como disse o Presidente Fernando Medina, é verdade que o país e Lisboa vivem momentos excecionais, a conjuntura internacional e o turismo trouxeram uma dinâmica económica que há muito não se sentia, tal permitiu progressos francos no emprego e na continuação do controlo das contas públicas, mesmo estando na cauda da Europa no que diz respeito a crescimento económico, vivemos uma época muitíssimo favorável, mas a arrecadação fiscal em Lisboa continua em níveis recorde sem que se traduza um retorno recorde para os mais desfavorecidos. -----

----- Lisboa arrecada cada vez mais impostos, e nem por isso a prioridade são os mais desfavorecidos. A despesa corrente em Lisboa continua a aumentar, sem que a ação social seja uma prioridade. -----

----- Mas, Senhor Presidente, temos de aproveitar o momento económico muitíssimo favorável para intervir socialmente no concelho e em Lisboa. -----

----- É que o mundo tem ciclos, o que hoje fizemos para desenvolver quem menos tem, será um grande contributo para os momentos mais difíceis que possam vir. -----

----- A mobilidade social devia ser uma prioridade nestes períodos já que noutros momentos dificilmente pode ser trabalhada. -----

----- Não podemos viver parados no dia que passa, temos que ver além. -----

----- O Executivo devia aproveitar o momento favorável para desenvolver políticas sociais sem precedentes, nomeadamente na mobilidade social, quem hoje nasce pobre deve poder sentir o Estado a criar oportunidades. -----

----- A Câmara devia aproveitar o momento para quebrar com ciclos de exclusão, para avançar com a estratégia de combate à pobreza, nomeadamente a persistente que como recentemente vimos em números são muito, muito graves. -----

----- As principais preocupações são a agenda minoritária do Bloco, do ponto de vista social e não o combate à pobreza, a redução da falta de oportunidades, ou o combate aos silos sociais.-----

----- O aumento das vagas nas creches está prometido, mas só se vai sentir daqui a dois anos, na melhor das hipóteses, e o pré-escolar nem se fala. Os projetos poderiam ter decorrido de forma mais célere, já temos falado sobre isso, mas se esquerda tivesse aprovado a proposta que o CDS apresentou na Câmara, as famílias que hoje precisam de uma vaga, já poderiam ter encontrado participada na rede privada ou no sector social.-----

----- Mas a cegueira ideológica tem um preço, e o preço são mais impostos e mais uns anos à espera.-----

----- Igual resposta merecerão as nossas propostas para recuperar as mil e seiscentas habitações que estão hoje devolutas, para dar casa a quem dela precisa foram chumbadas as duas propostas que fizemos.-----

----- A quem queira pragmaticamente resolver problemas, e depois há a esquerda.-----

----- A esquerda que insiste em beneficiar quem não precisa da ajuda do Estado.-----

----- Têm dúvidas?-----

----- Lembro-vos a bandeira dos manuais escolares gratuitos para todos, sejam ricos, sejam pobres, se a Câmara de Lisboa tivesse aplicado condições de recursos, podiam dar mais a quem é mais pobre, em vez de livros apenas talvez pudessem ajudar a melhorar a alimentação nas escolas.-----

----- E é precisamente para ajudar o Bloco de Esquerda a tomar essa decisão, que o CDS vai apresentar na próxima Assembleia Municipal, uma moção que propõe a introdução de condição de recursos, para percebermos se a esquerda ainda sabe o que é justiça social.-----

----- Se a esquerda estivesse nesta Câmara genuinamente para resolver os problemas dos lisboetas, teria votado a favor da rede de cuidados continuados, da rede de cuidados e de cuidadores, que o CDS apresentou em Reunião de Câmara.-----

----- Só queríamos criar uma rede de cuidadores para ajudar quem tem um familiar com cancro, com deficiência ou só mobilidade reduzida, e o que fez a esquerda? Uniu-se para chumbar a proposta de uma rede de cuidadores.-----

----- O Bloco aprova orçamentos de estado com injeção de capital no Novo Banco, mas aprovar uma rede de cuidadores, é que não pode ser nada.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados esperamos sinceramente que a postura seja outra quando apresentarmos brevemente um regulamento revisto para a habitação municipal, um regulamento que queremos com regras claras, capaz de atender este aumento de procura que todos identificamos, capaz de resolver as desistências, os agravamentos de situação social, dando prioridade clara aos mais idosos, aos agregados familiares com pessoas com deficiência, e a outras situações especialmente gravesas.-----

----- Por fim também, gostaríamos de outra colaboração, nomeadamente no acesso à informação para que respondessem a perguntas sobre habitação municipal devoluta, ou sobre o plano de ação integrado para comunidades desfavorecidas, é que desde

junho que expirou o prazo legal, e continuamos sem respostas para mais tarde fazermos melhor as nossas propostas. -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, sabemos que a resposta social em Lisboa não parte em especial da Câmara, mas a Câmara tem que ter uma visão estratégica, clara, sem prescindir das suas responsabilidades, e já agora sem colher os dividendos que não são seus. -----

----- A Câmara tem que estar junto das mais de trezentas entidades que prestam resposta social em Lisboa, está? -----

----- Que tem feito para reforçar este músculo social? -----

----- Quanto investe nomeadamente a Câmara em alimentação nas escolas? -----

----- Numa altura como esta, em que seria de esperar um aumento de subsídios de renda, como estão? Refira-nos a sua execução! -----

----- A Câmara está a fazer tudo o que lhe compete para ajudar as CPCJ que estão à beira do colapso? -----

----- O Bloco de Esquerda tem a consciência tranquila que está a fazer tudo o que possa ser feito pelas famílias que vivem no Bairro da Flamenga, nomeadamente na malha H e noutros bairros? -----

----- O PS está a fazer tudo o que pode pelas crianças com menos oportunidades na Escola Básica Pintor Almada Negreiros e noutras da cidade? -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, lembro-me que o momento económico que Europa e Portugal atravessam é raro! E que é hora de o fazermos chegar a quem dele mais precisa, pois mais tarde será tarde demais. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Penso que chegámos ao fim das intervenções dos vários Deputados e das várias forças políticas nesta sala. -----

----- O Senhor Deputado pede a palavra, ainda tem uma inscrição, peço desculpa, houve aqui um lapso na Mesa, faz favor tem tempo pode usá-lo, porque Regimentalmente é o Senhor Presidente que encerra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Discutir o Estado da Cidade hoje é discutir o estado a que chegou a cidade ao fim de onze anos de gestão do Partido Socialista. -----

----- Falar do estado a que chegou a cidade é falar de uma cidade entupida, de uma cidade onde a circulação automóvel continua a ser um teste à paciência das pessoas e a sua capacidade de resistência. -----

----- Fazem-se sucessivos anúncios de lugares de estacionamento que teimam em não sair do papel. -----

----- Senhor Presidente e Senhores Deputados, falar do estado a que chegou a cidade é também falar do problema da habitação ou da falta dela.-----

----- O grande projeto da Renda Acessível também ele tarda a ver a luz do dia, há mais de dois anos que se ouve falar nele, mas ninguém o vê! O que vemos em matéria de habitação é que existem centenas, se calhar milhares de casas da Câmara fechadas e devolutas, que mais tarde ou mais cedo acabam por ser ocupadas. -----

----- Vemos mas não sabemos, e não sabemos porque a Câmara não divulga apesar dos sucessivos pedidos das oposições a listagem do seu património disperso e respetivo estado de conservação. -----

----- De quem é que têm medo Senhor Presidente e Senhores Vereadores? -----

----- Senhor Presidente e Senhores Deputados, falar do estado a que chegou a cidade é ainda falar do inquestionável problema de confiança nos serviços da Câmara, de confiança ou de falta dela, já nem falo de leilões que a Câmara lança, anula, dá a casa, tira a casa, volta a dar mas só a alguns, e baralha tudo numa enorme trapalhada, assenta em lapsos e faltas de comunicação. Lapsos e falta de comunicação que constituem uma machadada no grau de confiança que uma Autarquia é suposto gerar junto dos seus municípios.-----

----- Mas falo de um clima de suspeição que paira sobre o urbanismo, clima esse que extravasa em muito as oposições, clima esse aliás, que começa desde logo no parceiro do Governo do Partido Socialista em Lisboa no Bloco de Esquerda, e vai até as ex-autarcas do Partido Socialista passando por diversos sectores da sociedade civil.-----

----- E a este propósito cumpri-nos hoje aqui neste debate enaltecer a postura da Senhora Presidente da Assembleia, ao contrário do PS que na sua habitual postura de dono e senhor disto tudo inviabilizou todo e qualquer escrutínio mais aprofundado ao urbanismo, a Presidente desta casa reconhecendo a importância do tema, e a necessidade evidente de clarificar tomou a iniciativa de enviar um conjunto de elementos para o Ministério Público para análise, bem-haja Senhora Presidente pela sua iniciativa.-----

----- Senhor Presidente e Senhores Deputados existe uma área em que temos que reconhecer que a cidade está ótima, eu diria mesmo que está excelente, é a área da publicidade e da propaganda. -----

----- O Senhor Presidente hoje na sua intervenção não teve uma palavra para a limpeza e higiene urbana, mas no dia 25 de outubro de 2016, no debate do Estado da Cidade, o Senhor Presidente na intervenção inicial anunciou um reforço, não sei se recorda dos meios de limpeza para as Juntas de Freguesia através do fundo do desenvolvimento turístico.-----

----- Passados dois anos zero! Diria mesmo “um zero à esquerda”, a cidade nunca esteve tão suja. -----

----- Hoje falou novamente nos centros de saúde na sua intervenção, aqueles que vão ser construídos, há mais de um ano também já tinha falado neles, ao lado do Ministro da Saúde, recorda-se Senhor Presidente? Foi nas vésperas das eleições autárquicas, na altura também deu jeito. -----

----- A *Web Summit* é de facto um grande evento, já lhe permitiu ao longo de quatro anos abordar o assunto nesta Assembleia sempre nas suas intervenções iniciais no Debate do Estado da Cidade. A iniciativa a *Web Summit* é a mesma, a cidade é a mesma, o Presidente da Câmara é o mesmo, mas todos os anos levamos aqui na intervenção inicial com um grande discurso sobre a *Web Summit*, exatamente nos próximos dez anos já sabemos como é que vai começar o seu discurso Senhor Presidente, a louvar a *Web Summit*. -----

----- Esperamos só, esperamos só, Senhor Presidente que a *Web Summit* seja sempre falada por bons motivos e não por motivos menos nobres, ou menos democráticos. -----

----- Senhor Presidente e Senhores Deputados, Lisboa têm inúmeros desafios e problemas que vão muito para além dos cartazes, dos anúncios ou da propaganda. -----

----- Fica a dúvida se este Executivo Camarário está ou não em condições de lhe dar resposta, daqui a um ano cá estaremos para ver e avaliar, ainda que as expetativas não sejam grandes.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, está na altura de dar a palavra ao Senhor Presidente de Câmara para fazer o encerramento do debate. -----

----- Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- O debate do Estado da Cidade é também como sempre um debate sobre o estado das oposições na cidade, digo isto em todos os debates porque verdadeiramente, é o que permite assistir do lado de cá, ver de que forma a cidade é vista, e como é que as oposições se colocam perante a cidade. -----

----- E deixem-me começar por um a um, referindo as várias intervenções e os vários grupos e deixem-me começar com o CDS. -----

----- Começando com o CDS, porque o CDS faz a demonstração mais clara do que é que é o vazio na ação política, o vazio na ação política. -----

----- Faz a demonstração do que é o taticismo, o oportunismo, duma linha política que não tem nem visão, nem qualquer convicção, unicamente o vazio e o oportunismo. -----

----- E os casos aliás sucedem-se. -----

----- Vem aqui o CDS “bater com a mão no peito” dizendo: “*não há políticas municipais de habitação em dez anos! O NRAU deu um novo fôlego à política de habitação, a Câmara é que não o consegue aproveitar*” -----

----- Senhores Deputados, a sério! Vocês conseguem dizer isto sem se rir? -----

----- Ou melhor sem chorar? -----

----- Senhores Deputados, quer dizer estarem noutra cidade, noutro país, noutro continente, não perceber as consequências profundas que a alteração da Lei das Rendas promovidas por uma governante do CDS teve, não ter sido capaz de ajustar-se quer o pensamento à alteração das circunstâncias, e vem aqui dizer “*a nossa lei é fantástica, a Câmara é que não faz nada!*” Oh Senhores Deputados! -----

----- Segundo exemplo, vem aqui o Senhor Deputado, mas vem com um ar convicto, vai ali sobe ao palanque e dizem isto sem se rir e sem se desconcertar: “*Senhor Presidente que vergonha, que percentagem tão baixa da taxa turística aplicada para a higiene urbana!*”. -----

----- Desculpem! -----

----- Então mas qual era a percentagem da taxa turística quando o CDS votou contra a taxa turística que era neste momento zero se o CDS mandasse na Câmara? Quando meteu ministros do CDS a fazer campanha contra a Câmara de Lisboa por nós termos avançado com a taxa turística! E agora queixa-se da distribuição da taxa que eram contra! -----

----- Mas acham que nós não reparamos? Acham que ninguém se vai lembrar do que falaram? Ninguém se vai lembrar do que vocês diziam? -----

----- Bom, o terceiro exemplo é sobre Entrecampos! Sobre Entrecampos, o CDS vem aqui, e entra agora numa linha que há dias li no jornal que é: “*Ai não isto agora é tudo isto é ilegal esta edificabilidade, muita atenção!*” -----

----- Segunda crítica: “*mas que edificabilidade que ali está, que construção exagerada, que construção exagerada, aquilo devia ser para habitação*” -----

----- E alguém se esquece que há três anos aqui, exatamente nesta sala, nesta casa, o CDS votou a favor, exatamente da mesma edificabilidade, exatamente com a distribuição de usos que hoje afeta ao programa! -----

----- Há aqui uma coisa que mudou! Qual é? É o taticismo, é o taticismo, é a necessidade de ataque, do pequeno joguinho. Simplesmente acham que ninguém repara, e que em política vale tudo, porque hoje se publicam umas notícias, amanhã outras a seguir outras. -----

----- Quatro exemplo mobilidade! -----

----- O erro da linha circular. Oh Senhor Deputado, no plano do CDS estava a linha circular e estavam mais vinte linhas circulares, estava lá tudo! Não se esqueça que nesse plano que apresentarão em campanha como “alfa e o ômega” e que estava lá a linha circular, não se esqueça da sua proposta eleitoral, não era da minha, era da sua proposta eleitoral estava lá essa, e estavam lá outras todas, e agora inventa uma alegada contradição, que diz: “*ai não mas agora o PS é contra a expansão para o ocidente*”. -----

----- É contra a expansão para aonde? Então o PS neste momento apresenta uma proposta de expansão da linha vermelha para a zona ocidental da cidade, que é a extensão de S. Sebastião da Pedreira às Amoreiras, a Campo de Ourique, Alcântara, e passando o Vale de Alcântara, e faz mais, faz mais, dota de um meio reforçado de Alcântara a toda a Colina da Ajuda, São Francisco Xavier e entra no concelho de Oeiras, Miraflores, Linda-a-Velha, Jamor, Cruz Quebrada, e outra vez em Lisboa. -----

----- Isto é leva verdadeiramente numa dimensão metropolitana, para quê? Para permitir ligar o sistema de Metro, a um sistema também pesado de alta capacidade, mas ligando para fora do Município de Lisboa, para quê? Para sermos consequentes, e conseguirmos retirar mais carros, num plano que está a ser concertado com o Município de Oeiras. -----

----- Mas onde é que retira alguma ideia de que nós estamos a recuar, alterar, a mudar, quando o que nós apresentamos é ampliar o transporte pesado para fora da cidade de Lisboa? Oh Senhor Deputado, tanta volta é difícil de o perceber. -----

----- Bom, a última intervenção, aliás, do Deputado João Condeixa, permita-me com simpatia que diz tudo, aliás eu agora já percebo um pouco a confusão que deve ir nas gentes do CDS, é que às tantas já não percebem bem em que função está a líder. Se está em Condeixa, se está em Abrantes, se está no Porto ou se está como Vereadora, e daí as suas dúvidas e as suas hesitações relativamente às várias matérias. E fica muito confundido diz:” *que a Câmara Municipal apodera-se de benefícios que não são seus, de méritos que não são seus, que também está na dependência de outros,*” bom, não se percebe bem a intervenção confusa. -----

----- Mas eu gostava de lhe esclarecer uma coisa para mim muito simples e muito clara sabe qual é a diferença? A diferença é a seguinte: é que nós hoje dialogamos com o Governo, e temos a Carris Municipal, no seu governo a Carris estava privatizada e entregue a uma empresa mexicana. -----

----- Neste momento nós estamos a discutir o plano de expansão do Metro, nós no governo anterior estávamos a batalhar para que o Metro não fosse concessionado a privado sem qualquer projeto de expansão. -----

----- Hoje nós estamos a discutir uma proposta de passes metropolitanos, estamos a discutir um tarifário único, de diminuição dos passes para trinta euros na cidade e para 40% na área metropolitana. Sabe o que é que discutíamos quando estava no governo? Eram os aumentos dos tarifários, os cortes nos passes para os mais velhos, para os mais idosos, a redução do direito à mobilidade. E digo-lhe e sobre a nossa capacidade de influência, oh Senhor Deputado eu não tenho nenhuma ambiguidade sobre isso, sei muito bem, onde devemos e quando devemos colocar as nossas questões, e deixe-me dar um exemplo, o Senhor Deputado ainda hoje tem a demonstração da nova Lei do Alojamento Local, que nos vai permitir regular um importante sector de atividade, quando no tempo em que tínhamos o governo anterior, a liberalização selvagem resolveria todos os problemas. -----

----- Senhores Deputados, merece também aqui uma nota, várias notas as intervenções dos Deputados do PSD que mostram também uma certa desorientação e também esta insistência na política dos casos e do casinhos. -----

----- Aliás, o PSD, esta nova encarnação do PSD neste Mandato, aliás, continua uma linha que era uma parte não é desse PSD, que procura tentar repetir aqui em Lisboa, fazer aqui a judicialização da vida política de Lisboa, e fazem-no por uma razão, porque não têm nada verdadeiramente importante para dizer e porque ninguém os ouve sobre rigorosamente mais nada, vem com a política dos casos e dos casinhos. E repetem-na, não tem problema nenhum façam-no! Isso só mostra bem o vosso estado, mostra muito mais do vosso estado do que qualquer crítica que façam ao Departamento do Urbanismo, ou ao Senhor Vereador do Urbanismo. -----

----- Mas deixe-me dizer-lhes exemplos de como é que está essa política do PSD. -----

----- Olhe, sobre as escadinhas avariadas, era a hora de manutenção, as escadinhas estão a funcionar. Sobre as taxinhas que crescem, as taxinhas há menos taxas do que

havia, o Senhor Deputado leu a notícia o jornal “Público” ou a notícia errada, algum Assessor se esqueceu de mandar a folha certa, com o número certo, felizmente o jornal já tem as folhas certas e já contou, acredite, há menos taxas agora do que havia quando eu iniciei o Mandato, e há de facto aumento de receita, pois há! Porque aumenta a taxa turística e aumentam as taxas urbanísticas, parece-lhe estranho? Aumentar a taxa turística e aumentar a taxa urbanística, e as taxas urbanísticas, a receita parece-lhe estranho? A mim não me parece estranho olhando para o que a cidade tem.-----

----- O que lhe posso dizer é que nós somos do Município que tem as mais baixas taxas dos serviços prestados às populações, e continuamos, e pedimos meças aliás, para com os Municípios que são governados pelo PSD na área metropolitana de Lisboa.-----

----- Diz depois o Senhor Deputado: “*mas a Gebalis espalha por aí um mundo de vidas destruídas*”.-----

----- Eu interrogo-me, aonde é que o Senhor Deputado, que realidade é que o Senhor Deputado vê?-----

----- A Gebalis tem um trabalho importantíssimo, em assegurar condições de habitação a mais de vinte mil fogos, mais de vinte e dois mil fogos a quase setenta mil pessoas na cidade de Lisboa. E está hoje a desenvolver um importantíssimo plano de requalificação dos bairros, “Há mais vida no Bairro”, um plano de investimento de mais de vinte e cinco milhões, já vai em trinta e cinco milhões na segunda *tranche*, um amplo programa de requalificação de fogos, um programa de qualificação do espaço público, dos espaços das lojas, aproveitando os recursos que hoje o Município dispõe para qualificar os bairros como eles há muito não o conheciam.-----

----- Vidas destruídas, Senhor Deputado, peço desculpa tem havido um trabalho efetivo de melhoria das condições de vida para muitas dezenas de milhares de pessoas, que se não fosse a ação da Câmara de Lisboa através da Gebalis, tinham vidas muito mais difíceis.-----

----- E por último, permita-me que lhe refira o caso da Sociedade de Reabilitação Urbana.-----

----- Eu acho notável, verdadeiramente notável o nível de desconcerto que eu ouço nas intervenções do PSD sobre isto.-----

----- Porque venha o Senhor Deputado dizer: “*a sociedade de...*” eu até tive que assentar “*de urbanização privada que era agora a SRU*”.-----

----- É notável que o Senhor Deputado não se tenha apercebido, que a principal mudança que acontece na SRU, é a SRU perder as competências de licenciamento urbanístico, perdeu as competências de licenciamento urbanístico! As SRUS tinham competências de licenciamento urbanístico, deixou de ter, passou a estar centralizada na Câmara, aliás como o PCP sempre defendeu. Está na Câmara, a SRU perdeu essa competência, só pode fazer obra, só pode fazer empreitada, por mandato, por contrato, com fiscalização da Câmara, com fiscalização da Assembleia. Antes licenciava e fazia obra, era a filosofia das Sociedades de Reabilitação, agora só faz obra, perde competência, diz o Senhor Deputado: “*há aqui um licenciamento privado*.”-----

----- Senhor Deputado, não consigo isto já não é *fake news*, já não é factos alternativos, já é discutir uma realidade que não tem a ver com a substância das coisas, a SRU não tem licenciamento urbanístico, perdeu esse licenciamento urbanístico.-----

----- Gostava relativamente à intervenção do Bloco de Esquerda gostava de partir a minha intervenção em duas partes.-----

----- A primeira dizendo à Deputada Isabel Pires, com muita clareza o seguinte.-----

----- Eu lamento muito que a Senhora Deputada tenha alinhado e alinhe com a linha política que a direita tem sido seguido para ataque ao Executivo da Câmara, lamento que o tenha feito.-----

----- Lamento e rejeito tudo o que tenha feito, e aliás, a Senhora Deputada, estou muito à vontade para eu pessoalmente discutir consigo cada um dos casos.-----

----- E gostaria aliás, de saber se a Senhora Deputada o consegue fazer, porque em todos os casos que a Senhora Deputada decidiu alinhar e dar força a esse coro da direita, é dar coro a uma campanha lamentável, deplorável de quem não tem nenhuma linha política para o futuro da cidade de Lisboa.-----

----- O triângulo dourado de Alcântara foi vendido por uma hasta pública, o “Mono do Rato” foi aprovado no licenciamento no tempo do Presidente Pedro Santana Lopes, o Palácio dos Machadinhos uma permuta para a compra dos terrenos para a nova Feira Popular, a Torre de Picoas não conheço caso mais debatido na cidade de Lisboa, e quanto ao Hospital da Luz, não conheço processo mais escrutinado na cidade de Lisboa, mas estarei disponível para discutir todos os papéis em qualquer altura que a Senhora Deputada queira.-----

----- Segundo relativamente ao PUALZE, eu com franqueza fico às vezes estarrecido com as linhas políticas que vejo surgir, e mais uma vez aqui vejo repetida da sua boca.-----

----- Porque falam-se das alterações à composição dos prédios no PUALZE na Avenida da Liberdade, como se houvesse uma privatização de edifícios públicos feita por iniciativa da Câmara, é verdadeiramente notável!-----

----- Os edifícios são privados!-----

----- Quer dizer, eu gostava de perceber o seguinte: qual é o acesso público que tem o Palácio sede dos CTT? Qual é o acesso público?-----

----- Eu vi aliás, um pequeno filme caricatural feito pelo Bloco a dizer: “*grande valorização, PUALZE expulsa residentes.*”-----

----- Eu pergunto, mas há aqui qualquer coisa que eu não estou a perceber!-----

----- Aquilo é uma sede de uma companhia que está classificada do tempo do Estado Novo, como equipamento, erradamente porque depois com as regras urbanísticas, deixou de ser um equipamento porque é um edifício privado, qual é o acesso público que lá se tinha? Qual era a habitação que lá havia? Aquilo era a sala de refeições das administrações, que recebiam os convidados! Qual é a diferença?-----

----- A diferença é que puro e simplesmente não faz nenhum sentido, um edifício manter uma função de equipamento, quando não é um equipamento, para mais de uma empresa privada! É um edifício privado, é sim senhor na cidade de Lisboa!-----

----- Segundo lugar, a sede social da EPAL é um edifício público desde quando? -----
----- Do usufruto público, de benefício público que nós possamos lá ir, possamos servir, entramos por ali dentro e vamos lá ao Senhor Presidente da EPAL: “importa-se, olhe agora venho aqui com uns amigos dar aqui uma visitinha, tomar aqui um lanche, importa-se que vá aqui à cafetaria?”-----
----- Desde quando? Desde quando é que há alguma redução de um benefício público?
----- Puro e simplesmente não faz sentido a classificação que está em matéria de PUALZE ser abrangido!-----
----- Quartel dos Bombeiros. -----
----- Então os bombeiros vão vender o edifício para arrecadar as receitas para a construção do seu novo quartel e não há de ser desafetado do PUALZE, mas por que razão?-----
----- O que simplesmente está em causa, é retirar o absurdo de situações de classificações que hoje existem, quando isso é necessário fazer-se, e quando nós aliás, não temos outro instrumento sequer urbanístico, nós captamos mais-valias, sim captamos mais-valias, em IMT, captamos em IMI, sim captamo-las, nós não temos outra forma de o fazer. -----
----- Agora quando eu vi que as alterações ao PUALZE retiram população, retiram jovens casas que poderiam ser para jovens?! Mas como? Só se os Senhores as forem lá ocupar! Porque elas são privadas! Olhe eu, não defendo isso, nem vou lá fazer isso. É simplesmente regularizar uma situação que precisa de ser regularizada. -----
----- Por último, relativamente a Monsanto quero-lhe deixar claro, Senhora Deputada, por questões também de cortesia, não lhe vou repetir nos termos, não lhe vou responder nos termos que me apetecia responder. -----
----- Aconselho-a simplesmente o seguinte, leia atentamente o contrato, leia atentamente todo o contrato, e gostava aliás, já tudo foi explicado, a Câmara explicou no comunicado que emitiu ontem, e explicará mais vezes, o Senhor Vereador Sá Fernandes está à disposição para quando entender se quiser mais esclarecimentos.-----
----- Eu pergunto-me qual era a crítica que hoje fariam, se eu, Presidente da Câmara ocupasse aquela casa?-----
----- Qual era a crítica que faziam? Ora a crítica: *“olha o Presidente da Câmara está num palacete, está ali com uma piscina, está ali todo empenhado, já viram a casa grande que ele agora tem”*-----
----- Agora imaginem que por exemplo nós tínhamos seguido o conselho de outros e dizíamos o seguinte: *“bom já que não há Casa de Função, vamos vender o prédio!”*--
----- O que é que os Senhores Deputados diziam: *“ah, estão a vender um prédio em Monsanto, que crime que estão a vender um património em Monsanto!”*-----
----- Bom se nós não tivéssemos feito nada era porque estava ao abandono, se está a alugar é porque está a alugar, se é vendido é porque é vendido, oh Senhores Deputados, a decisão que foi feita relativamente à operação de 2014, foi tomada em 2014, não em 2018.-----
----- Em 2014 a Câmara tinha um quadro de constrangimentos financeiros, que não é o quadro de hoje!-----

----- As decisões foram tomadas no momento em que foram tomadas! -----
----- Podia-se pensar mas outro tipo de usos, mas também lhe faço a pergunta. -----
----- Mas foi retirada algum edifício ao usufruto público?-----
----- Mas quantos daqui foram à aquela Casa e beneficiarão e andavam lá a passear, iam lá também com o mesmo, quantos?-----
----- Não, não iam! Não iam, estava fechada, estava pura e simplesmente vedada, e esteve durante muitos anos vedada. -----
----- E por isso Senhora Deputada, com toda a franqueza, ponderação, veja atentamente o contrato, todo o processo, e 2014 é 2014, a Câmara tinha os recursos que tinha e tomou as decisões no contendo que as tomou. -----
----- Depois a Senhora Deputada Rita Calvário, utiliza a sua intervenção para fazer uma longa crítica ao processo de descentralização em particular nas áreas da saúde e nas áreas de educação. -----
----- Eu gostava de dizer duas coisas. -----
----- Primeiro, o processo de descentralização tem que ser neutral do ponto de vista financeiro, já o afirmei aqui muitas vezes, já o repeti aqui muitas vezes, a transferência de competências do Estado Central para as Autarquias tem que assegurar o princípio da neutralidade financeira, isto é os Municípios não podem receber com menos receita do que aquilo que é necessário para gerir. -----
----- Segundo, a fórmula que está definida na Lei, é que há um contrato que passa com as condições para investimento nesses bens. -----
----- Mas por último, deixe-me dizer-lhe uma coisa com toda a franqueza.-----
----- Eu tenho muito mais confiança no Vereador Manuel Grilo, do que a Senhora Deputada, porque eu tenho confiança que o Vereador Manuel Grilo e o Bloco de Esquerda, com a área da educação e da saúde vão fazer melhor, do que o estado central tem feito nas escolas E.B 2-3 e nos Centros de Saúde na cidade de Lisboa.-----
----- Tenho confiança nisso, e acho que nós vamos fazer um bom trabalho quando assumirmos essas responsabilidades. -----
----- Relativamente às questões colocadas pela Senhora Deputada Aline Beuvink, que não reparei em nenhuma questão de conteúdo em particular. -----
----- Mas quero-lhe desfazer qualquer assunto que haja de qualquer dúvida que tenha sobre a nossa capacidade de encaixar críticas, tenho a toda.-----
----- Agora sei bem separar, o que é o debate de ideias e o debate de opções políticas do que é um resvalar do debate na política da cidade, que sinceramente não tenho nenhum respeito, nem nenhuma contemplação, e é sobre esse tipo de debate, que eu de facto reajo.-----
----- Quanto ao resto é muito bem-vindo o debate das escolhas e o debate das opções, e o PPM teve em determinados períodos históricos, aliás, de grande importância na definição de matrizes importantes, nomeadamente em matéria ambiental, e espero um dia voltarmos a convergir nessa matéria. -----
----- Senhora Deputada, relativamente aos Deputados Independentes que questionarão sobre a questão dos transportes públicos, sim, de facto é um dos grandes avanços que temos nos últimos...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente, eu peço desculpa já foram cedidos os tempos possíveis” -----
----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -
----- “Nos últimos tempos... relativamente... -----
----- Então, terei que acelerar...-----
----- Relativamente à Deputada Teresa Craveiro dizer-lhe não! Os dados da pobreza nos prestamos muita atenção, e não é possível numa intervenção curta sintetizada todas as áreas de intervenção, mas aqui teremos o tempo para esse debate e para essa política. -----
----- Mas gostava de destacar aqui a importância relativamente à evolução nos centros de saúde, que a Senhora Deputada concordará que por mais que nós precisemos de aprofundar o nosso diagnóstico de trabalho sobre a rede global dos cuidados de saúde, há uma coisa que é uma urgência que se entra pelos olhos dentro, que é a reclassificação dos centros de saúde. -----
----- E aquilo que hoje está feito, eu sei que há Deputados do PSD, que acham que eu falo com o Ministro, assina-se o papel, “estala-se os dedos” e o centro de saúde nasce, eles acham que é assim, mas não é assim! -----
----- Por isso há um tempo em que se define os termos, que se acorda, depois fazem-se os projetos, fazem-se os concursos, fazem-se os estudos, e reparem estamos a fazê-los não estamos a fazer em anos de eleições, reparem lá no prodígio, para vocês deve ser uma coisa transcendente. Não estamos em ano de eleições e estamos a falar dos cinco centro de saúde que estão em concurso, e depois destes virão os outros, até completarmos o acordo com o Ministério da Saúde. -----
----- Diz o Senhor Deputado Rui Costa, numa sua linguagem desportiva, bem sintético, embora eu entre o futebol e o jogo de cartas, eu perdi-me ali um pouco no meio. -----
----- Mas relativamente aos riscos, não há riscos, os riscos que coloca, não, não... em primeiro lugar relativamente a “*chutar para canto*”. -----
----- A opção sobre o concurso metropolitano decorre quase de uma imposição que decorre da Lei, que é a seguinte: nós a partir de 1 de janeiro de 2020, no dia 31 de dezembro de 2019 acabam todos os concursos de serviços metropolitanos na área metropolitana de Lisboa, e é evidente que não há nenhuma capacidade, nenhuma Câmara Municipal de qualquer cor política, aliás, porque isto abrange todas as cores políticas que tinha capacidade de montar sistemas próprios, num espaço de um ano. ---
----- É simples concurso de contratação de compra de autocarros era impossível que esse serviço viesse a ser realizado. -----
----- E relativamente ao risco que coloca “*das grandes penalidades*”, não haverá a posição que assumimos na área metropolitana, é da área metropolitana ser a autoridade de gestão de todos os meios de transporte, incluindo os pesados, e também assumir posições acionistas relativamente a estes meios, e por isso não compatível com nenhuma privatização.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, eu não quero interrompê-lo, só lembrar que já terminou os seus tempos, portanto já com as cedências que agora só são de um terço do tempo disponível das várias forças que cederam tempo. -----

----- O Senhor Presidente fará agora o favor de concluir a sua intervenção.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente falta-me responder ao PCP, ainda gastarei três minutos pelo menos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mas não os têm!-----

----- Pergunto se alguma força política cede?-----

----- O Bloco de Esquerda cede tempo disponível?-----

----- Muito bem, vamos fazendo as contas aos terços.-----

----- O Bloco de Esquerda tem nove minutos cede três minutos, muito bem. -----

----- Três minutos, Senhor Presidente se faz favor. -----

----- Quem é que cede mais? -----

----- Muito bem, vamos prosseguir então.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Eu peço desculpa, eu queria ainda concluir sobre a intervenção do Bloco de Esquerda, peço desculpa há pouco não referi. -----

----- Queria referir que o Deputado Ricardo Moreira fez bem em salientar dois aspetos. -----

----- Em primeiro, o aspeto de lembrar as responsabilidades da direita sobre a situação da habitação, fez bem em lembrar. -----

----- Porque acham que no meio das luzes e no meio do barulho que vão passar assim... Não vão, não vão passar! Porque tem responsabilidade, e tem outra característica é que neste momento há um debate sobre em encontrar soluções, mas há uma coisa que nós sabemos, é que há partidos políticos em particular o principal responsável pela política da habitação do anterior governo, que acha que a situação está toda bem. -----

----- Que o regime que devia vigorar era o que criou a situação atual e o que permitiu que chegasse à situação atual, essa é que nós sabemos que está exatamente no ponto onde está.-----

----- E aquilo que eu considero que é essencial neste momento, e que reafirmo aquilo que disse: “*é que nós precisamos de mais casas a rendas acessíveis na cidade de Lisboa*”. -----

----- E considero que a forma mais rápida e mais eficaz de isso ser feito neste momento é aprovar os incentivos fiscais para que essas casas estejam no mercado. -----

----- Fez bem em lembrar os grandes avanços em matéria de manuais escolares, refeições, salas de consumo assistido, centros de saúde, o que prova, e em minha

opinião o justifica a apreciação que faz, do que o acordo feito funciona e foi bom para a cidade de Lisboa. -----

----- Por último, quero ir aos Deputados do PCP, para responder de forma muito clara.

----- Senhores Deputados há duas diferenças fundamentais. -----

----- A primeira é uma diferença de visão de quadro geral de evolução da cidade. -----

----- O Senhor Deputado Modesto Navarro faz uma visão de que mais ao menos o mundo seria cor-de-rosa ou vermelho na sua leitura visto a partir dos seus olhos até 2001, em que nós tínhamos uma cidade aberta, democrática, participada, que resolvia os problemas da habitação social e tinha uma política progressista, e depois um quadro negro, mais ou menos laranja e depois para o negro em particular a partir de 2012, com a cidade entregue aos negócios, ao grande capital, à reforma administrativa e tudo isto mudou. -----

----- Oh Senhor Deputado, eu não partilho disto até que isto tem muito pouco a ver com os factos, porque a verdade é que as grandes décadas de perda populacional da cidade de Lisboa estão na década de sessenta nos bairros históricos, e estão na década de oitenta depois disso, estão antes deste período e estão aliás, em período em que o PCP também teve responsabilidade na cidade. Porquê? -----

----- Porque todo este processo de perda de população nos centros das áreas metropolitanas, de grande crescimento das zonas periféricas da cidade de Lisboa foi muito mais forte, muito mais poderoso, muito mais difícil de combater do que qualquer governação autárquica o poderia simplesmente fazer. -----

----- Da mesma forma que a realidade de hoje é uma realidade que têm as suas dificuldades naturalmente mas que incomensuravelmente melhor da cidade de há vinte anos, das oportunidades que a cidade dava há vinte anos aos jovens, às pessoas, a todos aqueles que aqui queriam morar, à qualidade de vida na cidade, ao transporte público na cidade, oh Senhor Deputado não há comparação possível. -----

----- A segunda diferença que temos de facto é sobre o papel da economia privada. -----

----- O Senhor Deputado acha que não deve haver papel nenhum, que o investimento todo ele é negativo, que todo ele é mal-intencionado é mal direccionado é causa de problemas na cidade de Lisboa, oh Senhor Deputado nós somos a primeira Câmara, somos a primeira Câmara que não está a discutir como tema central da cidade a reabilitação da Baixa. E nós devemos reconhecer este extraordinário avanço que é temos dificuldades temos, estamos a gerir as dificuldades de um crescimento rápido e acelerado. -----

----- Oh Senhor Deputado é bem melhor do que estarmos a discutir o problema de há vinte ou trinta anos atrás, que era não sabermos de combater uma Baixa desertificada, com problemas de crime, com problemas de desertificação, de insegurança, de falta de oportunidades, com pessoas a sair da cidade para as periferias, que era o debate da cidade nos anos oitenta e nos anos noventa. -----

----- Senhor Deputado quero esclarecer aqui um ponto muito importante sobre a linha vermelha do metro. -----

----- Porque eu ouço o Senhor Deputado falar, e os Senhores Deputados falar, eu acho que convinha haver aqui uma certa coerência histórica sobre isto. -----

----- É que o PCP votou favoravelmente a linha circular do metro. -----
----- É que convém não se esquecer o seguinte: quando o programa de expansão do Metro entregue pela Secretária de Estado Ana Paula Vitorino foi apresentado à Câmara de Lisboa em 2008, foi votada em Câmara em 2009, tenho aqui aliás, o número de proposta de Câmara para lhe deixar, que é para não repetirmos está dúvida, este debate.-----
----- A Proposta nº 813/2009, aprovada no dia 2 de setembro de 2009, em que a Câmara de Lisboa aprova o plano de expansão do metro, no qual consta a linha circular, e sabe o que é tem aqui? Votos a favor, PCP, dois!-----
----- Porque aqui não foi o PS que mudou de opinião, quem mudou de opinião é o PCP! -----
----- Agora eu percebo que o PCP possa dizer, que tem mais uma prioridade antes da outra, agora o discurso que o Senhor Deputado faz de diabolização da linha circular para servir um plano de valorização de interesse imobiliários privados em detrimento de uma dita boa política pública da expansão da linha vermelha, quando o seu partido a votou! Bom, não percebo a coerência. Oh Senhor Deputado mas com franqueza dizer-lhe. Não perceber que o centro da área metropolitana tem que funcionar bem e de forma eficaz para aqueles que aqui residem, mas para aqueles que aqui trabalham não perceber que esse sistema de mobilidade e o bom funcionamento da linha circular é estratégico, Senhor Deputado acho que é falhar o fundamental, e não perceber aquilo que é mais importante em minha opinião, não é mais importante que a primeira, mas que é tão importante, que é: que nós fizemos bem a opção de privilegiar primeiro a linha circular, porque agora estamos em melhores condições para negociar a expansão da linha vermelha, que estamos neste momento a fazer e que vai ser uma realidade na cidade de Lisboa, Senhor Deputado é falhar um ponto muito importante. -
----- Deixe-me...”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente agora já acabou mesmo o tempo.”-----
----- Uma frase para concluirmos o debate.”-----
----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -
----- “Bom e só para agradecer a intervenção dos Deputados do Partido Socialista, que acho que representaram bem fielmente o Estado da Cidade e da governação. -----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito bem Senhor Presidente, muito obrigado, eles agradecem e damos por encerrada a Sessão de hoje.” -----
----- A sessão terminou, eram vinte horas e dez minutos.-----
----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

DRAFT

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----
-----A PRESIDENTE -----